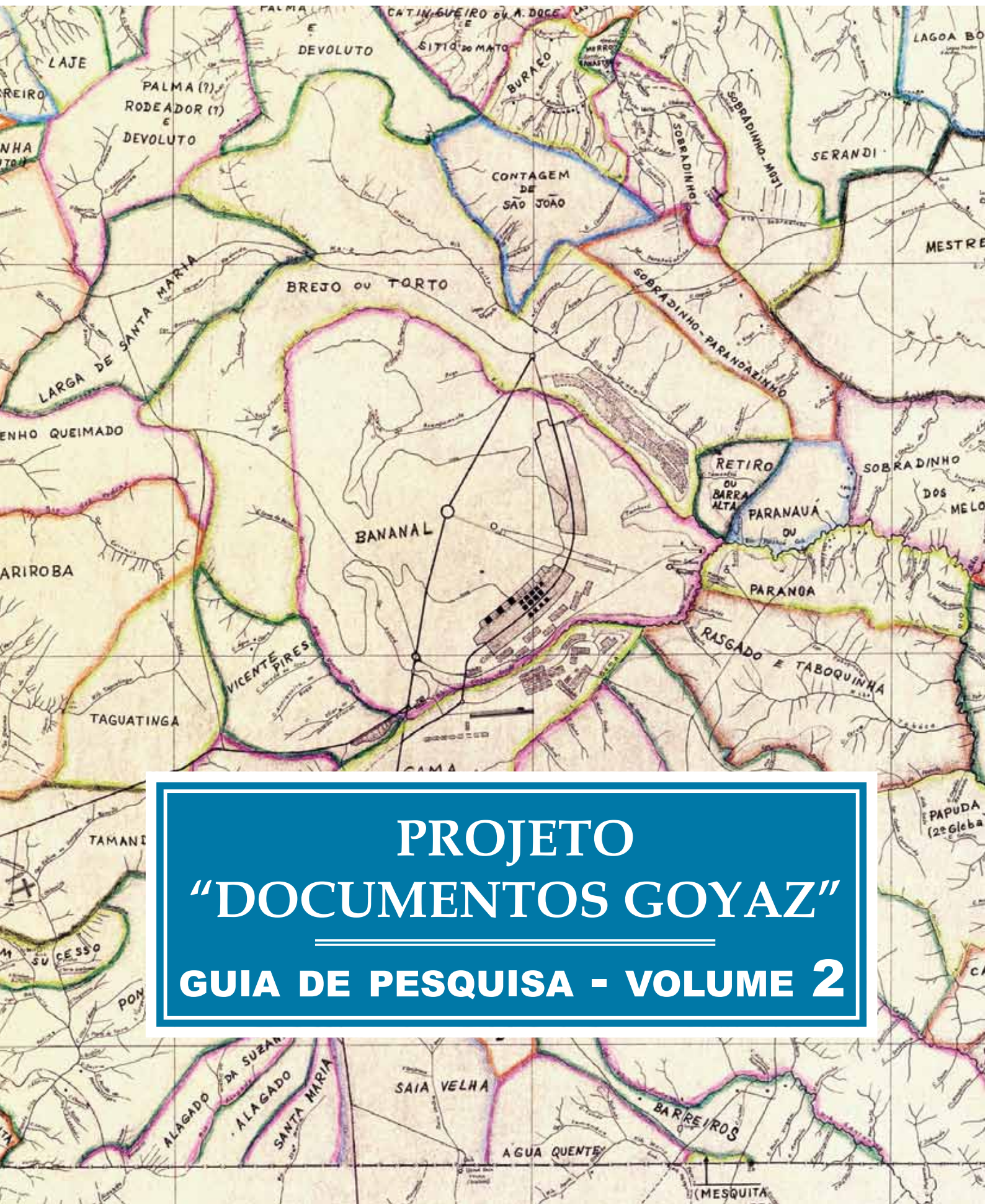


ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRIO FEDERAL

Coordenação de Arquivo Histórico

Brasília - 2014



PROJETO “DOCUMENTOS GOYAZ” GUIA DE PESQUISA - VOLUME 2

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE ARQUIVO HISTÓRICO
Wilson Vieira Júnior

GERÊNCIA DE CARTOGRAFIA
Elias Manoel da Silva

GERÊNCIA DE ACERVO DIGITAL
Jader Silva de Oliveira

PROJETO “DOCUMENTOS GOYAZ”

Concepção, pesquisa, organização e digitalização:

Wilson Vieira Júnior - Historiador
Elias Manoel da Silva - Historiador
Jader Silva de Oliveira - Técnico em digitalização

PERÍODO DE EXECUÇÃO – 2011 a 2014

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
SAP Lote B – Bloco 41 – NOVACAP
CEP: 71915-000 – Brasília - DF
www.arpdf.df.gov.br
Fone – (61) 3361.1454

Í N D I C E - V O L U M E - 2

1. AHEx – Arquivo Histórico do Exército.....	01
2. AHU – Arquivo Histórico Ultramarino.....	31
3. Fundação Biblioteca Nacional.....	47
4. Mapoteca do Itamaraty.....	61
5. Paulo Bertran – acervo particular.....	79
6. Biblioteca Pública de Évora.....	80
7. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.....	87
8. Arquivo Público Mineiro.....	89
9. Arquivo Público de São Paulo.....	92

INTRODUÇÃO: Projeto “DOCUMENTOS GOYAZ”

1. Histórico - Objetivos

Ao Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), órgão vinculado à Casa Civil do Governo do Distrito Federal, cabe recolher, preservar, dar acesso e divulgar documentos de valor histórico acumulados pelas Administrações Diretas e Indiretas do Distrito Federal, instituições privadas e personalidades cujo acervo documental seja considerado relevante para a memória histórica do Distrito Federal.

No horizonte dessas atribuições a nova administração do ArPDF, constatou a necessidade de identificar e localizar fontes que permitam a compreensão da história da nova capital dentro de uma perspectiva de história longa, de tal forma a conhecer o complexo contexto cultural das cidades e fazendas da região escolhida para a construção da capital. A capital não é construída num sertão vazio, mas em um cadinho cultural de séculos de socialização.

Documentos que constam do acervo do ArPDF, como o **“Anteprojeto de Legislação de Proteção do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano de Brasília”**, de 31 de agosto de 1987, organizado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, considerou a relevância da história antecedente a construção de Brasília ao sugerir as fazendas antigas o reconhecimento e o investimento do Estado na preservação das antigas fazendas encontradas nos limites do Distrito Federal. No capítulo VIII, seção I, Disposições Gerais, a menção a diz **“os órgãos de preservação competentes deverão proceder à pesquisa, identificação e prestar assessoramento técnico às fazendas antigas construídas no território do Distrito Federal”**. A Seção II do mesmo capítulo continua **“o valor cultural das fazendas antigas construídas no território do Distrito Federal, deverá, obrigatoriamente, estar embasado em um ou mais dos critérios que se seguem, com vistas à tomada de medidas de preservação específica”**. Neste contexto, o primeiro critério estabelece a **“vinculação a fatos relevantes da história de Brasília ou do Brasil”**.

O documento também estabelece que ações devam ser empreendidas a fim de preservar, valorizar e resgatar os saberes tradicionais e aspectos do cotidiano, **“as fazendas cadastradas, deverão ser objeto de registro documental, fotográfico, iconográfico e de história oral de seus habitantes”**.

O anteprojeto demonstra o reconhecimento da pesquisa, e de ações voltadas a preservação da memória do território goiano onde se implantou a nova capital. Legítima o diálogo entre Brasília e a história de Goiás, reconhecendo como um processo na história do Brasil.

No mesmo sentido, o dossiê encaminhado ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, elaborado pelo “Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília”, dezembro de 1986, documento que fundamentou o título de Patrimônio da Humanidade a cidade, considerou nas argumentações, as antigas fazendas e o valor cultural que compõe o cenário do território do Distrito Federal.

Sur le territoire du District Fédéral, les manifestations représentatives de l’architecture vernaculaire de la Région sont des bâtiments urbains ou ruraux datant d’une époque antérieure à la construction de Brasília.

No território do Distrito Federal, representante da Arquitetura vernacular da região, são edifícios urbanos ou rurais, datado de um momento antes da construção de Brasília.

Em maio de 1987, o International Council on Monuments and Sites (ICOMOS), considerou os sítios tradicionais das fazendas antigas, ambiente rural, e dos núcleos urbanos de Planaltina e Brazlândia, como componentes históricos argumentativos, no parecer favorável a inscrição de Brasília na lista de Patrimônio da Humanidade.

Com o propósito de preservar a memória do importante contexto representado pelo cenário histórico-cultural preexistente a Brasília criamos o Projeto “Documentos Goyaz”. **Para sua formalização foi elaborado o PROJETO BÁSICO Nº 151.000.074-2012 de 01 de outubro de 2012.** O objetivo está em agregar ao acervo da instituição, reproduções de originais relativos à Goiás que se encontre em toda e qualquer instituição pública ou privada, especialmente documentação relativa aos municípios de Luziânia, Formosa e Planaltina, em cujo território o Distrito Federal foi constituído.

A operacionalização do projeto acontece da seguinte forma:

- a) Entramos em contato com as instituições ou pessoas particulares cuja documentação é considerada de interesse para o projeto DOCUMENTOS GOYAZ;
- b) Por meio de correspondência ou por telefone, informamos:
 - A criação do projeto DOCUMENTOS GOYAZ;
 - O interesse em relação ao acervo;
 - A vantagem de o Arquivo Público do Distrito Federal possuir cópia digital dos documentos;
 - A importância da “redundância” de reproduções do acervo para evitar perda de informação em caso de acidente;
 - As vantagens em se guardar aquela documentação em salas preparadas climaticamente para a proteção documental;

- Que não haverá nenhum ônus para a parte cedente e que uma possível parceria não comporta nenhuma transferência de recursos entre as partes;
 - Que a documentação será colocada à disposição de pesquisadores e demais interessados;
 - Que o trabalho de digitalização será feito por técnicos do ArPDF acompanhado por historiadores;
- c) Visitamos o acervo para conhecer o estado da documentação, a fim de propor o melhor método tendo em vista a digitalização;
- d) Conforme o encaminhamento e aceitação da proposta, poder-se-á elaborar um TERMO DE PARCERIA;
- e) Servidores do Arquivo Público do DF vão até a instituição ou pessoa particular e digitalizam os documentos - Uma cópia digital fica com a instituição e outra com o ArPDF;

Para organizar e receber essa documentação digitalizada, a Coordenação de Arquivo Permanente criou um **novo fundo documental denominado Planalto Central**.

É o primeiro fundo criado, desde a fundação do Arquivo Público do Distrito Federal, especificamente voltado para receber documentação anterior ao início da construção de Brasília.

É importante frisar esse aspecto pois, quando da criação dessa instituição de memória, o movente principal era recolher a documentação ligada à construção e à consolidação de Brasília como a capital de todos os brasileiros.

O ineditismo do Projeto criado pela Coordenação de Arquivo Permanente do Arquivo Público do Distrito Federal possibilita à instituição, pela primeira vez, lançar um longo olhar para a história de região onde foi erigida a capital do Brasil e, assim, agregar ao seu acervo, importante conjunto documental espalhado por diversas instituições do Brasil.

Além disso, de uma vez por todas, o ArPDF cumpre sua responsabilidade para com a compreensão da história do território do Distrito Federal muito antes de esse espaço territorial adquirir esse “status” político. A instituição não pode e não deve restringir sua responsabilidade apenas à documentação do período da construção de Brasília em diante. A história de Brasília não pode ser construída “ex nihilo”.

Estamos convencidos de que as pesquisas históricas implementadas pelas Universidades do Centro-Oeste a partir do acervo do Arquivo Público do Distrito Federal, além daquelas de iniciativa dos próprios pesquisadores desta instituição, ficarão extremamente enriquecidas com o acesso às reproduções de documentos recolhidos no contexto do projeto “Documentos Goyaz”, documentação essa geralmente difícil de ser encontrada devido à

dispersão geográfica das instituições guardiãs de documentos originais sobre a história de Goiás.

Estamos empenhados em dar acesso a estudantes, jornalistas, professores, historiadores e curiosos, de Brasília e do Brasil, além dos estrangeiros, a documentos que permitam conhecer como era esse território antes de se iniciar a construção de uma cidade do porte de Brasília.

Wilson Vieira Júnior

Coordenador do Arquivo Histórico

Elias Manoel da Silva

Gerente de Cartografia

Jader Silva de Oliveira

Gerente de Acervo Digital

1. AHEx - ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO

a) Histórico

O Arquivo Histórico do Exército (AHEx) é a organização militar responsável pela guarda do acervo das organizações militares extintas, das antigas fábricas do Exército Brasileiro (EB) e das alterações de seus antigos integrantes, militares e civis, bem como da documentação de fatos relevantes para a história institucional da Força. O AHEx foi criado na cidade do Rio de Janeiro, em 7 de abril de 1808, por D. João, Príncipe Regente, após aportar com a Família Real portuguesa no Brasil. Em 8 de março de 1934, foi instituído como Organização Militar, com a designação de Arquivo do Exército. Em 5 de setembro de 1986, transformou-se em Arquivo Histórico do Exército, sua atual denominação.

Em seus depósitos encontram-se armazenados vasto acervo cartográfico, iconográfico e documental que retratam a história do Exército e do Brasil, a partir do século XVI.

Merecem destaque os acervos cartográficos utilizados nas missões de demarcação dos limites fixados pelos tratados de Madrid (1750), El Pardo (1761) e Santo Idelfonso (1777); o levantamento topográfico do Teatro de Operações do Paraguai, durante a Guerra da Tríplice Aliança, que permitiu o planejamento das ações militares; e o acervo da Força Expedicionária Brasileira. Convém destacar, também, a importância dos acervos da Guerra do Paraguai, da Força Expedicionária Brasileira e de Canudos que foram certificados como Memória do Mundo – América Latina e Brasil - pela UNESCO.

b) Conteúdo

No desenvolvimento do escopo do Projeto “Documentos Goyaz”, provém do AHEx 21 mapas históricos relativos a Goiás. A digitalização foi feita pelo AHEx.

1 - CARTA DA PROVÍNCIA DE GOYAZ

Em 1875 era realizada a “Exposição Nacional do Rio de Janeiro”, preparatória à exposição que o Brasil apresentaria na Feira Universal da Filadélfia no ano seguinte. “As feiras universais foram uma constante entre os séculos XIX e XX. Num mundo cada vez mais integrado, um evento dessa natureza e magnitude era a oportunidade para cada nação se mostrar, para cada povo exibir o melhor de si, emergindo do anonimato no caldeirão efervescente em que se transformava o globo”. (1)

Para a “Exposição Nacional do Rio de Janeiro”, sediada no Palácio do Ministério da Agricultura, várias Províncias do Império Brasileiro foram convidadas a montarem suas exposições. “Ali se reuniram todos os produtos enviados por cada uma das vinte províncias do Império, a fim de serem sujeitos a rigoroso exame e irem depois conjuntamente representar o Brasil no

que tem de importante, de útil, curioso e interessante, no que patenteia o seu incremento e justifica as fagueiras esperanças do futuro”. (1)

Foi neste contexto que o capitão de engenheiros, Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim, organizou a “Carta da Província de Goyaz” para a área de exposições dedicada àquela província. Foi reduzida e gravada no Rio de Janeiro por C. Lomelino de Carvalho. Alfredo, d’ Escragnolle Taunay em sua obra “A Província de Goyaz na Exposição Nacional de 1875”, confirma a indicação de Moraes Jardim que afirma em seu mapa, ter usado “as melhores cartas existentes e observações próprias”. Em seu trabalho, Taynay comenta: “refundindo diversos mapas corográficos, cujo mais importante e copioso em informações é incontestavelmente a *Carta Plana da Província de Goyaz e dos julgados do Araxá e Desemboque*, levantada pelo eminente marechal Cunha Matos e publicada em 1830. Aproveitando o conhecimento exato que tinha das distâncias e povoados, retificando posições astronômicas, consultando todas as fontes de séria indicação, corrigiu o Dr. Jardim muitos erros, preencheu muitas lacunas e apresentou um documento consciencioso, digno de si e de grande valor para os que se aplicam à geografia do Brasil”. (1)

Essa carta teve ainda destacada influência na “Carta do Império do Brasil” publicada em 1883, como resultado dos trabalhos da Comissão da Carta-Arquivo criada em 1876 e cuja determinação era “basear-se exclusivamente em documentos dignos de crédito”. (2)

Cabe destacar ainda a importância que essa carta teve para os trabalhos da Comissão Exploradora do Brasil Central e da Comissão de Estudos da Nova Capital da União.

Leitura paleográfica:

Carta da Província de Goyaz. Organizada em 1874 por ordem do Ministério da Agricultura Commercio e Obras Publicas pelo capitão d’engenheiros JOAQUIM R. DE M. JARDIM. Conforme as melhores cartas existentes e observações próprias. Reduzida e gravada por C. Lomelino de Carvalho. Rio de Janeiro. 1875.

QUADRO ESTATISTICO das povoações da província.

16 Comarcas.

CAPITAL

Cidade	Goyaz
Arraial	Curralinho
„	Barra
„	S.Rita
„	Rio Claro
„	Alemão
„	Anicuns
„	Mossamedes
„	Ouro Fino

RIO MARANHÃO

Cidade	Meia ponte
Arraial	Corumbá

„ Antas

RIO PARANAHYBA

Cidade Catalão

Villa Entre Rios

POSSE

Villa S. Domingos

„ Posse

RIO VERDE

Villa Dolores do Rio Verde

Arraial Jatahy

RIO CORUMBÁ

Cidade Bom Fim

Villa Pouso Alto

Arraial Campinas

RIO TOCANTINS

Villa S. José do Tocantins

Arraial Trahiras

PALMA

Cidade Palma

Villa Conceição

Arraial Peixe

„ Duro

RIO CONXIM

Villa Torres do Rio Bonito

„ Coxim

IMPERATRIZ

Cidade S. Luzia

Villa Formosa da Imperatriz

Arraial Flores

„ S. Rosa

CAVALCANTE

Villa Cavalcante

„ Forte

Arraial S. Felix

„ Nova Roma

PORTO IMPERIAL

Cidade Porto Imperial

Villa Natevidade

Arraial Carmo

„ S. Pedro do Tocan
 „ Chapada
 „ S. Miguel e Almas

RIO DAS ALMAS

Villa Jaraguá
 „ Pilar
 Arraial Crixás
 „ Amaro Leite

S. CRUZ

Villa S. Cruz
 „ Bella de Morrinhos
 Arraial S. Rita do Paranahyba
 „ Caldas Novas

RIO PARANÁ

Villa Arraias
 „ Taguatinga
 Arraial Chapéu

BOA VISTA

Cidade Boa Vista

[circulo preto] Indica cabeça de Comarca.

Nottas

Existem mais sete julgados de Paz – S. José do Araguaya, Mestre d’Armas, S. Antonio do Rio Verde, Calacas, Moleque, Prata e Philadelphia; e seis prezidios militares - Jurupensem, Leopoldina, S. Maria, S. José dos Martirios, S. Barbara e S. Antonio.

Os limites com a província de Matto Grosso estão traçados de conformidade com o parecer da Camara dos Deputados de 20 de Julho de 1864.

A presente carta foi organizada para satisfazer as exigencias do Avizo Circular do Ministerio d’Agricultura N° 4 a 22 de Dezembro de 1873.

Referência:

- 1 – TAUNAY, Visconde de. Goyaz. Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, Goiânia, 2004.
- 2 – RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil. Volume II. 4ªed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, s/d, p. 290-291.

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas – 43cm x 73cm

Data - 1875

Localização – CO–GO-10.01.3700

2 - PLANTA DE UMA ESTRADA DE RODAGEM DE GOIÁS AO COXIM

Leitura paleográfica:

Planta de uma estrada de rodagem de Goyaz ao Coxim. Pelo 1º Tenente de Engenheiros, Joaquim R. de M. Jardim. 1866.

Explicação:

[linha pontilhada] Rumo da estrada projectada explorada

[linha ondulada] Estrada projectada

[linha pontilhada] Caminho existente

Copiada pelo Cap. D. do Araújo e Silva[?]

Arquivo Militar, 14 de novembro de 1868

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas – 83cm x 45cm

Data – 1866

Localização – 10.01.2060

3 - CARTA OU PLANO GEOGRAFICO DA CAPITANIA DE GOIÁS – “MAPA DOS JULGADOS”

O “Mapa dos Julgados” é um dos mapas de Goiás do qual há diversas cópias. “No Catálogo da Exposição de História do Brasil... 1881, à p. 317, sob o nº 3.211, estão relacionados dois originais, três cópias – uma das quais reduzida – pertencentes ao Arquivo Militar, bem como uma cópia feita por Francklin Antonio Costa Ferreira, pertencente à Biblioteca Nacional”. (1) Por isso, em todos os “Mapas dos Julgados” que apresentarmos neste GUIA, iniciaremos com um comentário geral comum a todos, contextualizando o seu surgimento.

Em 1772 o governo português nomeava José de Almeida de Vasconcelos Soveral e Carvalho para governador da capitania de Goiás. José Martins Pereira de Alencastre, escritor, geógrafo e também governador de Goiás de abril de 1861 a junho de 1865, em seu clássico ‘Anais da Província de Goiás’, publicado em 1864, ao comentar o governo de José de Almeida, oferece algumas informações a respeito desse mapa: “sendo o único governador que percorreu toda a capitania, tinha o mais exato conhecimento do seu território, e também das suas necessidades. Esse conhecimento serviu-lhe, sobretudo para o levantamento da carta da capitania, e melhor divisão dos Julgados. No levantamento da carta teve o mais sério cuidado, não só pelo gosto de empregar-se em trabalhos desta natureza, de que era apaixonado, como pelas recomendações que a este respeito tinha recebido do presidente do real erário, Marquês de Angeja. Sendo da atribuição dos ouvidores criar julgados nas povoações de 100 a 200 fogos, foram no tempo do governo de José de Vasconcelos criados pelo ouvidor Cabral os julgados de Crixás, S. Félix, Arraias, Couros, Cavalcante, Conceição e Natividade. D’ahi a necessidade de serem designados os novos limites dos antigos, entre cujos juizes ordinários apareciam sempre conflitos de jurisdição. Sobre a carta da Capitania, e por ato de 20 de abril de 1778 marcaram-se os limites de Villa Boa, Pilar,

Trahiras, S. Felix, Conceição, Natividade, Arrayas, Cavalcante, Santa Luzia, Meia Ponte, Santa Cruz e Rio das Velhas”. (2)

Segundo Paulo Bertran, “A ‘Carta ou Plano Geographico da Capitania de Goyas’ ou, simplesmente, ‘Mapa dos Julgados’, consagrado na historiografia clássica, terminou de fazer-se em maio de 1778, pelo Sargento-Mor, Thomaz de Souza, depois de longas viagens deste pela Capitania de Goiás, ou bem só ou acompanhando o Governador José de Almeida. O mapa de Thomaz de Souza tinha a preocupação de delimitar o âmbito dos Julgados goianos, vale dizer, dos territórios municipais da época. Esses Julgados criaram-se em território goiano mais ou menos ao sabor das circunstâncias, dependendo de sua importância demográfica e econômica. Dessas divisas ficou incumbido o Ouvidor Cabral de Almeida. Não foram atos perfeitos, mas tendo repartido os territórios municipais a grosso modo, deu a tônica principal destes se irem ajustando, ao longo dos tempos, a territórios naturais, marcados por acidentes geográficos, sobretudo pelos rios e serras de maior envergadura”. (3)

O autor do mapa, Tomaz de Souza, “era carioca, com formação na Escola de Oficiais do Rio de Janeiro e em 1774 se encontrava em serviço em Cuiabá, vindo em 1776 para Goiás. Este oficial engenheiro seria encarregado da cartografia oficial, do estudo e construção de uma fonte para o abastecimento de água potável em Vila Boa e de outro importante empreendimento, que foi o desvio das águas do Rio Maranhão em 1779, já no governo de Luiz da Cunha. [...] Durante um ano, o engenheiro militar percorreu toda a capitania. Fez o que chamou de “Caminho das Águas”, visitando toda a hidrografia goiana. Em janeiro de 1778, apresentou os mapas produzidos pela expedição militar ao Conselho Ultramarino. A construção cartográfica da Carta ou Plano da Capitania de Goyaz de 1778, documento oficial da Coroa Portuguesa, reunia elementos da paisagem, representava o relevo e as bacias hidrográficas, as construções como intervenção no território e apropriação 28 do espaço, as estradas que ligavam Goiás a Minas, a Cuiabá e a Salvador. Apresentava uma hierarquia para classificar os povoamentos conforme sua inserção na economia da mineração: Vila Boa, arraiais com freguesia, arraiais sem freguesia e as aldeias (estas por último, representando onde a sociedade mineira de Goiás enxergava o índio). O mapa De Tomaz de Souza definiu as fronteiras de Goiás, estabelecendo limites identificados em coordenadas astronômicas, conhecimento técnico avançado à época. Seu trabalho foi tão preciso que em 1920, quando houve um questionamento das fronteiras pelo Projeto do Ten. Cel. Eng. Oliveira Lobo de uma Igreja para o Presídio de Leopoldina governador de Mato Grosso, em uma discussão que foi levada ao Congresso Nacional, o preciosismo de Tomaz de Souza foi decisivo para a manutenção da fronteira”. (4)

Leitura paleográfica:

Carta ou Plano Geographico da Capitania de Goyas huma das do centro da America Meredional pertencente ao Reino de Portugal que se tirou por ordem do Ill.mo e Ex.mo S.r JOZE DE ALMEIDA DE VASCONSELOS DE SOVERAL E CARVALHO. Governador e Capp.m Gn.al da dita Capitania do dia 26 de Julho de 77. the de Mayo de 78. Por Thomas de Souza Sargento Mor do Regimento da Cavalaria Auciliar da mesma Capitania, sendo quaze toda vista por sua Ex.a a quem o autor acompanhou em todo o tempo do seu governo.

Adevertencias

Esta Capitania he de marcada da Barra do Rio Pardo, por ele asima té as suas cabeceiras, buscamçe as do Araguay por ele abaxo té fazer Barra no Tocantins pello Tocantins asima té a Barra do Rio Manoel Alves: busçaçe a ponta da Serra Cordilheira e segueçe pello cume della athe a Serra de Lourenço Castanho. Arrendidos, Escuro, Serra da Canastra, Marçelha, até a Barra do Sapucay, pello Rio Grande abaxo the onde nelle faz barra od.o Rio Pardo, o que tudo vay notado.

As arrayas que são Freguezias se notaõ [circulo vermelho com cruz em cima]

As Aldeyas [circulo vermelho]

As Estradas vão de pontinhos encarnados

A capital desta Capitania he Villa Boa, situada em 16.gr.os e 20.m.s ao Sul da Linha Equinocial. com 329.gr.os e 10 m.s de longitude contados da Ilha do Ferro. Esta Capitania alem das Arrayas que vão notados em 1.A em m.tas fazendas.

A deverteçe mais que esta Capitania tem 13. Julgados e que huns compriendem pequeno terreno, por serem mais povoados, e outros muito grandes, porterem m.ta terra inteiramente despovoada como he Villa Boa e Natevidade.

Referência:

1 – ADONIAS, Isa. Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores (1500-1822). Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1960, p. 663-664.

3 – ALENCASTRE, José Martins Pereira. Anais da Província de Goiás. Convênio SUDECO/Governo de Goiás, 1979, p. 215-216.

3 – BERTRAN, Paulo. Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783, Goiânia, ICBC, 2010, p. 101.

4 - A Engenharia em Goiás – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás. Goiania. CREA-GO, 2012.

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas – 57,5cm x 89cm

Data - 1778

Localização - 10.01.2063

4 - CARTA DA CAPITANIA DE GOIÁS - “Mapa dos Julgados”

Introdução e contexto, vide o mapa anterior: **CARTA OU PLANO GEOGRAFICO DA CAPITANIA DE GOIÁS – “MAPA DOS JULGADOS”**.

Esta é uma cópia sem os textos do original do “Mapa dos Julgados”. As informações a respeito dessa cópia são fornecidas na “Leitura Paleográfica”.

Leitura paleográfica:

Carta da Capitania de Goyaz

Levantada pelo Sargento Mór Thomaz de Souza: em 1778.

Desenhada por Franklin Antonio Costa Ferreira, Tenente do Estado Maior de 1ª Classe do Exército.

Copiado de um exemplar existente na Bibliotheca Nacional. Janeiro de 1919 – Eugenio Rio, desenhista da Comissão Rondon, copiou.

Confere – F. Jaguaribe Gomes de Mattos

Chefe da Secção de Desenho da Comissão Rondon.

Confirmo a declaração do copista Eugenio Rio.

Biblioteca Nacional, 3ª Secção em 16 de julho de 1919

[segue assinatura]

Referência:

1 – ADONIAS, Isa. Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores (1500-1822). Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1960, p. 663-664.

3 – ALENCASTRE, José Martins Pereira. Anais da Província de Goiás. Convênio SUDECO/Governo de Goiás, 1979, p. 215-216.

3 – BERTRAN, Paulo. Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783, Goiânia, ICBC, 2010, p. 101.

4 - A Engenharia em Goiás – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás. Goiania. CREA-GO, 2012.

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas – 57,5cm x 97,5cm

Data - 1919

Localização – CO-GO-10.01.2062

5 - CARTA DA CAPITANIA DE GOIÁS - “Mapa dos Julgados”

Introdução e contexto, vide o mapa: **CARTA OU PLANO GEOGRAFICO DA CAPITANIA DE GOIÁS – “MAPA DOS JULGADOS”** do acervo do AHEx.

Esta é uma cópia “reduzida”, sem os textos do original do “Mapa dos Julgados”.

Leitura paleográfica:

Carta da Capitania de Goyaz

Levantada pelo Sargento Mór Thomas de Souza em 1778.

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas – 57cm x 95cm

Data - ?

Localização - 10.01.2065

6 - CARTA COROGRÁFICA PLANA DA PROVÍNCIA DE GOIÁS E DOS JULGADOS DE ARAXÁ E DESEMBOQUE DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

O organizador de uma das mais importantes peças da cartografia goiana, Raimundo José da Cunha Mattos, nasceu em Portugal em 1776. Seguiu carreira militar e formou-se em matemática pura e aplicada à artilharia. Ainda jovem participou da campanha militar contra a invasão francesa na Península Ibérica. Em 1797 foi enviado à Ilha de São Tomé e Príncipe, onde galeou vários cargos até ser nomeado, em 1816, governador interino dessa ilha. Depois de quase vinte anos na Ilha de São Tomé e Príncipe, já então Tenente-Coronel, veio para o Brasil. (1)

No Brasil, então na condição de “Reino Unido” a Portugal, participou diretamente dos conflitos políticos que terminaram com a Independência do Brasil. Na dinâmica de consolidação da Independência foi enviado em 1823 à Província de Goiás como “Governador das Armas”. Sua tarefa era resguardar as fronteiras do norte goiano e evitar a invasão das tropas portuguesas estabelecidas no Pará, Piauí e Maranhão que ainda eram favoráveis a Portugal. “Logo após chegar a Goiás, organizou uma expedição para visitar as localidades da província, a fim de passar revista nas tropas de primeira e segunda linha e contabilizar o efetivo existente. Em 20 de setembro de 1823, Cunha Mattos marchou para a Comarca do Norte, com o objetivo de proteger a fronteira contra as possíveis invasões das tropas portuguesas [...]. Lamentou a ausência de milicianos com os quais pudesse contar na região. O Governador reclamou, ainda, que estava quase sem armamentos e cercado de inimigos no Norte, onde havia homens que seguiam o Partido de Portugal”. (2) Terminadas as atribuições em Goiás, regressou ao Rio de Janeiro em março de 1826.

Como fruto dessa permanência em Goiás consolidou informações utilizadas no seu **“Itinerário ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiaz, seguido de huma descrição chorographica de Goiaz, e dos roteiros desta província as de Mato Grosso e São Paulo”**, escrito em 1826, quando do término de suas atribuições como Governador de Armas de Goiás.

A obra é “fruto da conciliação de sua missão militar com seu objetivo de escrever um roteiro útil para os que viessem a se aventurar através dos caminhos pelos quais percorreu, e com sua velada intenção de beneficiar o novo governo com o apuro das descrições geográficas, da economia e do comércio das regiões que percorreu. [...] As informações contidas em seu relato aparecem sob o formato de um diário de bordo, contendo sempre identificações de local, distância e data. Sua “marcha” é minuciosamente descrita através dos horários e localidades de chegada e partida. Os ranchos, fazendas, rios, pontes, córregos pelos quais passa também são rigorosamente anotados.” (3)

A respeito deste mapa, organizado “para acompanhar os seus “Itinerários”, relata: “A maior parte do que escrevo foi por mim visto e examinado: fadigas extraordinárias, perigos iminentes são a moeda que me custou esta minha obra. Não afianço a perfeição dela, porque na mesma França e Inglaterra não há perfeição absoluta em matérias geográficas; eu fiz quanto pude, e ainda mais faria se tivesse quem me auxiliasse. [...] Os meus

Itinerários e o Resumo Corográfico da Província de Goiás vão acompanhados do mapa geral dela, e dos Termos dos Julgados do Araxá, e Desemboque, da Província de Minas Gerais, em três grande folhas, e da carta de marcha desde o Rio de Janeiro até a Serra da Marcella da dita Província de Minas Gerais. Eu tinha intenção de publicar com estes mapas um atlas de centro e sete cartas topográficas e hidrográficas do interior do Brasil, que se acham prontas para a litografia, em escala de polegada por légua. Obstáculos com que eu não contava obrigaram-me a repô-las no mesmo lugar em que dantes as tinha conservado”. (4)

Em relação à localização dos elementos em seu mapa, faz a seguinte ressalva: “as matérias mais importantes da geografia do interior do Brasil e aquelas em que mais se anda às apalpadelas, são as Latitudes e Longitudes dos lugares. Eu tenho motivos sobejos para afirmar que nas Minas Gerais e em Goiás fizeram-se mui poucas observações astronômicas, e que a cerca das Longitudes, tudo é obscuridade, pois que o mesmo Barão de Eschwege, na sua obra excelente sobre o Brasil, e na qual apresenta uma larga tabela de Latitudes, não se atreveu a marcar as Longitudes, prova de conhecer que há incerteza completa a respeito de todas as que aparecem nos escritos dos historiadores. Eu possuo uma larga coleção de Longitudes e Latitudes dos lugares do interior do Brasil; e tive a desgraça de não encontrar dois pontos em que se conformassem. As mesmas marchas que eu fiz, as distâncias que havia de lugar a lugar, e os rumos a que respectivamente demoravam, mostraram-me os erros dos Astrônomos jesuítas Diogo Soares e Domingos Capazzi; ou para melhor dizer, eu fiquei entendendo que estes jesuítas não fizeram observações astronômicas de Goiás”. (4)

E conclui: “devo pedir aos Srs. que se acham à testa da Administração Pública de Goiás, que continuem e aperfeiçoem os meus escritos: eu emendei os antigos mapas da Província em mais de três mil pontos diferentes, por onde transitei, e daqueles de que recebi informações em que podia de certo modo confiar. Ninguém pense que os meus mapas são absolutamente exatos: eu o declaro nos **Itinerários**. Se eu fiz mais de três mil emendas nos antigos mapas manuscritos, agora pelos **Itinerários** e mapas impressos, proporciono os meios convenientes de se proceder a novos exames e às correções inumeráveis que será necessário praticar. Eu apenas transitei pelas estradas gerais de Goiás; não fiz explorações pelas terras desertas e ainda nas povoadas que ficavam fora de minha linha de marcha: só afaço aquilo que eu mesmo observei; e deixo a outros melhores do que eu, o mais que entenderem ainda faltar. A Província de Goiás não podia ser explorada em dois anos por um homem quase desacompanhado, e que, além dos entretenimentos geográficos, tinha muitas outras coisas em que cuidar”. (4)

Leitura paleográfica:

Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Provincia de Minas Geraes, organizado pelo Brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos, Governador das Armas de Goyaz, para acompanhar os seus Itinerarios escritos em 1826 e publicados no anno de 1836.

N.B As marchas do General Cunha Mattos vão marcadas em linha unida
As outras Estradas vão em linha ponteada

Escala de 18 legoas em um grao.

[caixa lado superior esquerdo]

Copia exacta do Mappa que mostra a Navegação da F. de Mogi-Guassú ao Arraial de Anicuns. Descuberta por João Caetano da Silva em 1817.

Referência:

1 – VIEIRA, Martha Victor. As idéias de Raimundo José da Cunha Mattos sobre o Estado Imperial brasileiro. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

2 - VIEIRA, Martha Victor. Cunha Mattos em Goiás: os conflitos de jurisdição entre o governo das armas e o governo civil (1823-1826). Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 5, n. 2, jul.-dez., 2012.

3 - QUEIROZ, Bianca Martins. RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATOS (1776-1839): “A pena e a espada a serviço da pátria”. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2009.

4 – MATTOS, Raimundo José da Cunha. Itinerário ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiaz, seguido de huma descrição chorographica de Goiaz, e dos roteiros desta província as de Mato Grosso e São Paulo. Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Vilaleneuve E. C., Tomo I e II, 1836.

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas – 40cm x 81cm

Data - 1875

Localização – CO-GO-10.01.2064

7 - MAPA DO ESTADO DE GOIÁS

O autor, Frei Reginaldo Tournier nasceu em Paris, França em 1880. Mais tarde tornou-se religioso da Ordem dos Dominicanos. Na Diocese de Porto Nacional – no atual estado de Tocantins - foi professor do Colégio Sagrado Coração de Jesus, fundado em 1904 e do Seminário, fundado em 1925.

Na cidade de Goiás, antiga capital do estado de Goiás, foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás em 1933, além de ter sido escritor e membro de vários institutos históricos e geográficos da Europa e da América. (1) “Estudou usos e costumes das populações sertanejas. Como agrônomo e veterinário, dirigiu as fazendas ‘Mato Grosso’ e ‘Benfica’, onde produzia animais de tração e montaria para as longas viagens realizadas pelos padres no território do atual Estado de Tocantins. Como arquiteto construí o sobrado do Seminário São José”. (2)

De 1912 a 1917, Frei Reginaldo Tournier foi nomeado Superior do Convento dos Dominicanos de Porto Nacional. Foi nesse período que, como correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, elaborou o “Mapa do Estado de Goyaz”, publicado no governo de João Alves de Castro, em 1918. Como consta neste mapa que é “Propriedade do Estado de Goyaz”, supomos ser o primeiro mapa oficial daquele estado publicado por ocasião dos festejos do centenário da cidade de “Goyaz”, capital daquele estado.

Ao representar o quadrilátero do “Distrito Federal”, é possível constatar que o mapa “organizado” por Frei Reginaldo Tournier apresenta os resultados dos estudos da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil e da Comissão de Estudos da Nova Capital da União, chefiadas por Luiz Cruls, Diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro.

O mapa publicado neste Guia é uma “Revisão” feita em 1922, pois, como consta no texto ao pé do “Mappa”, nos limites com o estado de Minas Gerais, “seguiu-se o traçado estabelecido desde as antigas Capitâneas e reconhecido pelo Laudo Arbitral do Ex.mo Snr. Dr. Epitacio Pessôa, em 16 de Julho de 1922”.

A partir desse mapa foram publicados outros, sempre referenciados ao autor Frei Reginaldo Tournier, mas indicando que sofreu “reorganização”. Como exemplo, citemos o mapa que pertence a Biblioteca Nacional, publicado em 1938, onde consta a “Planta da Capital do Estado – Goiânia – A mais moderna das cidades brasileiras, idealizada e realizada pelo eminente Interventor Federal Doutor Pedro Ludovico Teixeira.”

Leitura paleográfica:

Mappa do Estado de Goyaz.

Organizado em 1918 (1º Centenario de Goyaz-cidade) por FR. REGINALDO TOURNIER MISSIONARIO DOMINICANO. Socio Correspondente do Instituto Historico-Geographico do Rio de Janeiro.

PLANTA DA CAPITAL

População da Capital 7.000 hab.

Escala – 1:15.000

LEGENDA

- A – Palacio do Governo
- B – Cathedral em construcção
- C – Boa Morte – Actual Matriz
- D – Quartel da Força Federal
- E – Cadeia
- F – Collegio Sta. Anna (Dominicanas)
- G – Correio
- H – Lyceu
- I – Igreja S. Francisco
- J – Mercado
- K – Palacio Episcopal
- L – Asylo S. Vicente de Paulo
- M – Quartel da Força Policial
- N – Intendencia Municipal
- O – Igreja do Rosario (Dominicanos)
- P – Tribunal da Relação
- Q – Secretaria de Finanças
- R – Hospital S. Pedro de Alcantara
- S – Igreja S. Abbadia
- T – Igreja do Carmo
- T – Seminario Diocesano

U – Camara dos Deputados
 V – Senado
 X – Thezouro Federal
 Y – Usina Electrica
 Z – Cemiterio
 1 – Chafariz principal
 2 – Poço d'Agua Ferrea
 3 – Poço Chapeu do Padre
 4 – Chafariz da Carioca
 5 – Casa da Polvora
 6 – Matadouro

Observação sobre limites.

Os limites foram traçados de accordo com os direitos de Goyaz: Com o Pará seguiu-se a demarcação do Ouvidor Segurado procedida em 23 de Agosto de 1810 e a lettra dos Alvarás de 18 de Março de 1809 e 25 de Fevereiro de 1814; com Matto Grosso observou-se a opinião de varios cartographos e acompanhando o parecer da Camara dos Deputados de 20 de Julho de 1864, mas o limite da lei é o constante do acto de accessão de 1º de Abril de 1771 que abrange todo o Rio das Mortes; com a Bahia conservou-se o antigo limite, reaffirmado no accordo celebrado entre os dous Estados em 1919; com Minas Geraes seguiu-se o traçado estabelecido desde as antigas Capitancias e reconhecido pelo Laudo Arbitral do Ex.mo Snr. Dr. Eptacio Pessôa, em 16 de Julho de 1922.

O Autor.

Rev. 1922

DADOS GEOGRAPHICOS

Superficie do Estado - 747.311 kilom.²

População – 511.919 hab.

Divisão Municipal – 49 Municipios

Divisão Judiciaria – 24 Comarcas - 49 Termos - 126 Districtos

Escala 1:2.000000

Propriedade do Estado de Goyaz.

Referência:

1 - GODINHO, Durval C. História de Porto Nacional. s/e, 1988.

2 – MARTINS, Mário Ribeiro. Dicionário Biobibliográfico de Goiás. Rio de Janeiro, Master, 1999, p.977-978.

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas – 69cm x 108cm.

Data - 1918

Localização – CO-GO-10.01.2066

8 - CAPITANIA DE GOIAZES

Leitura paleográfica:

Capitania de Goyazes.

Dividida pelo campo Illumina de Côr.

Capital [desenho de um círculo de onde partem raios]

Petipé de trinta leguas de caminho das de 20 ao grao.

Fonte - Arquivo Histórico do Exército

Medidas – 38cm x 28,5cm.

Data – sem data

Localização - CO-GO-10.01.2067

9 - ROTEIRO FIGURADO DA VIAGEM ENTRE O LAGO VERMELHO, PONTA DO PITEIRA NO RIO TOCANTINS

O interesse na navegação dos rios do interior do Brasil acompanhou o militar José Vieira Couto de Magalhães em todos os cargos que ocupou nas Províncias do interior do Brasil: “foi presidente da Província de Goiás, de 1862 a 1863, e da do Pará, de 1864 a 1865. Em 1863 foi nomeado presidente da Província de Minas Gerais, mas não tomou posse, preferindo dedicar-se à administração da Província de Goiás. Em 1865, quando os paraguaios invadiram a província de Mato Grosso, aceitou a missão de expulsar os invasores e reorganizá-la, recebendo a patente de General e permaneceu no cargo até 1867. Contava apenas 24 anos de idade quando, empossado na cadeira presidencial, na província de Goiás, resolveu empreender a primeira viagem de exploração aos sertões do Brasil Central, objetivando estudar a questão de transportes, que, segundo ele, a própria natureza indicava as vias: para o sul, o rio Taquari; para o norte, o Araguaia e o Tocantins. Estabelecendo a navegação no Araguaia, segundo ele, preferível à do Tocantins, tinha em vista não só facilitar as comunicações entre Goiás e os outros produtores do Mato Grosso, Pará e Maranhão, como também ligar a foz do Amazonas à do Prata, aproveitando, no sul, para esse fim, a navegação do Taquari. Deve-se ao General Couto de Magalhães a primeira exploração do rio Araguaia, feita por profissional, missão que confiou ao engenheiro Vallée, desempenhando-a satisfatoriamente, resultando na apresentação das plantas dos rios Araguaia e Tocantins”. (1)

Após assumir o governo da Província do Pará (1864-1865) seu continuado interesse pela navegabilidade dos rios do interior do Brasil, principalmente Tocantins e Araguaya, o leva a organizar a exploração do Rio Tocantins, missão na qual encarregou Francisco Parahybuna dos Reis, militar reformado com o posto de capitão-tenente em 1860 e que prestava relevantes serviços na “Companhia de Navegação e Comercio da Província do Amazonas”.

Enquanto trabalhava naquela companhia fez os levantamentos para o “Mappa do Amazonas”, organizado e desenhado por F.A.P. Bueno, mandado litografar pelo Conselheiro Francisco Carlos d’Araujo Brusque, Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios da Marinha.

Como resultado de sua viagem exploradora do Rio Tocantins, Francisco Parahybuna dos Reis escreveu a “Exploração e exame do Rio Tocantins”, publicado no Pará em 1864. A obra foi anexada ao Relatório da Administração do Pará do Governador José Vieira Couto de Magalhães publicado em 1864.

O presente mapa é o “roteiro figurado” dessa viagem exploradora, solicitado pelo Governador do Pará, José Vieira Couto de Magalhães.

Leitura paleográfica:

Roteiro figurado da viagem entre o Lago Vermelho Ponta do Piteira no rio Tocantins, feito 1864 pelo Capitão Tenente Reformado Francisco Parahybuna dos Reis, por ordem do Exm.o Senr. D.or José Vieira Couto de Magalhães Presidente da Provincia do Pará, e copiada por Costantino Pedro Chaves da Motta.

Dezenhista da Repartição de Obras Publicas.

Fac-simile de um exemplar existente sob o título Pará [?] na 2ª Secção da Diretoria de Viação (M.[inistério] da Viação). Rio de Janeiro, 12 de abril de 1919 – Eugenio Rio, des.ta [desenhista] de 4ª Classe da Comissão Rondon, copiou.

Confere 1º T.te F. Jaguaribe - Chefe da Secção de Desenho da Commissão Rondon.

Referência:

1 – Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia dos Rios Tocantins e Araguaia. Agência Nacional de Águas – ANA. 2007.

In - <http://central2.to.gov.br/arquivo/31/934>

2 – FLORES, Kátia Maia. Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. Dissertação de doutorado. Programa de Pós-graduação em História da UFMG, 2006.

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas - 52,5cm x 106cm

Data - 1864

Localização - CO-GO-10.01.2068

10 - SCHEMA DAS LINHAS TELEGRAFICAS DO ESTADO DE GOIÁS

Leitura paleográfica:

Schema das linhas telegraphicas do Estado de goyaz.

Imprima-se em 8-11-912. E. Pamplona

Carimbo: Sub-Directoria Technica – 2ª Secção – Nov 8 1912

Rep. Geral dos Telegraphos / Conforme, [assinatura] Chefe da 2ª Secção

Jacinto da Fonseca Chagas / Auxiliar de desenhista

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas - 67,5cm x 94cm.

Localização - CO-GO-10.01.2075

Data – 1912

11 - PROJETO DA ESTRADA DE FERRO DO RIO PARANAHYBA AO RIO ARAGUAYA, PASSANDO PELA CAPITAL DA PROVÍNCIA DE GOYAS

Leitura paleográfica:

Projecto da Estrada de Ferro do Rio Paranahyba ao Rio Araguaya passando pela capital da provincia de Goyas 1889.

Escala = 1: 1.600.000

Joaquim M. R. Lisboa.

Alturas Barometricas de varios pontos da provincia de Goyas.
Acima do nível do mar.

Especificações	Metros
Allemão	600,
Anicuns	700,
Antas	900,
Barra	450,
Bella Vista	800,
Caldas novas	750,
Campinhas	750,
Catalão	820,
Curralinho	750,
Divisa d'aguas, garganta de	950,
a	1050,
Entre Rios	750,
Goyas (capital)	550,
Jurupensem	350,
Morrinhos	800,
Ouro Fino	780,
Pouso Alto	800,
Rio Paranahyba	520,
Ser Bom Jesus da Floresta	650,
S.ta Liopoldina	280,
S.ta Cruz	750,

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas - 29cm x 53cm

Data - 1889

Localização - CO-GO-10.01.2078

12 - MAPA DE TODO O CAMPO GRANDE, CABECEIRAS DO RIO DE S. FRANCISCO E GOYAZES

Nos idos de 1750, uma vasta região a Oeste da Capitania de Minas Gerais, fora escolhida por escravos para formarem seus Quilombos, situação que dificultava a exploração do ouro nos rios dessa região. Essa região abrangia as nascentes do Rio São Francisco e as duas margens do Rio Grande, local que hoje corresponde ao Triângulo Mineiro, sul, o sudoeste e centro-oeste de Minas Gerais, bem como áreas do nordeste do estado de São Paulo. Todo esse espaço geográfico era conhecido na época como Campo Grande. Devido às boas condições para a agricultura, água em abundância e relativamente distante das vilas mais povoadas, essa região favoreceu o surgimento de vários quilombos.

No período entre 1695 a 1790, Minas Gerais chegou a ter mais de cem quilombos e “na década de 1740, a capitania vivia um paradoxo. De um lado, ocorria o crescimento da população nas áreas de mineração, por outro, o ouro era cada vez mais escasso. Esse fato provavelmente obrigou um grande número de pessoas a buscarem alternativas de sobrevivência, passando, dessa forma, a disputar com os negros as terras afastadas do núcleo minerador, até então ocupadas, pelo menos em parte, por quilombos”. (1)

O Governador de Minas Gerais, José Antônio Freire de Andrade, ameaçado por essa situação, promoveu uma guerra contra os Quilombos, comandada pelo Capitão Antônio Francisco França de Burena e ordenada pelo Conde de Bobadela, irmão do Governador de Minas Gerais. A conquista dos sertões de Campo Grande fiou sob a responsabilidade do Capitão Bueno do Prado, enquanto que a conquista dos sertões do Pium-i e das cabeceiras do São Francisco ficou a cargo de Diogo Bueno da Fonseca.

Foi a partir desse contexto que foram organizados dois importantes documentos para o que os historiadores chamam de “Cartografia dos Quilombos”. O mapa publicado nesse GUIA é provavelmente um exemplar elaborado a partir do mapa original que pertence ao Instituto de Estudos Brasileiros da USP e está na Coleção da Família Almeida Prado: “*Mapa de todo o campo Grande tanto da parte da Conquista, q’ parte com a Campanha do Rioverde, e S.Paulo, como de Pium-i Cabeceyras do Rio de S. Francisco, e Goyazes Naentrada que se fez p.a os certos das conquistas do Campo grande por ordem do Ill.mo S.r Conde de Babadela como se ordenou ao Capp.am Antônio Francisco França*”.

O mapa sob a custódia da USP possui muito mais informações que o mapa do Arquivo Histórico do Exército: “apontam que as décadas de 1740 e 1750 foram marcadas por um intenso processo repressivo aos quilombos. A campanha de 1746 partiu de Ponte Alta, lugar que provavelmente localiza-se na região do centro-oeste de Minas. Acredita-se que as expedições da década de 1740 tenham se dedicado ao combate aos quilombos das regiões das atuais cidades de Formiga, Cristais, Bambuí e Piumhi. Há indícios de que as autoridades conheciam a localização dos quilombos, uma vez que as expedições tinham o objetivo de destruí-los, e não de localizá-los, de acordo com os registros presentes no mapa em foco. [...] De acordo com a nota explicativa anexa ao documento histórico, o mapa teria sido confeccionado pelo Capitão Antônio Francisco França no formato de uma rede de drenagem

dendrítica arborescente, ou seja, apresentando a disposição dos rios formando um esgalhamento. Faz referência à procura por ouro, às dificuldades enfrentadas pela expedição e à destruição de pelo menos um desses quilombos”. (1)

Leitura paleográfica:

Mappa de todo o Campo grande, tanto da parte da conquista que parte com a campanha do Rio Verde e S. Paulo como de Piuhy Cabeceiras do Rio de S. Francisco e Goyazes.

Referência:

1 - FILHO, Edson da Silva. FILHO, Oswaldo Bueno Amorim. CASTRO, José Flávio Morais. A contextualização histórica e geográfica dos quilombos do Campo Grande. Iº Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty, 10 a 14 de maio de 2011.

In-

https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/SILVA_FILHO_EDSON_ET_AL.pdf - Acesso em 21/08/2013.

2 – MARTINS, Tarcisio José. Quilombo do Campo Grande – História de Minas que se devolve ao povo. Minas Gerais, Santa Clara, 2008.

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas - 68,5cm x 46,5cm.

Data – sem data

Localização - CO-GO-10.01.2079

13 - RIOS TOCANTINS E ARAQUAYA

O presente mapa foi feito por solicitação do Governador de Goiás, Fernando Delgado Freire de Castilho. Tomou posse em novembro de 1809, ficando à frente da Capitania até agosto de 1820, quando, por motivos de doença, solicitou afastamento. Suicidou-se no Rio de Janeiro quando se preparava para voltar para Portugal.

Saint-Hilaire, que conheceu o Governador em sua viagem a Goiás, o apresentou assim no relato dessa viagem: “desejava ardentemente fazer o bem; mas encontrara por toda a parte a mais desanimadora resistência passiva, resultado da apatia dos habitantes e da indiferença do governo central. Vendo, desde o momento em que chegou, que a província de Goiás não achava mais quase recursos na exploração das minas, sentiu que era necessário dirigir os esforços dos habitantes para a agricultura e o comércio; procurou abrir mercados aos produtos da terra, e tratou de facilitar a navegação do Araguaia e Tocantins.” (1)

No contexto de desses projetos administrativos, voltados principalmente para dinamizar o comércio da Capitania, é que podemos situar o presente mapa elaborado quatro anos após o início da administração de Fernando Delgado. Não possui nenhuma indicação de sua finalidade e, diferente da maioria dos mapas de Goiás, não há preocupação em indicar caminhos, a não ser um específico entre Porto de Nossa Senhora da Guia e Santa Rita. O mapa

ressalta as povoações mais importantes daquele período e a relação destas com o sistema hidrográfico. De fato, esta representação é coerente com uma das preocupações deste governo: desenvolver o comércio interno e externo da Capitania aproveitando os rios.

O Padre Silva e Souza, confirma a preocupação do Governador para com o desenvolvimento do comércio na Capitania de Goiás. “Em utilidade da Capitania tem animado a navegação do Araguaya e Tocantina; e em consequência das suas Representações concedeu El Rei, Nosso Senhor a todos os que de novo se estabeleceram nas margens d’estes rios a isenção de dízimos por dez anos [...], além do Direito das Estradas livres nas carregações que se fizerem, também por dez anos [...]. Abriu o novo Porto do Rio Grande [...] aonde em todo o tempo podem subir as canoas, sem os embaraços que na seca encontravam no Rio do Peixe e Vermelho, podendo chegar até a passagem do mesmo Rio na estrada do Cuyabá. [...]. Tem dado as necessárias providências para a fundação do novo Presídio na Foz do Rio Manoel Alvares, [...]. Para facilitar a mesma navegação e ministrar-lhe os socorros necessários, fez uma expedição de 80 homens, e alguns casais para a fundação do novo Presidio de Santa Maria no meio do grande deserto despovoado, que existia entre o Porto da Piedade e São João das duas Barras, [...]. Procurou estabelecer uma Sociedade ou Companhia mercantil entre esta Capitania e a do Grão-Pará [...]”.(2)

Leitura paleográfica:

Rios Tocantins e Araguaya

Configurados conforme as Cartas que existem na Secretaria do governo mandados dezenhar pelo Ill.mo e Ex.mo Senhor Fernando Delgado Freire de Castilho Goverdor e Cap.m G.al da Capitania de Goyas no anno de 1813.

Referência:

1 – SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás.

2 – SILVA e SOUZA, Pe. Luiz Antonio. Memória sobre o descobrimento da Capitania de Goyaz.

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas - 40,5cm x 86,5cm

Data - 1813

Localização - CO-GO-10.01.2080

14 - MAPA DO RIO TOCANTINS

Uma das preocupações constante dos governadores de Goiás era estabelecer comunicação com o litoral, pois, como Capitania central, Goiás se ressentia da falta de comércio com estas regiões mais populosas e ricas. Um dos modos mais práticos de concretizar esse projeto era aproveitar do sistema hidrográfico que ligava os Sertões ao litoral.

Sobre o contexto da feitura desse mapa, assim escreve Pe. Luiz Antonio Silva e Souza no clássico da história goiana, “Memória sobre o descobrimento da Capitania de Goyaz”, quando se refere as atividades do governador José de Almeida Vasconcellos de Sobral e Carvalho que administrou a capitania de julho de 1772 a maio de 1778: “visitou no primeiro verão a capitania e os seus Julgados [...]. Chegando ao Pontal fez pelo Rio Tocantins a primeira expedição para se examinar a navegação para o Grão Pará, e se efetuou a 7 de setembro de 1773, comandada por Antônio Luiz Tavares Lisboa, que chegou, com trabalho e risco de vida, ao lugar do seu destino. Porém foi proibido de regressar sem ordem régia pelo governador, sendo-lhe preciso passar à cidade de São Luiz do Maranhão para voltar a esta capitania. Esta navegação se continuou ao depois, e ainda hoje é freqüentada”. (1)

Portanto, o presente mapa, copiado no Arquivo Militar pelo Capitão João Pedro de Gusmão e Vasconcellos Muniz em 1853, é a representação da viagem feita por **Antonio Luis Tavares**, do Porto do Arraial do Pontal até a cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará, de ordem do governador José de Almeida Vasconcellos de Sobral e Carvalho.

Leitura paleográfica:

Mappa do Rio Tucantins, que o Ill.mo e Ex.mo Snr. Joze de Almeida de Vasconcellos de Sobral e Carvalho Governador e Cap.m General da Capitania de Goyas, mandou navegar do Porto do Arrayal do Pontal, onde o d.o Snr. se achava em 7 de Agosto de 1773, athe á Cid.e de S. Maria de Belem do Gram Para por **Antonio Luis Tavares** que com as instruções que S.Ex.a lhe deu, o carteu na forma que mostra este Mappa; asertado com o Roteiro q. o mesmo Antonio Luis entregou a S.Ex.a quando daquela Cid.e chegou a esta Capital, Villa Boa, e por elle se ve, que do d.o Porto á sobredita Cidade, são na melhor estimação 231 Legoas e 3/4.

Referência:

1 – SILVA e SOUZA, Pe. Luiz Antonio. Memória sobre o descobrimento da Capitania de Goyaz.

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas - 40,5cm x 98cm

Data – 1773

Localização - CO-GO-10.01.2084

15 - MAPA DA DEMARCAÇÃO DIAMANTINA, ACRESCENTADO ATÉ O RIO PARDO

Autoria de Antonio Pinto de Miranda e José Pereira de Moraes Neves. Copiado por Antonio Pinto de Miranda, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, somente uma parte do mapa encontra-se na mapoteca do AHEx. Bom estado.

Leitura paleográfica:

O Acrescentam.to the o Rio Pardo foi feito pelo Bacharel Jose Pereira de Moraes, e copiado por Antonio Pinto de Miranda em 1784.

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas - 97,5cm x 72cm.

Data - 1784

Localização - CO-GO-10.01.2087

16 -ESTADO DE GOYAZ

Em 1911, sob a tutela do Ministério da Viação e Obras Públicas, o governo federal criava a **“Inspetoria Federal de Estradas”** como órgão central para o planejamento dos transportes em todo o país. Ao órgão cabia fiscalizar todos os serviços relacionados às explorações e construções ferroviárias e rodoviárias, excetuadas aquelas sob a administração direta da União.

Fruto dos trabalhos dessa Inspetoria e sob a coordenação do Inspetor Federal, engenheiro José Estácio de Lima Brandão foi produzido este mapa do “Estado de Goyaz” que representa o sistema viário do Estado com prioridade para a rede ferroviária.

Impresso, colorido, com legenda, com notas sobre as estradas de ferro, escala 1:2.500.000, papel canson.

Leitura paleográfica:’

Ministerio da Viação e obras Publicas.

Dr. José Barbosa Gonçalves – Ministro

Inspectoria Federal das Estradas

Inspector Federal: Eng. José Estacio de Lima Brandão. (Interino)

Dezembro de 1913

ESTADO DE GOYAZ.**Legenda:**

[linha na cor vermelha] Linhas em trafego.

[linha pontilhada na cor vermelha] Linhas em trafego construcção ou contractadas.

[linha na cor vermelha clara] Linhas estudadas ou em estudos.

[linha de cruces] Rede bahiana. (contractada)

Escala 1:2500.000

Estradas de Ferro**1° Em trafego:**

Estrada de Ferro de Goyaz

	Kms.
Anhanguera a Ipamery	101,426
Goyandira a Catalão	23,833
	125,259

2° Em construção ou contractada:

Estrada de Ferro de Goyaz

Kms.

Do rio Parnahyba a Catalão 47,000

De Ipamery a Goyaz 421,677

468,677

Secção Cartographica da Comp. Lith. *HARTMANN-REICHEMBACH*. São Paulo e Rio.

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas - 54cm x 69,5cm

Data – 1913

Localização - CO-GO-10.01.2089

17 - PLANTA DO RIO TOCANTINS ENTRE A CIDADE DE CAROLINA E S. JOÃO DO ARAGUAYA

Colorido, nanquim, com seta norte, escala 1:300.000, papel tecido.

Leitura paleográfica:

Planta do Rio Tocantins entre A CID: de CAROLINA e SÃO JOÃO do ARAGUYA MARANHÃO e GOYAZ

Escala de 1:300.000

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas - 57cm x 79cm.

Data – sem data

Localização - CO-GO-10.01.2262

18 - CARTA DA REGIÃO LIMITROFE GOYAZ - MATTO GROSSO

Os estados de Mato Grosso e Goiás sempre tiveram um histórico conflito em relação à fronteira entre seus territórios.

Neste contexto, foi marcado para 1918, pelas instituições “Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e pela Liga da Defesa nacional, uma Conferencia de Limites Interestaduais, junto ao 6º Congresso Brasileiro de Geografia, que se realizaria em Belo Horizonte a 7 de setembro de 1919. Instado a participar da conferencia pelas três instituições patrocinadas, D. Aquino Corrêa, governador de Mato Grosso, percebeu ser esse o momento apropriado para tenta-se resolver de forma definitiva o impasse da disputa de limites mato-grossenses. O governo de Mato Grosso designou, em inicio de 1919, como seus representantes, Candido Rondon e João Barbosa de Faria. Decididamente dois nomes de peso na geografia nacional. Esses representantes mato-grossense, estudando e pesquisando com afinco a questão de limites e sua evolução desde os tempos coloniais, redigiram uma competente Memória a respeito das fronteiras goianas, que seria apresentada no Congresso de Geografia aos delegados de Goiás. Tal trabalho foi publicado em dois volumes, um com texto

e documentos e outro, Atlas, com a evolução cartográfica desde os tempos coloniais”. (1)

O presente mapa foi organizado para “acompanhar a memória apresentada aos delegados do Estado de Goiás pela delegação do Estado do Mato Grosso” no Congresso acima referido levando em conta a discussão dos limites entre esses dois estados desde os tempos coloniais.

Impresso, monocromático, com notas explicativas, escala 1:1.500.000, papel canson, telado.

Leitura paleográfica:

Carta da Região Limitrophe
GOYAZ – MATTO GROSSO

Executada para acompanhar a memória apresentada aos delegados do Estado de Goyaz pela delegação do Estado de Matto Grosso ao 6º Congresso Brasileiro de Geographia.

Organisada e Desenhada na COMMISSÃO RONDON com elementos da Carta Geographica do Estado de Matto Grosso a cargo da mesma Comissão.

Escala: 1:1.500.000

Projecção Senussoidal de Sanson - Longitudes a W do Rio de Janeiro sendo Meridiano Central da Carta o de 10º

1919

Schema dos rios da região limitrophe GOYAZ – MATTO GROSSO

Onde se poderá ver que a linha natural de direcção approximada NS. pelos rios das Mortes e Pardo pretendida pelos respectivos Capitaes Generaes, e de facto realisada pelos rios Araguaya e Corrente

Escala 1:5.000.000

Referência:

1 – PITALUGA, Paulo. História da Fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso.

<http://www2.unemat.br/literaturamt/Arquivos/Instituto%20Hist%F3rico%20e%20Geogr%E1fico%20de%20Mato%20Grosso/Hist%F3ria%20da%20Funda%E7%E3o%20do%20Instituto/Hist%F3ria%20da%20Funda%E7%E3o%20do%20Instituto.doc>. Acesso em 16/06/2014.

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas - 66cm x 95,5cm

Data - 1919

Localização - CO-GO-10.01.3501

19 - PLANTA DA CIDADE DE GOYAZ

Nos idos de 1867, durante os primeiros anos dos conflitos relacionados à Guerra do Paraguai, o governo Imperial brasileiro percebeu quanto era pouco cartografado as vastidões do território dos sertões, principalmente dos caminhos por terra que levava às províncias que faziam parte da fronteira Oeste do Império Brasileiro, Mato Grosso e Goiás.

Portanto, um dos primeiros problemas a ser enfrentado pela força de guerra do Brasil era em relação à cartografia: fazer o levantamento do que já existia bem como elaborar novos mapas que ajudassem na circulação de tropas e de informações.

Um exemplo dessa dinâmica para a cartografia, “a chamada Força Expedicionária, liderada por Alfredo d’Escrangnolle Taunay, que, pela primeira vez, mapeou e reconheceu oficialmente o caminho por terra ligando o litoral paulista ao território paraguaio, na região em que hoje se localiza grande parte do território do estado do Mato Grosso do Sul”. (1)

Consideramos que a presente “Planta da Cidade de Goyaz”, copiada em 1867 de um exemplar do Arquivo Militar da Corte pelo engenheiro militar Capitolino Peregrino Severiano da Cunha, foi elaborado para subsidiar os conhecimentos do território e das cidades do sertões no contexto da Guerra do Paraguai.

Leitura paleográfica:

Planta da Cidade de Goyaz

Arquivo Militar, 1º de Outubro de 1867.

Confere, Arquivo Militar da Corte, 2ª Secção, 1º de Outubro de 1867.

M.el F. C. de Oliv.a Soares

T.e C.el Chefe da 2ª Secção.

Copiada pelo Cap.m de E. M. de 1ª C.e B.el Capitolino Peregrino Severiano da Cunha

Legenda:

1. Cathedral
2. Palacio do Governo
3. Thesouraria Geral
4. Igreja da Bôa Morte
5. Quartel
6. Chafariz
7. Cadêa
8. Ordem 3ª de S. Francisco
9. Igreja do Rosario
10. Carmo
11. N.S da Abbadia
12. Cemiterio
13. S.ta Barbara
14. Palacio do Bispo
15. Caza dos Educandos
16. Fonte da Agôa férrea
17. Thesouraria Provincial
18. Paço da Assemblea
19. Matadouro
20. Artigos Bellicos
21. Lycêo
22. Caza da Polvora
23. Enfermaria
24. Carioca

25. Mercado
26. Hospital de S. Pedro de Alcant.ra
27. Theatro
28. Barreira do norte
29. Fabrica
30. Chacara do Padre Arnaldo

Referência:

1 – CAVENAGHI, Airton José. Uma guerra, dois mapas e duas fotografias. O sertão do noroeste paulista e a aventura do registro iconográfico ao final do século XIX. Proj. História, São Paulo, (32), p. 191-219, jun. 2006.

In - <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/2424/1514>

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas - 48cm X 37cm.

Localização - CO-GO-10.01.3699

Data – 1867

20 - MAPA GERAL DOS LIMITES DA CAPITANIA DE GOIÁS

O Mapa Geral dos Limites da Capitania de Goiás foi elaborado em 1751 pelo geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar, Francisco Tosi Colombina, por solicitação do Dom Marcos de Noronha, primeiro Governador da Província de Goiás (1749-1754). Com a separação da região de Goiás da Província de São Paulo era necessário estabelecer as fronteiras da nova Província. Em texto escrito no corpo do próprio mapa, Tosi Colombina ressalta que para elaborá-lo levou em conta sua experiência e informações de terceiros: “examinei pessoalmente e tomei as informações que me parecem mais verossímeis”, “olhando os pontos da Longitude e da Latitude dos roteiros e dos geógrafos mais modernos com a diligência que pode usar um viajante de passagem” e seguindo “a informação dos melhores pilotos que por lá andam”.

O mapa apresenta dois longos textos, não muitos comuns pela extensão, mas compreensível para a finalidade a que se propunha. Certamente, tanto zelo descritivo estava também associado ao interesse de Tosi Colombina de receber os direitos para construir uma estrada carroçável de São Paulo a Cuiabá, passando pela Capital “Goiaz”, tarefa para a qual pediu várias vantagens. Pelos serviços lhe seria concedido licença para explorar por dez anos este caminho, além de receber de três em três léguas uma sesmaria para a instalação de pontos de apoio aos viajantes. A solicitação foi atendida. Contudo, o privilégio caducou porque, segundo ALENCASTRE, em sua clássica obra, “Anais da Província de Goiás”, Tosi Colombina não conseguiu levantar o capital necessário para a organização da companhia que seria encarregada dos trabalhos.

Ao pé do mapa o cartógrafo apresenta uma detalhada instrução de como o mapa deve ser lido: a rota para a Província de Goiás é apresentada como um caminho que vai da Vila de Santos – Província de São Paulo até o Centro-Oeste. No trajeto, o cartógrafo assinala as rotas terrestres e pelos rios, individuando Vilas, Povoações, Roças, Sítios e Serras. Em alguns momentos indica o número de dias aproximado de caminhada entre dois pontos da rota.

Durante muito tempo o mapa de Tosi Colombina foi considerado pela cartografia histórica o primeiro mapa de Goiás. Novas pesquisas empreendidas pelo historiador Wilson Carlos Jardim Vieira Júnior, a partir da descoberta de um Relatório de 1775 do primeiro Secretário da Capitania de Goiás, documento do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, e publicadas em artigo conjunto com outros historiadores no XXIV Congresso Brasileiro de Cartografia – Aracaju – SE – Brasil, em 2010,(1) permitem afirmar que o mapa de Tosi Colombina foi elaborado de uma cópia feita a partir do primeiro mapa de Goiás, cedida pelo Secretário Ângelo dos Santos Cardoso. Em seu Relatório, Ângelo dos Santos Cardoso, revela que fez uma cópia de seu mapa e entregou-a ao “*Italiano, por nome Francisco Tosi Columbina*” a fim de ajudá-lo em uma viagem àqueles Sertões que iria realizar com o Ouvidor de Goiás, Agostinho Luiz Ribeiro Vieira. Um tempo depois dessas viagens, Tosi Colombina, que era segundo Ângelo dos Santos Cardoso, “*enfarinhado em Geografia*”, ou seja, tinha formação nesse campo do conhecimento, elaborou a partir daquele o mapa que aqui apresentamos.

1. Para maiores informações sobre o contexto político, econômico e social da elaboração deste mapa, o segundo de “Goiáz”, consultar: JUNIOR, Wilson Carlos Jardim Vieira. SCHLEE, Andrey Rosenthal. BARBO, Lenora de Castro. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás? XXIV Congresso Brasileiro de Cartografia – Aracaju – SE – Brasil, 16 a 20 de maio de 2010.

Leitura paleográfica:

Ill.mo e Ex.mo Snr. Conde dos Arcos

Dom Marcos de Noronha

Do Conselho do S. Mag. Governador e Capitan General de Goyaz

Quando de Ytú onde foy Juiz de Fora acompanhei ao D.or Agostinho Luis Ribeiro Vieira q. vinha por Ouvidor a estas Minas, fiz hum Mappa da dicta derota, o qual vendo V. E. ficou do seu agrado, não porq. o conhecesse com aquella perfeição q. requer hua tal obra, mas porq. na incerditão do interior destes sertoes, podesse ao menos ter hua tal qual idea mais apparente com a verdade a qual podia ter sido aproximado mais o P. Diogo Soares da Companhia, matemático expedido expressamente da Corte p.a isso; porém este não tinha passado do districto de Tucantins e o pouco ou muito q. tinha alcançado não o tinha communicado nestas partes de tal sorte, q. outro Governador q. predeceu a V. E. por ocasião do contracto dos diamantes de Pilloens, ao chegar desta Vila, se suppunha estar na parallela da Bahia de todos os Santos, quando há mais de tres graos de differença em Latitud; e assim, V.E. tendo também visto vários meus borroens e apontamentos feitos por informações de varias partes do interior desta America (q. servirão a outrem p.a se adiantar), me ordenou lhe fizesse hum mappa geral por onde se podessem conhecer os limites dessa Capitania; p.a isso pedi tempo p.a melhor servir a V. E. e acompanhando novamente o dicto D.or Ouvidor na coreição da Comarca examinei-a pessoalmente e tomei as informações q. me pareceram o mais verosimeis e assim presentemente sirvo a V. E. com o presente Mappa q. como disse, poderá servir de idea e os curiosos conhecendo os meos erros,

apontarão a verdade e eu terei a gloria de ter sido o estímulo p.a q. apareça. Este mappa hé feito deste modo: Da Villa de Santos guardando os pontos de Longitu. e de Latitud dos Roteiros e dos geographos mais modernos com a diligencia q. pode usar hum viandante de passagem; fiz a derota até esta Villa Boa, a qual continuei depois até a Natividade e recolhime outra vez a esta Villa; a derota das canoas de Araraytaguaba até o Cuyabá e depois ao Matto Grosso tanto por Rios como por terra com a ocazião da minha demora de onze meses naquellas partes do embarque, segui a informação dos melhores Pilotos q. por lá andão, por isso não me se deve culpar o erro, como não me gloriaria do acerto se o tivesse alcançado o q. se deve suppor naquela pessoa dotada de tantas virtudes moraes q. excedem a sua mesma [sabedoria?] e ao ilustre da sua prosapia, q. não sabe [obrar?] se não acertos a q. se suppoem ter feito felizmente tal viagem. A derota q. com canoas fez João de Souza do Azevedo do Cuyabá até o Gran Pará, voltando pelo Rio Madeira ao Matto Grosso, foi por informações q. de lá me mandou o D.or José Martins Machado; A derota q. vai de Villa Boa até o Cuyabá foi feita pelo Capitam Mor Diogo José Pereira, como também a informação da nova derota p.a o Gran Pará com canoas do Cuyabá subindo o mesmo Rio e buscando outra vertentes no Rio Preto até dar na primeira derota de João de Souza de Azevedo; o curso do Rio das Amazonas até o Gran Pará hé copia da navegação de Mon.er de La Condamine ao qual se deve todo o credito; A derota do pontal da Natividade pelo Rio Tucantins e canaes chamados guarupês até o Gran Pará, hé informação do Capitam Francisco de Almeida descubridor das minas das Arayas, q. fez tal viagem; o mais hé por outras informações e o mais interior não se sabe ainda, senão muito confusamente; mas o q. pertence a esta Capitania, brevemente darei a V.E. hua mappa em ponto mayor e com mayor individuação o q. farei também se, como supponho, me vier a ordem p.a a abertura do novo caminho desta Villa Boa a cidade de S. Paulo e Vila de Santos, e nisto e naqueles se me devem perdoar os erros, porq. não são partos da minha presunção, mas sim [abortos?] da minha obediencia sumitiva a V.E q. Deos guarde muytos annos. Villa Boa de Goyas 6 de Abril de 1751

De V.Ex.a

O mais humilde Venerador e Criado

Francisco Tosi Colombina [assinatura]

EXPLICAÇÃO

[desenho] Cidade - [desenho] Villa - [desenho] Fortaleza - [desenho] Arayal com Freguesia - [desenho] - Arayal sem Freguesia - [desenho] Sitio: os pontinhos vermelhos denotão a derota de Santos, S. Paulo a Ytú até Villa Boa de Goyáz e desta até a Natividade: os pontinhos amarelos demarcão a volta da Natividade até Villa Boa; os pontinhos pretos de Villa Boa até o Cuyabá demarcão a comunicação destas duas Vilas e essa continua a mostrar-se até o Matto Grosso quando se vai por terra porque quando se vai em canoa se desce o Rio Cuyabá, o Rio dos Porrudos e se sobe o Rio Paraguay e Jaurú até onde atravessa o caminho de terra q. se segue deixando as canoas; os pontinhos pretos desde Araraytaguaba até o Cuyabá pelos Rios Tiathê, Rio Grande, Rio Pardo, Camapoão, Cuchim, Taguary, Paraguay, Cheénê, Porrudos e Cuyabá demarcão os caminhos das canoas que servem de comunicação com a costa do mar de Santos e Rio de Janeiro e o Povoado de S. Paulo; os mais pontinhos

pretos denotão a comunicação de hum lugar p.a outro; os pontinhos vermelhos da Villa do Cuyabá q. descem pela margem do mesmo Rio e dos Porrudos sobem o Paraguay e Sapituba, denotão o caminho q. fez João de Souza de Azevedo, quando varou por terra até o Rio Sumidoro pelo qual descendo, e pelos Rios Tapajós e Amazonas foy ao Gran Pará donde voltando, subiu o dito Amazonas e Rio Madeira até o Matto Grosso; os pontinhos amarelos da Villa do Cuyabá q. sobem o mesmo rio pela margem e atravessam por terra até dar no Rio Preto, e no dos Arinos, denotão a viagem de canoas q. novamente se descobriu e q. faz communicavel dita Villa com o Gran Pará. Os pontinhos pretos no Rio Tucantins q. principião onde são dois sinaes de sitios q. começam as povoaçoens ou rossas do Gran Pará, denotão a viagem q. a gente de Natividade embarcandose em canoas no Pontal, chegão em onze dias até as ditas rossas e destas até os canaes ou como chamão guarupés, em dois dias e por eles três dias que tudo fazem dezeseis dias até o Gran Pará; porém a subida se reputa impossível acima do salto da Itaboca e a descida so se faz em tempo das cheas; mais fácil se suppõem a comunicação desta Villa Boa com a Cidade do Gran Pará, embarcando-se dous dias de viagem abaixo perto do Arayal da Anta no Rio Vermelho q. entra no Rio Grande do caminho do Cuyabá q. com o nome de Araguaya entra no Rio Tucantins por o q. já o Cor. l Antonio Pires de Campos com os seos índios Borrros indo em busca do Gentio bravo Corumaré, nevegou facilmente até a ponta do norte da dita Ilha [sendose?] embarcado no dito Rio Grande onde está a passagem deste rio no caminho q. vai de Villa Boa p.a o Cuyabá. Alguns dos primeiros descubridores de Goyaz achandose perdidos se embarcarão no Rio Uruú seis léguas a Leste da Villa Boa e descendo por este e pelos Rios das Almas, Maranhão e Tucantins, forão ao Gran Pará. A sombra amarela demarca a Capitania de Goyaz. Nos caminhos q. vem de S. Paulo a esta Villa e desta vão a Natividade e voltão, não se encontrão mattos de consideração mais q. o do Mogy na Comarca de S. Paulo e o matto grosso de Meya Ponte nesta Capitania, q. vão demarcados com arvoredos; os mais a q. chamão capoens por serem pequenos não se apontão: As serras q. se encontrão estão demarcadas; os sitios do caminho de S. Paulo a esta Villa não estão demarcados; só se apontão os q. se achão em grande distancia do abitado; mas o mappa particular desta Capitania em ponto mayor se fará também com mayor individuação.

1. Santos
2. S. Vicente
3. Fortaleza da Barra de Santos
4. Forte da Bertioga
5. Conceição
6. Yguapy
7. Cananea
8. S. Paulo
9. Parnahyba
10. Ytú
11. Araraytaguaba
12. Sorocaba
13. Jundiahya

14. Mogy pequeno
15. Mogy grande
16. Missão dos S.P. da Companhia
17. Arayal do Borrórós
18. S. Cruz
19. S. Luzia
20. Meya Ponte
21. Jaraguá
22. Ouro Fino
23. Ferreiro
24. Cambayuba
25. Villa Boa
26. Barra
27. Anta
28. Pilloens
29. Crixá
30. Guarinos
31. Pillar ou Papoam
32. Morrinhos ou Amaro Leite
33. Coriola
34. Agoa Quente
35. Trayras
36. S. José
37. Chapada de S. Gonçalo
38. S. Rita
39. Moquem
40. S. Feliz ou Carlos Marinho
41. Chapada de S. Feliz ou de Car.[los] Mar.[inho]
42. Cavalgante
43. Parannã ou Itiquira
44. Arayas
45. Barra da Palma
46. Duro
47. Natividade
48. Pontal
49. Descuberto do Carmo

Referência:

2. JUNIOR, Wilson Carlos Jardim Vieira. SCHLEE, Andrey Rosenthal. BARBO, Lenora de Castro. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás? XXIV Congresso Brasileiro de Cartografia – Aracaju – SE – Brasil, 16 a 20 de maio de 2010.
3. RICCARDO FONTANA, Francesco Tosi Colombina – O Cartógrafo do Brasil Central, 2009.
4. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás? <http://www.altiplano.com.br/1010tosi.html> - Acesso em 14/02/2011.

5. Barbo, L. C. e A. R. Schlee, 2009. A cartografia histórica e os caminhos de ocupação do atual Distrito Federal, In Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto – MG.
6. ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Anais da Província de Goiás. Brasília, Ed. Gráfica Ipiranga Ltda, 1979.

Fonte – Arquivo Histórico do Exército.

Medidas – 53,5 cm x 77 cm

Data – 1751

Localização – CO-GO-13.01.2676

21 - MAPA GERAL DOS LIMITES DA CAPITANIA DE GOIÁS

Introdução e contexto, consulte mapa anterior: **“MAPA GERAL DOS LIMITES DA CAPITANIA DE GOIÁS”** e as referências ali apresentadas.

Observações:

1. Esta “REPRODUÇÃO PHOTOGRAPHICA DE CARTA EXISTENTE NA 3ª SECÇÃO DO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO” foi colocada com os mapas do acervo do AHEx – Arquivo Histórico do Exército por opção dos organizadores deste GUIA. Motivou-nos o fato de que esta reprodução, uma das mais divulgadas do mapa de “Francisco Tosi Colombina”, foi feita pelo “GABINETE PHOTOGRAPHICO DO ESTADO MAIOR”, como se pode inferir pelo rodapé deste mapa. **Contudo, este mapa não consta na relação cartográfica referente a Goiás no acervo da AHEx.**
2. Apesar de nossas pesquisas, desconhecemos onde se encontra essa “REPRODUÇÃO PHOTOGRAPHICA DE CARTA EXISTENTE NA 3ª SECÇÃO DO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO”.
3. A reprodução para este GUIA foi feita a partir de: RICCARDO FONTANA, Francesco Tosi Colombina – Explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar italiano no Brasil do sec. XVIII. Brasília, Charbel, 2004.

2. AHU - ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

a) Histórico

O Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) foi legalmente criado pelo Decreto nº 19868 de 9 de Junho de 1931. Teve como objetivo reunir num só local, em boas condições de segurança e conservação, toda a documentação colonial que se encontrava dispersa. Desta forma tornou-se possível tratar tecnicamente toda a documentação para que pudesse ser posta à disposição do público e divulgada a informação nela contida.

Desde a sua criação, o AHU esteve dependente do Ministério das Colônias ou do Ultramar. Em 1973, por força do art. 29.º do decreto-lei nº583/73 de 6 de Novembro, foi integrado na Junta de Investigações Científicas do Ultramar, hoje Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) dependente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

O acervo do AHU integra atualmente cerca de 16 km de documentos provenientes na quase totalidade de arquivos de organismos da administração ultramarina portuguesa que funcionaram entre meados do séc. XVII e 1974-1975.

b) Conteúdo

Contamos com onze (11) mapas históricos relativos à Goiás. Os mapas foram conseguidos por intermédio da Biblioteca Nacional que cedeu os arquivos digitalizados que haviam adquirido do Arquivo Histórico Ultramarino.

Abrange a capital da Capitania de Goiás, atual cidade de Goiás, e arredores. Indica a extração do ouro, o caminho novo para Pilar, caminhos entre os arraiais, a capital e as outras localidades. A vegetação é representada em forma pictórica. Inclui rosa-dos-ventos. Meridiano de origem: Ilha do Ferro. Aquarelado na cor azul, vermelha, verde, preta e branca. Cartucho de título e da legenda ilustrados em estilo barroco. A moldura do mapa possui decoração barroca, em sépia, nos ângulos.

Leitura paleográfica:

“Villa Boa de Goyas e tudo que pertence ao seu termo. O lugar da Villa e Arraiais se mostra pelas capellas e cruz no frontespicio. Os Sítios com este sinal [triângulo na cor preta]. Os emgenhos com huma cruz em sima; Os Rios de canoa com este sinal [asterisco]. As serras e montes semostrão aqui de cor azul. A cor verde com arvoredos o matto grosso”.

“Todos os corregos e ribeiroens com cor vermelha mostra que delles se estrahe o ouro. Os pontos redondos como este [círculo vermelho] asignalão as legoaz”.

Referência:

- 1 - FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011. P. 366-367.
- 2 - COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 4°. Inventário geral da cartografia brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino : elementos para a publicação da Brasiliae Monumenta Cartographica / por Alberto Iria. Separata de Studia, Lisboa, n° 17, abr.1966.
- 3 - Catálogo de mapas, plantas, desenhos, gravuras e aguarellas/Castro e Almeida. N° 237.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino

Medidas – 39 x 30,4cm em folha 40,3 x 32,2cm

Data - 1758

Localização – AHU_CARTm_008, D.0868

Originalmente anexo ao documento AHU_ACL_CU_008, Cx.15, D.892 – 1758, Abril,30.

2 - MAPA GERAL DA CAPITANIA DE GOIÁS – D-866

Os dois mapas, D-866 e D-867, originalmente estavam anexos ao documento ACU_ACL_CU_008, Cx.9, D. 603, de 12 de Setembro de 1753. Os mapas estão relacionados ao Ofício encaminhado em 12 de setembro de 1753 pelo Governador de Goiás, Dom Marcos de Noronha, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real. O documento era um relatório da capitania de Goiás, no qual o Governador informava a respeito dos arraiais, dos postos fiscais e dos caminhos e distâncias entre as minas, além de comentar sobre a arrecadação dos tributos. Anexo a esse Ofício foram enviados estes dois mapas, sem assinatura, e que, mais tarde, foram desmembrados do documento.

Autoria atribuída a Angelo dos Santos Cardoso, retificando a autoria dada anteriormente a Francisco Tosi Colombina. (2)

“Pelas características das atribuições de secretário de governo, é de se considerar que o Documento 603, onde os mapas estavam anexados, tenha sido redigido por Ângelo Cardoso, responsável pelo primeiro mapa da Goiás, e assinado pelo Conde dos Arcos. Reforça a suspeita a grafia e o estilo da redação, semelhante ao do documento que Cardoso enviou ao Marquês de Pombal”. (2). Neste mapa podemos perceber as mesmas características do mapa de Ângelo dos Santos Cardoso: “os limites, o Sobradinho, as cabeceiras do rio Maranhão, a grafia de sertão (cabe a observação que em um dos mapas, sertão está grafado Certam). São mapas coloridos, com belas rosas dos ventos cada qual com suas cores e desenhos, legendas com textos semelhantes que referenciam as ilustrações dos arraiais, registros e caminhos, em pontos vermelhos o caminho de Vila Boa ao Mato Grosso, e as zonas de criação de gado sinalizadas. A quantidade de detalhes e semelhanças acaba por atribuir a Ângelo dos Santos Cardoso a autoria do ofício e dos mapas que o acompanha”. (2)

A capitania está demarcada na cor amarela. Aquarelada nas cores amarela, vermelha, verde, cinza, azul, e branco. Relevo e vegetação

representados em forma pictórica. Indica a capital de Vila Boa de Goiás, atual cidade de Goiás, representada na figura de uma casa, lugares de registro de mercadorias (15), tribos indígenas (Xavante, Kayapó, Acuruha), Ilha do Gentio Grumaree, atual Ilha do Bananal, sítios, arraiais e as suas distâncias em léguas entre si. Mostra os caminhos entre os arraiais e da cidade de Vila Boa de Goiás, atual cidade de Goiás, e Cuiabá. Contém demarcação das regiões minerais e criação de gado, nas cores vermelha e azul. Inclui coordenada geográfica. Meridiano de origem: Ilha do Ferro. Os principais rios assinalados são: Tocantins, Sono, Rio das Mortes, Pardo, Taquari, Coxim, Verde, Parnaíba, Arinos, Corumbá, Grande.

Leitura paleográfica:

O circulo amarello, representa a sircomferença desta Capitania de Goyaz.

Esta figura [residência com uma porta, uma janela e telhado vermelho] representa Villa Boa de Goyaz, aqual servirá de ponto fixo, ou Centro p.a seguir-ce aos mais arayaes, pellos pontinhos pretos, os quaes denotao o caminho e comunicação q. há dehunz p.a os outros; a sua figura he esta [circulo vermelho com traço vertical na parte superior]. Pelo A B C dario se darão os nomes q. eles tem; juntam.te as legoas que vam de hunz a outroz; como nesta coluna se mostra.

Esta figura [círculo preto pequeno] representa os lugares onde estão cituadas os rezistos, q. são 15. Os dous pequenos Circullos, num azul, outro encarnado, não são terras mineraez e so nestas se achão fazendas de gados.

A – Villa Boa Capital de Goyaz.

B – Arraial da Anta.

C – Piloes.

D – Quirixá.

E – Guarinos.

F – Pillar.

G – Agoa quente.

H – Trahiras.

I – S. José.

L – Sta. Rita.

M – Moquem.

N – Chapada de S. Gonçalo.

O – Morrinhos, ou Amaro Leite.

P – Corriola.

Q – Carllos Marinho, ou S. Felix.

R – Chapada dos ===== ou =====.

S – Cavalgante.

T – Certão de gado, chamado Paranã.

Y – Arrayaz ~ terras mineraes.

X – Barra da palma, ou terras novas, Certão de gados.

Z – Duro, Certão onde esta cituada a Aldeya do gentio, por ordem de S. Mag.e.

a – Nativid.e

b – Pontal.

c – Descoberto do Carmo.

d – Ferreiro.

- e – Ouro fino.
- f – Meya ponte.
- g – Jaraguá.
- h – S.ta Luzia.
- i – S.ta Cruz.
- l – Cocaes, descoberto novo.

Esta figura [circulo contendo outro circulo em vermelho] representa os citios. Os pontinhos encarnados q. principia de V.a Boa caminhando p.a Oeste, he a estrada q. vay p.a o Cuyabá.

- m – Arayal da Chapa de S. Felix.
- n – Arayal da Chapada de S.ta Anna da Nativid.e

Foi mais conveniente afirmarce as Legoas pelos mesmos pontinhos pretos q. servem de caminho, com o algarismo, pondo-lhe o n.o destas, o q. vay de hum arrayal a outro, ficando-lhe a conta em meyo: como se vê.

Referência:

- 1 - FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011. p. 366.
- 2 - Catálogo de mapas, plantas, desenhos, gravuras e aguarellas/Castro e Almeida. Nº 234/235.
- 3 - JÚNIOR, Wilson Carlos Jardim Vieira, SCHLEE Andrey Rosenthal, BARBO, Lenora de Castro Barbo. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás? <http://www.altiplano.com.br/1010tosi.html> - Em 14/02/2011.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino

Medidas – 51,3 cm x 36,4cm, em folha 51,6 x 36,5cm.

Data - 1753

Localização - AHU_CARTm_008, D. 0866 /D.867

Originalmente anexo ao documento AHU_ACL_CU_008, Cx.9, D. 603 - 1753, Setembro, 12.

3 - MAPA GERAL DA CAPITANIA DE GOIÁS – Cópia D-867

Introdução e contexto, consulte o mapa anterior e as referências ali apresentadas.

Leitura paleográfica:

O sircullo amarello, representa toda a Capitania de Goyaz. Esta figura [residência com uma porta, uma janela e telhado vermelho] representa Villa Boa de Goyaz, aqual serve de ponto fixo, ou Centro p.a seguim.to dos mais arayaes, pellos pontinhos pretos, os quaes denotao o caminho e comunicação q. ha de hunz p.a os outroz. No seguim.to dos o.os pontinhos, se achao varios

algarismos, os quaes demarcao az leoas; q. tem de hunz arayaes a outroz. Esta figura [circulo vermelho com traço vertical na parte superior] representa o lugar onde estão cituados os arrayaes. Esta he a figura [círculo preto] dos Rezistos q. são ~15~. Esta figura [três círculos lado a lado, sendo o do meio em vermelho] representa os citios. Os pontinhos encarnados q. principiao de V.a Boa de Goyaz, e correm p.a pr.te === do Este, he o cam.o q. vay p.a o Cuyabá. Pelo A B C dario sedarão os nomes dos Arrayaes q. são os seg.tez.

A – Villa Boa Capital de Goyaz.

B – Ferreiro.

C – Ouro Fino.

D – Jaraguá.

E – Meya Ponte.

F – São Jozê _ou Tocantinz.

G – Carllos Marinho, ou São Felix.

H – Chapada de S. Felix.

I – Arrayal da chapada de S.Felix.

L – Natividade.

M – Arrayal de S.ta Anna da Nativid.e

N – Descoberto do Carmo.

O – Arrayaz aq. fica dentro do circullo pequeno são terras mineraes.

P – Cavalgante.

Q – Certão de gados chamado Paranã, ou Itiquira q. comprehende todo o circullo azul.

R – Certão de gados chamado Duro aonde está Cituada a Aldeya do gentio.

S – Corriola.

T – Morrinhos, ou Amaro Leite.

Y – Trahiras.

X – Cocaez, descoberto novo.

Z – Agoa quente.

a – Pillar.

b – Guarinos.

c – Quirixá.

d – Arrayal da Anta.

e – Piloez.

f – S.ta Cruz.

g – S.ta Luzia.

h – Chapada de S. Gonçallo.

i – Moquem.

l – S.ta Rita.

m – Barra do palma, ou terras novas. Certão de gados aonde se acha fund.a a Aldeya ja asima declarada, oq.l terrantório demarca o sircullo emcarnado.

n – Pontal. ~~~

Referência:

1 - FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011. p. 366.

2 - Catálogo de mapas, plantas, desenhos, gravuras e aguarellas/Castro e Almeida. Nº 234/235.

3 - JÚNIOR, Wilson Carlos Jardim Vieira, SCHLEE Andrey Rosenthal, BARBO, Lenora de Castro Barbo. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás?

<http://www.altiplano.com.br/1010tosi.html> - Em 14/02/2011.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino

Medidas – 51,3 cm x 36,4cm, em folha 51,6 x 36,5cm.

Data - 1753

Localização - AHU_CARTm_008, D. 0866 /D.867

Originalmente anexo ao documento AHU_ACL_CU_008, Cx.9, D. 603 - 1753, Setembro, 12.

4 - CARTA TOPOGRÁFICA DO PAÍS DOS RIOS CLARO E PILOENS

O mapa indica os seis postos de guarda que fiscalizavam a região de diamantes proibida de ser explorada pelos mineiros. Mostra também o roteiro seguido pela bandeira de Francisco Soares de Bulhões.

Segundo Isa Adonias, “promovendo os descobrimentos do ouro, em 1772, o Governador da Capitania de Goiás conseguiu que saísse de Jaraguá uma grande bandeira organizada às custas do Capitão Francisco Soares de Bulhões e por ele comandada, tendo por guia o ilhéu Urbano do Couto, que fora sócio do 2º Anhanguera em expedições anteriores. Tendo Urbano do Couto adoecido e não podendo seguir viagem, entregou a Bulhões um roteiro onde estavam localizadas as minas de ouro. Após 67 dias de marcha através de serras, matas e extensas campinas, a expedição chegou a um lugar denominado Fundão, nas paragens de um rio onde desaguavam diversos ribeirões. Escavações feitas ali revelaram a existência de ouro, conforme indicava o citado roteiro, porém, o Capitão Bulhões susperitando estar em região próxima das vertentes do rio Claro, portanto compreendida nas terras diamantinas proibidas, mandou, como fiel vassalo que era, suspender as socavações que tinham sido iniciadas. A expedição regressou, em ter, assim logrado alcançar o fim desejado. Mais tarde, nova expedição foi organizada por determinação do Gvernador José de Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho (1772-1778), a examinar se o lugar do Fundão estava ou não nas terras diamantinas proibidas. Incumbiu-se da missão, ainda, o Capitão Francisco Soares de Bulhões em companhia do ajudante Tomás de Sousa”. (1)

Inclui rosa-dos ventos. Aquarelada nas cores verde, amarela e preta. Relevo representdo em forma pictórica.

Leitura paleográfica:

Carta Topographica do País dos Rios Claro, e Piloens que o Il.mo e Ex.mo S.nr Jozé de Almeida de Vasconsellos Governador, e Cap.m Gn.al da Cap.ta de Goyas mandou fazer, depois de mandar averiguar aquelle continente, naqual semostra, os lugares ou cadeya das guardas q. demarcão as terras Diamantinas, proibidas de se minerar nelas. Compriende tambem ajornada

que fes Fran.c Soares de Bulhoens em junho de prez.te anno de 1772 buscando o descuberto de Urbano do Coitto.

A Primeira Guarda, B Segunda, C Terceira, D Quarta, E Quinta, F Sesta. 1 Villa Boa, 2 Lagoa dos Pasmados, 3 Fundão ou lugar do prometido descuberto de Urbano do Coito de donde retrocedeu Fran.co Soares, 4 Morro de Santo Antonio, 5 Quartel da Guarda do R.o Claro, 6 Pasaje chamada do Cuiabá.

Referência:

1 – ADONIAS, Isa. Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores (1500-1822). Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1960, p. 662.

2 – ADONIAS, Isa. & Furrer, Bruno. Imagens da formação territorial brasileira, Fundação Emílio Odebrecht, Rio de Janeiro, 1993.

3 – FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011. p. 366.

4 - Catálogo de mappas, plantas, desenhos, gravuras e aguarellas / Castro e Almeida. N°. 242.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino

Medidas - 39, 3cm x 51,5cm em folha 42,1 x 54,5cm

Data - 1772

Localização - AHU_CARTm_008, D. 0872.

Anexo documento AHU_ACL_CU_008,Cx.027, D. 1715 – 1773, fevereiro, 12.

A Mapoteca do Itamaraty e o Arquivo Histórico do Exército possuem uma cópia, com pequenas diferenças no título.

5 - CARTA GEOGRÁFICA DE TODO O TERRENO CONHECIDO QUE MEDEIA ENTRE VILA BOA DE GOIÁS E VILA BELA DE MATO GROSSO

Abrange os atuais Estados de Mato Grosso, Rondônia e Goiás. Indica vilas, aldeias, arraiais, fazendas e destacamentos, como: Villa Bella de Matto Groso, Vila de Cuyaba, Aldeya de Santa Anna, Arrayal Amaro Leite, Registo da Insua, Fazenda do Rio Grande, Destacamento do Rio Claro, Villa Boa de Goyas, Arrayal e Freguezia da Anta, Arraial de Santa Rita, Arrayal das Tizouras, Aldeya de São Joze de Mosamedes. Aquarelada de verde nos desenhos dos rios e vermelhos nos símbolos das vilas, aldeias e arraiais.

Leitura paleográfica:

Carta geographica de todo o terreno conhecido que medeya entre Villa Boa de Goyáz e Villa Bella de Matto Groso, em q. se mostrão todos os rios, ribeiroens; e alguns corgos mais notaveis, con as distancias que a experiencia mais prudencial tem calculado athe 15 de dezembro 1774.

Notaçoens

1 Villa Bella de Matto Groso.

2 Villa do Cuyabá.

- 3 Aldeya de Santa Anna.
- 4 Arrayal de Amaro Leite.
- 5 Rezisto da Insua.
- 6 Fazenda do Rio Grande.
- 7 Destacam.to do Rio Claro.
- 8 Villa Boa de Goyás.

Referência:

- 1 – FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011. p. 369.
- 2 - Catálogo de mappas, plantas, desenhos, gravuras e aguarellas / Castro e Almeida. N°. 236.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino

Medidas – 24,4 x 76,4cm em folha 27,4 x 79,4cm.

Data – 1774

Localização – AHU_CARTm_008, D. 0873.

Anexo ao Documento AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D.1825 – Ofício do Governador da Capitania de Goiás, José d’Almeida e Vasconcelos – 1775, agosto, 25.

6 - PLANTA DE VILA BOA CAPITAL DA CAPITANIA GERAL DE GOYÁS

Elaborada pelo soldado, dragão do Regimento da Cavalaria, Manuel Ribeiro Guimarães de ordem do Governador Luís da Cunha Menezes, governador de Goiás no período de outubro de 1778 até março de 1783, quando foi mandado para Minas Gerais a fim de assumir o governo daquela capitania.

A planta, “primoroso desenho encomendado pelo governador Cunha Menezes, com o levantamento do que existia na Vila em 1782 e a proposta de ordenação do seu crescimento, caso o crescimento da população assim exigisse. Acompanhado de um Código de Posturas Urbanas, esse foi o primeiro documento iconográfico da capital goiana elaborado com a pretensão de dar uma ordem urbana ou um planejamento ao crescimento - e somente ao crescimento - da história de Goiás. Convém observar que nesse caso, a intenção de se dar uma ordem à Vila, partiu da forma própria com que Cunha Menezes entendia a estrutura de governo e seu relacionamento com a sede do poder administrativo, dentro de um direcionamento oficial pensado como um todo para a colônia dentro do pensamento político do Marquês de Pombal”. (3)

Além do direcionamento da expansão da vila, “o plano buscava também enquadrar a Praça do Chafariz, colocando-a mais centralizada dentro do tecido urbano e não mais na condição de um dos vértices, como se apresentava anteriormente. Valorizando a nova situação do lugar, foram criados elementos expressivos da modernidade, como uma alameda e um passeio. Dessa forma, o governador intentava transformar esse espaço no mais importante local público da vila”. (4)

Por meio da planta ficamos a par “da situação de Vila Boa, quase cinqüenta anos após a sua fundação. Podemos observar um setor mais central, com traçado irregular, que corresponde certamente ao primitivo arraial de mineradores. Na parte urbanizada, ao seu redor, à direita e na parte de baixo do desenho, constata-se a existência de um traçado geométrico regular, com ruas retas de largura constante. O mesmo tipo de traçado se encontra no trecho urbanizado na outra margem do rio, do lado esquerdo do desenho, na qual apenas uma pequena parcela, mais ao alto, não evidencia regularidade. Nesses dois setores, são indicadas apenas algumas áreas edificadas, já consolidadas as práticas de adequado alinhamento, e as demais correspondem ao plano para expansão da área urbanizada decidido em 1778 pelo governador Menezes”. (2)

Na parte inferior são representados os uniformes da guarnição militar da vila, com suas respectivas graduações: Cavalaria auxiliar, Dragões pagos, Pedestres, Infantaria Auxiliar, Henriques e Ordenança.

Desenhado a nanquim. Apresenta uma extensa legenda que indica, por meio de números e letras: chácaras, edifícios públicos, igrejas, hospício, câmara, palácio da residência do governo, cadeia, ruas, travessas, becos, etc. Escala gráfica de 140 braças [= 6,6cm]. Inclui rosa-dos-ventos, decorada em estilo neoclássico. Meridiano de origem: Ilha do Ferro.

Leitura paleográfica:

Planta de Vila Boa Capital da Capitania geral de Goyás, levantada no ano de 1782, pelo Ill.mo e Ex.mo Snr. Luis da Cunha Menezes, Governador, e Capitão General da mesma Cap.ta, e copiada na latitude austral de 16 g.os. e 20 m., e 322 g.os, 30 m. de L. da Ilha do Ferro, na q. demonstra também além das declaraçoens feitas no Ranvoã, que a dita Vila [tem] actualmente 554 moradas de cazas, abitadas por 3000 pessoas entrando o n.o da sua Goarnição, e q.l é 4 Comp.as do 1º Regim.to de Cavalaria Auxiliar, hua de Dragoens pagos, outra de Pedrestes pagos, 4 de Enfantaria Auxiliar, hua de Henrriques, e 3 de Ordenanças.

Manoel Ribeiro Guim.es fes.

Na parte inferior, à esquerda possui dois desenhos técnicos com as seguintes legendas: Fachada ou frente principal de Palácio – Fachada de um dos lados da praça principal da V.a que fas frente para Palácio , e prospecto regular, p.a todas as mais ruas.

A – Igreja Matris.

B – Igreja de N. Snr.a da Boa Morte per.te a Irmand.e dos homens pardos.

C – Igreja de N.Snr.a da Lapa pertecente a Irmand.e dos Mercadores.

D – Igr.a do Rozario per.te a Irm.de dos pret.o

E – Capela de Santa Barbara.

F – Igreja de N. Snr.a do Carmo.

G – Igreja de S. Francisco de Paula.

H – Capela dos Pasos.

I – Palácio da Rezidencia do Governo.

L – Caza da Fund.am e do Intend.e do mesmo.

M – Caza da Camera, e seus adjaç.tes cadeyas Publicas.

- N – Quartéis da tropa da sua guarnição, Armazens Reaes, e Ospit. ==
 O – Caza da Contadoria dos Rendim.tos Reaes da Capitania.
 P – Ospício de Jeruzalém
 Q – Açougue publico e cazas para depozito dos mantimentos.
 R – Praça do Palacio
 S – Praça do Paceyo publico
 T – Praça do Ajudante das Ordens
 U – Praça de Jozé Moreira
 X – Praça Nova
 Z – Praça da Lage
 Y – Praça detrás da Matris.
 aa – Praça de S. Fran.co de Paula.
 bb – Praça do Barrozo.
 cc – Praça do Rozario.
 dd – Fonte nova feita no ano de 1778.
 ee – Fonte velha da Cambaúba
 ff – Ponte do Marinho.
 gg – Cais novo do R. Verm. e construído no ano de 1782.
 hh – Ponte do meyo.
 ii – Ponte da Cambaúba edificada no ano de 1782, e proporcionada ao volume de agoas a q. vem chegado nas mayores enxentes do R.o
 1 – Rua da Fundição
 2 – Rua do R.o da Praia
 3 – R. nova Luziana
 4 – R. nova do **Beira**
 5 – R. do medico
 6 – R. direita do Palácio
 7 – R. dos Mercad.es
 8 – R. da Camb.a
 9 – R. do Rosário
 10 – R. n.a do Barroz
 11 – R. nova do Theatro
 12 – R. do Pe. **Salva.[dor]**
 13 – Rua nova de S.ta Barbara
 14 – R. do **Pintor**
 15 – Rua nova
 16 – R. do Marinho
 17 – R. do j. da bola
 18 – R. do curtume
 19 – Rua ultima
 20 – R. do Nicolau
 21 – Trav. de Joaq.m Roiz
 22 – Travesa Bela
 23 – T. detrás da Mat.z
 24 – T. do Bento
 25 – Travessa do Cap.m Antonio de Souza Pereira
 26 – Travessa de entre muros
 27 – T. Amena
 28 – Trav. Auria

- 29 – Trav. **Argeraina**
 30 – T. do Colégio
 31 – Trav. dos Quart.es
 32 – B.[eco] das medicas
 33 – Beco do D.or Ignacio
 34 – Beco de Manuel Pires Neves
 35 – Beco de D. Quiteria
 36 – Beco do Sarg.to mor Jozé de Pasos
 37 – Beco do Theatro
 38 – Chacara de Jozé Moreira
 39 – Chac. do Ajud.te das Ordens Jozé =====
 40 – Chacara de Joaq.m Apolinário.
 41 – Chacara das Cordeiras
 42 – Chac. Peq. do Sarg.mor Lour.ço Ant.o da Neiva
 43 – Chac. grd.e ==== com um parreiral q. no ano de 82 produzio 50 Barris de vinho.
 44 – Chacara do Muinho
 45 – Chac. de João Lourenço Gomes
 46 – Chacara da Antonica
 47 – Chacara de Antonio Jozé de Arriaga
 [circulo na cor preta] – Estrada que segue para Piloéns.
 [losango delineado em preto] – Estrada do Ouro Fino
 [triângulo delineado em preto] – Estrada que vay para o Arrayal da Anta.
 [flecha apontando para baixo delineada em preto] – Rio Vermelho.

Referência:

- 1 – FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011. p. 371-372.
- 2 - <http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-goias/674/> - Acesso em 15 de agosto de 2013.
- 3 - http://casaabalcoada.blogspot.com.br/2009_03_01_archive.html. Acesso em 15 de agosto de 2013.
- 4 - <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article> – Acesso em 15 de agosto de 2013.
- 5 – BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. Urbanização em Goiás no século XVIII. Dissertação de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, 2007.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino

Medidas – 45,7 x 51,6cm em folha 53,5 x 59,5cm

Data – 1782

Localização – AHU_CARTm_008, D. 0877.

Anexo ao documento AHU_ACL_CU_008, Cx.35, D.2148.

A Casa da Insua (Portugal) possui uma cópia ms de época.

7 - MAPA TOPOGRÁFICO EM QUE SE DEMONSTRA A EXTENÇÃO DE TERRENO QUE OCUPA NA CAPITANIA DE GOIÁS, O SEGUNDO REGIMENTO DE CAVALARIA AUXILIAR

Indica área desocupada pela tribo indígena Canoeiro para a criação de gado. Atualmente a Tribo Canoeiro é chamada de Rikbaktsa e está localizada no Mato Grosso , segundo Listagem dos nomes dos povos indígenas no Brasil por Maria Elizabeth Brêa Monteiro e Maria Irene Brasil, publicado no Boletim do Museu do Índio, n°. 8. Relevo representado em hachuras e vegetação sob forma pictórica.

Estão assinalados: Salinas, Rio Crixá, Rio Crixá Mirim, Arrayal do Crixá, Rio das Tizouraz, São Jozé , Lages, Estrema, Rio Ministro, Rio Ururú, Rio das Almaz, Carretão, Ponte Alta, Rio de São Patricio Rio Soberbo, Arrayal de Pilar, Rio Vermelho, Rio das Lavrinhas, Rio Verde, Rio Corumbá, Rio das Areyas, Rio dos Montes Claros, Rio da Ponte Alta, Arraial de Santa Luzia, Rio do Gama, Pouzo Alegre, Rio dos Patoz, Rio Maranhão, Arraial das Trairas, Rio das Trairaz, Arraial de São Jozé, Rio Bacalhau, Rio da Caxoeira, Rio Tocantinz, Rio da Bagaje, Rio de Santo Ignácio, Vertentes do Araguay, Rio Gameleyra, Rio Preto, Rio Claro, Rio do Engenho, Lagoa das Caldaz, Arraial das Traíras, Rio Custodio, Rio Paraná, Terras novas, as milhores que se tem encontrado para creyação de gadoz neste continente. Despovoadaz pelas ustlidades do Gentio Canoeiro, Rio de Manuel Diaz, Rio de Santa Tereza, Cana Branca, Rio das Areyaz, Lagoa dos G[...]lfos, Rio das Arrayas Rio Escuro, Plama, Rio das Mantrinxan, Rio de São Valerio, Moleque, Rio da Serra, Rio Manuel Alves, Rio da Taboca, Rio Salobro, Arraial da Natividade.

Desenho a nanquim. Aquarelado nas cores amarela, nas linhas de extensão do terreno da Capitania, e vermelha, nas indicações dos regimentos de cavalaria nos arraiais. Escala gráfica de 20 léguas [= 9 cm]. Inclui rosa-dos-ventos com flor-de-lis. Abrange os atuais Estados de Mato Grosso, Goiás e Tocantins.

Leitura paleográfica:

Mappa Thopographico em que se demonstra a extenção de terreno que ocupa na Capitania de Goyáz o segundo Regimento de Cavalaria Auxiliar da mesma Capitania devidido por Companhias nos seus Arrayaes, que vão declarados como são, Crixá, Pilar, Trairas, S. José de Tocantins, S. Feliz, Natevidade, Cavalcante, S. Luzia, na forma e Regularidade em que ficou pela criação q. dele se fez no ano de 1782.

Referência:

- 1 – FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011. p. 372.
- 2 - Catálogo de mappas, plantas, desenhos, gravuras e aguarellas / Castro e Almeida. N°. 399.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino

Medida - 49,8 x 23,4cm em folha 52,8 x 26,9cm

Data - 1782

Localização - AHU_CARTm_008, D. 0878.

Anexo ao documento AHU_ACL_CU_008, Cx. 34, D.2082 – 1783, Fevereiro, 10.

8 - MAPA TOPOGRÁFICO DA CAMPANHA DO RIO PILOENS E RIO CLARO DIAMANTINOS

Mostra as trilhas abertas pelo Ministro Manuel Joaquim de Aguiar Mourão e José Manuel da Silva e Oliveira ao longo dos Rios Claro e Pilões, de ordem do Governador Dom Francisco de Assis Mascarenhas cujo governo de Goiás foi de 1804-1809. Estão assinalados: o Ministro embarcado pelo Rio Funil, Motôm, Destacamento, Guardamt., Sintinela, Serra Boa Vista Rio Jacû, Rio Santa Maria, Santo Rio São Miguel, Canal, Areyas, Furnas, Lambary, Arâras, Buritizaes, Bagage e Brumado, Estrada Real do Cuiabá, Rio Fartura, Aldea Maria, Rio Roncador , Canabraba, Caminho da Vila, As pedras da Chapada.

Desenho a nanquim. Elaborado em escala gráfica de 10 léguas [= 11,1cm]. Inclui rosa-dos-ventos. Relevo e vegetação representados em forma pictórica. Aquarelada e aguada na cor verde.

Leitura paleográfica:

Mappa Topographico da Campanha do Rio Piloens e Rio Claro diamantinos, com todas suas vertentes pertencentes a Comarca de Villa Boa de Goyas mandado tirar pelo Ill.mo Ex.mo Snr. Dom Francisco de Assis Mascarenhas, Gov.or Cap.m General desta Cap.nia sendo examinados todos ambos os rios, e suas vertentes pelo Min.o D.or Manoel Joaquim de Ag.ar Mourão Ouv.or e Correg.or q. foi desta Com.ca, e p.r Joze Manoel S.a e Oliv.ra, que ambos correrão a Campanha e abrirão picadas e cam.os como mostra neste Mappa. V.a Boa no anno de 1805.

Referência:

1 – FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011. p. 375.

2 - Catálogo de mappas, plantas, desenhos, gravuras e aguarellas / Castro e Almeida. N°. 241.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino

Medida – 30,4 x 40,9cm em folha 33,7 x 43,3cm

Data – 1805

Localização – AHU_CARTm_008, D. 0879.

Anexo ao documento AHU_ACL_CU_008, Cx. 49, D.2086 - 1805, Junho,4.

9 - VILA BOA DE GOIÁS E TODO O QUE PERTENCE AO SEU TERMO

Mostra a extração de ouro nos Rios Vermelho, das Almas, Peixe Pequeno e outro afluente do Peixe. Indica a capital da Capitania de Goiás, Vila Boa de Goiás (atual cidade de Goiás), os arraiais de São Miguel, Anta, Barra, Ferreiro, Ouro Fino; os engenhos do Bicudo, Santo Isidoro, Palmital, Casa da Telha e França e os caminhos para Crixá e Pilar e um Quilombo, perto do Arraial de São Miguel.

Desenho a nanquim preto e bico de pena vermelha. Aguada de vermelho e verde. Inclui rosa-dos-ventos, com flor-de-lis. Relevo e vegetação representados em forma pictórica. Meridiano de origem: Ilha do Ferro.

Leitura paleográfica:

VILLA BOA DE GOJAS E: todo o q. pertence ao seu termo. O lugar da Villa e Arrayaes se mostra pellas capellas q. estão em figr.a redonda com crus; os çitios denota este sinal [desenho de um triângulo em cor vermelha]; os Engenhos se mostram em figr.a de hum selindro com huma crus em sima [desenho de um triângulo em cor vermelha com uma cruz em cima]. os Rios de canoa com este sinal [desenho de um asterisco]; as serras e montes mostrase só desenhadas somentes de preto; os arvoredos de cor verde mostra o matto grosso. 1805.

TODOS OS CORGOS e reibeiroes com côr vemelha indicaõ que se extahe ouro.

Referência:

1 – FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011. p. 374.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino

Medida – 39,4 x 30,3cm em folha 40,5 x 310 x 40,5cm

Data – 1805

Localização – AHU_CARTm_008, D. 0880.

10 - MAPA DA REGIÃO DA COSTA DO BRASIL E INTERIOR

Mapa da região da costa do Brasil e interior, desde a foz do rio Amazonas – Ilha Marajó - até Porto Alegre, atual cidade de Mucuripe, na Bahia, abrangendo a Capitania de Goiás e Mato Grosso. Enfatiza a configuração geográfica dos atuais Estados do Tocantins e Goiás.

Reforça também as indicações do marco firmado no Rio Jauru, no período da demarcação de fronteiras entre as colônias portuguesa e espanhola (1752-1771), as fortificações do Príncipe da Beira, construída em 1776 - localizada, nas margens do Rio Guaporé, no atual Estado de Rondônia - e das

Pedras, nas margens do Rio Guaporé, Forte do Rio Negro, nas margens do Rio Negro, Forte dos Tapajós e mais duas fortificações na beira do Rio Amazonas.

Relaciona alguns topônimos do norte de Minas Gerais, como a Vila de Paracatu, Rio das Velhas, Tejuco, atual Diamantina. Indica caminhos entre as cidades de Vila Bela, atual cidade de Mato Grosso, Cuiabá (Estado de Mato Grosso), Vila Boa, atual cidade de Goiás (Estado de Goiás), e Paracatu (Estado de Minas Gerais).

Neles estão assinalados: Rio Araguaia, Aldeia do Ximbioa, Grande Aldeya, Rio Tapiraperas, Rio das Vertentes, Rio Manuel Alvez, Rio de Santa Thereza. Ilha de Santa Anna abitada de Gentio Javaé e Caraja, Nova Beira Natividade. Rio das Areas, Rio São João, Rio das Mortes, Rio das Barreiras, Morro di Espeta, Serra do Campo, Estrondo Murrinas Caldas, Canabravam, Coriolo, Aldeia de São Joze, Bom Fim, Rio das Almas. Algumas vilas e arraiais dos atuais Estados de Tocantins e Goiás estão indicados como: Natividade, Conceição, Arrayai, Corixás, Pillar, São Felix, Cavancante, Trairas, Cocal, Agoaquente, Anta, Bugres, Villa Boa, Corgo e Meya Ponte.

Vegetação representada em forma pictórica e relevo em hachuras. Inclui rosa-dos-ventos. Aquarelada nas cores verde e vermelha. Inclui enquadramento com Latitude e Longitude. Meridiano de origem: Ilha do Ferro.

Referência:

1 – FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011. p. 374.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino

Medida – 42,3 x 56,5cm em folha 51 x 64,7cm

Data – 1805

Localização – AHU_CARTm_008, D. 0881.

11 - REGIÃO ENTRE OS RIOS MARANHÃO E CRIXÁS

Carta hidrográfica da região compreendida entre os rios Maranhão e Crixás, na Capitania de Goiás. Assinala os rios: Santo Antonio, Crixáz, Soberbo, Calhamarez, Rio Guarinos, São Pedro, Rio do Peixe, Rio Vermelho, São Patricio, Rio das Almas. Indica as vilas de Crixás, atual Município de Crixás, Pilar, atual cidade de Pilar de Goiás, Buriti, Guarinos.

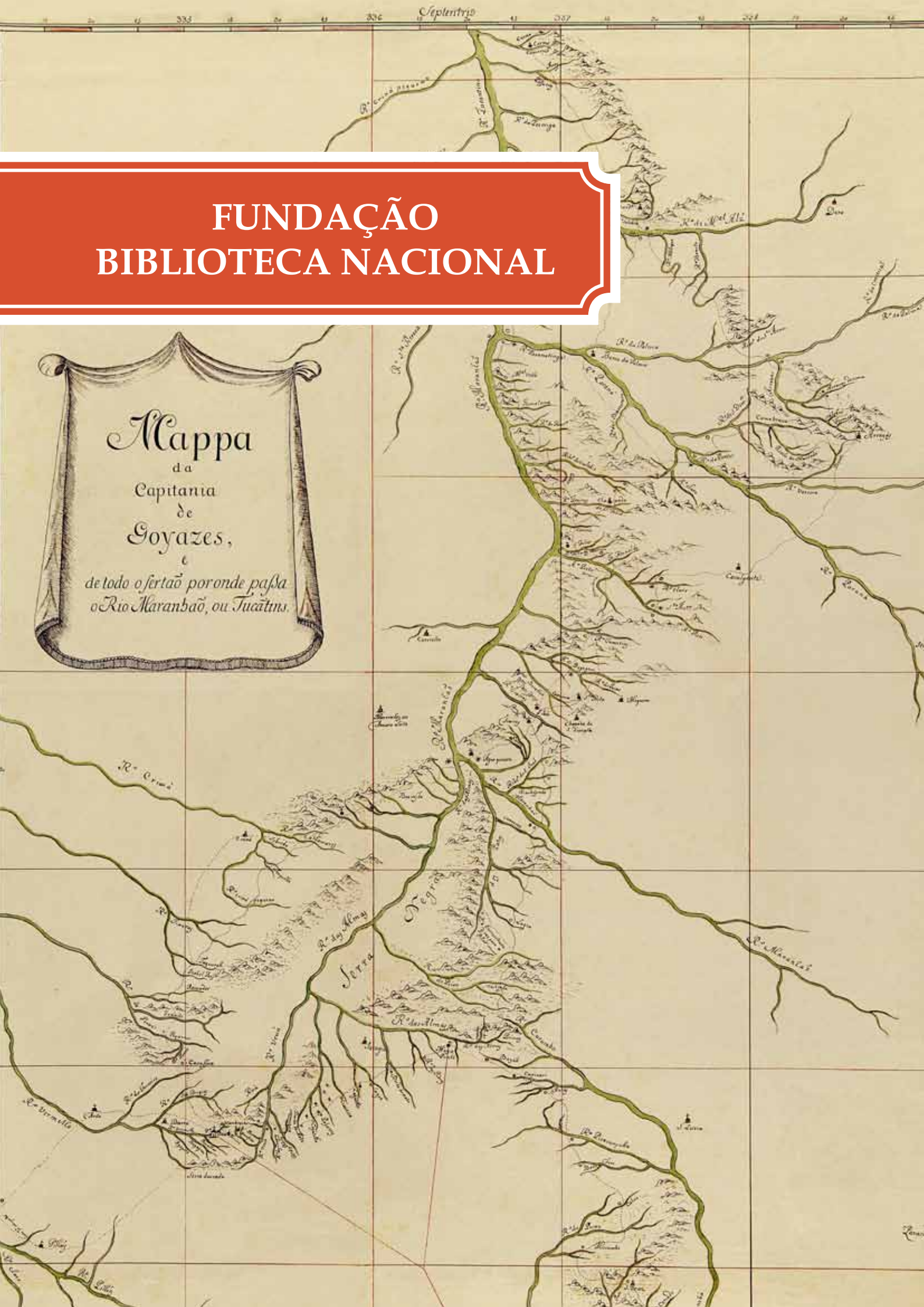
Desenho a nanquim. Possui os pontos cardeais. Aquarelada nas cores verde e vermelho.

Referência:

1 – FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011. p. 374.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino
Medida – 42,4cm x 30,8cm
Data – Século XVIII
Localização – AHU_CARTm_008, D. 1254.

FUNDAÇÃO
BIBLIOTECA NACIONAL



3. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

a) Histórico

A Biblioteca Nacional, considerada pela UNESCO uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, é também a maior biblioteca da América Latina. O núcleo original de seu poderoso acervo calculado hoje em cerca de nove milhões de itens é a antiga livraria de D. José organizada sob a inspiração de Diogo Barbosa Machado, Abade de Santo Adrião de Sever, para substituir a Livraria Real, cuja origem remontava às coleções de livros de D. João I e de seu filho D. Duarte, e que foi consumida pelo incêndio que se seguiu ao terremoto de Lisboa de 1º de novembro de 1755. O início do itinerário da Real Biblioteca no Brasil está ligado a um dos mais decisivos momentos da história do país: a transferência da rainha D. Maria I, de D. João, Príncipe Regente, de toda a família real e da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, quando da invasão de Portugal pelas forças de Napoleão Bonaparte, em 1808.

O acervo trazido para o Brasil, de sessenta mil peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas, foi inicialmente acomodado numa das salas do Hospital do Convento da Ordem Terceira do Carmo, na Rua Direita, hoje Rua Primeiro de Março. A 29 de outubro de 1810, decreto do Príncipe Regente determina que no lugar que serviu de catacumba aos religiosos do Carmo se erija e acomode a Real Biblioteca e instrumentos de física e matemática, fazendo-se à custa da Fazenda Real toda a despesa conducente ao arranjo e manutenção do referido estabelecimento. A data de 29 de outubro de 1810 é considerada oficialmente como a da fundação da Real Biblioteca que, no entanto, só foi franqueada ao público em 1814. Quando, em 1821, a Família Real regressou a Portugal, D. João VI levou de volta grande parte dos manuscritos do acervo.

Depois da proclamação da independência, a aquisição da Biblioteca Real pelo Brasil foi regulada mediante a Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade celebrado entre o Brasil e Portugal, em 29 de agosto de 1825.

Administrativamente a Biblioteca Nacional esteve subordinada ao antigo Ministério do Interior e Justiça, depois ao Ministério da Educação e Saúde. Com a criação do Ministério da Saúde, ela passou integrar o Ministério da Educação e Cultura. Em 1981, o órgão passou à administração indireta, fazendo parte da Fundação Nacional Pró-Memória, até o ano de 1984, quando, junto com o Instituto Nacional do Livro, passou a constituir a Fundação Nacional Pró-Leitura. Em 1990 a Biblioteca Nacional, com sua biblioteca subordinada, a Euclides da Cunha, do Rio de Janeiro, e o Instituto Nacional do Livro, com sua Biblioteca Demonstrativa, de Brasília, passaram a constituir a Fundação Biblioteca Nacional (FBN). A partir de 2004, através do seu atual estatuto, Decreto n. 5.038 de 7 de abril de 2004, é composta por um Presidente, nomeado pelo presidente da República, um diretor executivo, e seis Diretores à frente de dois centros: Centro de Processos Técnicos e Centro de Referência e Difusão e quatro Coordenadorias-gerais: de Planejamento e Administração, Pesquisa e Editoração, Livro e Leitura e Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

A FBN possui ainda um Escritório de Direitos Autorais para registro e averbação de direitos de autor e também é a Agência Nacional do ISBN (International Standard Book Number). Como tal, ela coordena e incentiva o uso do sistema internacional de numeração de livros e atribui códigos às editoras e às publicações nacionais para efeito de divulgação e comercialização.

b) Conteúdo

Consta de treze (13) mapas históricos relativos a Goiás.

1 - Mapa da capitania de São Paulo e seu sertão

Com a exploração do ouro a partir da década de 1720 nos “sertões” de “Goiáz” e Mato Grosso, somado aos problemas de fronteira com a Espanha, Portugal começa a interessar-se por conhecer melhor a geografia destas regiões, o que na prática significa a produção de mapas a partir das melhores técnicas daquele momento histórico. Para a realização dessa tarefa era fundamental trazer pessoal especializado para a Colônia Portuguesa da América, pois os mapas elaborados pelos sertanistas, despreparados para o levantamento astronômico das Latitudes e Longitudes, não respondiam às necessidades da corte portuguesa, principalmente no embate diplomático com a Espanha que estranhava o avanço demasiado para o Oeste promovido pelos portugueses na dinâmica de exploração do ouro e pedras preciosas.

Nesse contexto a Coroa Portuguesa contratou e enviou ao Brasil profissionais formados nas modernas técnicas de cartografia. Eram “técnicos estrangeiros, em grande parte italianos e alemães [...] com recomendações de que deveriam limitar-se exclusivamente a levantamentos técnicos e eruditos, evitando que levassem, de volta a seus países, importantes informações econômicas e comerciais”. (1)

Entre esses profissionais está Francisco Tosi Colombina, italiano, enviado ao Brasil de 1743 a 1753, como explorador militar, projetista de estradas, geógrafo e cartógrafo. Prestou serviços a Portugal durante aproximadamente 13 anos. No território de Goiás esteve a serviço do primeiro Governador desta Província, Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, entre 1749 e 1755. A partir de 1756 volta a Portugal onde desempenha atividades militares e exercerá outras missões para o governo português. “Sua vinda ao Brasil teria sido justificada pela exigência de de situar e delimitar a zona de influência portuguesa com relação à espanhola, com vista à assinatura do conhecido Tratado de Madrid”. (1)

O presente mapa, delineado por Francisco Tosi Colombina, “mostra a primeira parte do ‘Caminho de Goyazes’, que se iniciava na Vila de Santos, no paralelo 24 e, neste mapa, seguia até o paralelo 17. Abrangia a região desde a serra do mar até o rio do Peixe, com destaque para a cidade de São Paulo, vilas, fortalezas, arraiais, rios e trilhas. A rede hidrográfica foi desenhada ao longo do caminho, e o relevo foi representado de forma simbólica. No carimbo,

no canto superior direito, constava a explicação dos desenhos utilizados para assinalar cidade, vila, fortaleza, arraial e sítio”. (2)

Leitura paleográfica:

Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão, em que se vem os descobertos, que lhe foraõ tomados para Minas Geraes, como tambem o caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens deleniado por Francisco Tosi Columbina.

Explicação.

[desenho de um templo com torre] Cidade. [desenho de uma residência] Villa. [desenho de um circulo vermelho com bandeira] Fortaleza. [desenho de círculo vermelho com cruz] Arraial. [desenho de um circulo amarelo] Citio. [asterisco] denóta que o R.o ao pé do qual se acha, se passa em canoa, porq. os mais ou têm pontes, ou daõ vao. Os pontinhos denotaõ os cam.os, assim como da V.a de S.tos até Meya Ponte e desta p.a os mais Arrayaes. Neste mappa se mostra com individuação, pouco mais, ou menos do q. se comprehende nos cam.os, ou o q. nelles alcança a vista, e são Arrayaes, Sítios, Rios, Ribeirões, e alguns Corrigos, Serras, e Matos, deixando os pequenos, que se chamaõ capões.

Primeira Parte.

Referência:

1 – FONTANA, Ricardo. Francesco Tosi Colombina: explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar italiano no Brasil do séc. XVIII. Brasília, Charbel, 2004.

2 - Lenora de Castro Barbo & Andrey Rosenthal Schlee. As estradas coloniais na Cartografia Setecentista da Capitania de Goiás, 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Parati, 2011.

In

https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/BARBO_LENORA_C_E_SCHLEE_ANDREY_R.pdf - acesso em 27/08/2013.

3 – Coleção Morgado de Materus, p. 429 - n. 2477.

Fonte – Fundação Biblioteca Nacional

Medidas – 65cm x 45,2cm em folha de 66,5cm x 48cm

Data – Século XVIII

Identificação no site BN - cart1033415.

Localização – Manuscritos 049,05,008 n.03on.

2 - Mapa da capitania de Goyazes, e de todo o sertão por onde passa o rio Maranhão ou Tucantins

Este mapa equivale à “segunda parte” do mapa anterior. Portanto, para o contexto da elaboração deste mapa, consulte o mapa anterior.

Desenhado a nanquim e aquarelado. Abrange todo o sertão apresentando os afluentes dos rios Maranhão e Tocantins destacando a serra Negra, o rio Paraná, as trilhas e as localidades. Relevo representado em forma pictórica.

Leitura paleográfica:

Mappa da Capitania de Goyazes, e de todo o sertão por onde pasa o Rio Maranhão, ou Tucatins.

Referência:

1 – FONTANA, Ricardo. Francesco Tosi Colombina: explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar italiano no Brasil do séc. XVIII. Brasília, Charbel, 2004.

2 - Lenora de Castro Barbo Andrey Rosenthal Schlee
As estradas coloniais na Cartografia Setecentista da Capitania de Goiás, 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Parati, 2011.

In

https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/BARBO_LENORA_C_E_SCHLEE_ANDREY_R.pdf - acesso em 27/08/2013.

Fonte – Fundação Biblioteca Nacional

Medidas – 65cm x 45,2cm em folha de 66,2 x 47,3cm.

Data – Século XVIII

Localização – Manuscritos 049,05,008 n.01

3 - Carta Corográfica plana da Província de Goiás e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Gerais

A “apresentação” e “leitura paleográfica” deste mapa se encontra na parte correspondente à Cartografia do AHEx - Arquivo Histórico do Exército, neste GUIA DE PESQUISA.

Nesta cópia do mapa de Raimundo José da Cunha Mattos, percebemos intervenções manuscritas para ressaltar os “Itinerários”, bem como o delineamento da província em cor vermelha.

Fonte – Fundação Biblioteca Nacional

Medidas – 120cm x 56cm

Data – 1836

Localização – ARC.017,02,026 Cartografia. Há outros exemplares no catálogo antigo em ARC.008,04,044 ; ARC.001,05,033 ; ARC.001,03,024 ; ARC.017,02,007.

4 - Guia dos Caminhantes – Carta nº 4 - Capitania de São Paulo

Elaborado em desenho e aquarela, o Guia dos Caminhantes é fruto da cartografia setecentista e criado a fim de ajudar aos viajantes e seus deslocamentos pelas Capitanias da Colônia Portuguesa da América, com maior detalhamento para a região das minas. Inicialmente o Guia dos Caminhantes era composto por no mínimo 21 mapas, dos quais restam apenas 14.

Os mapas apresentam informações detalhadas dos caminhos a serem percorridos, o tempo aproximado da viagem, bem como oportunas

recomendações para fazer o trajeto em segurança. Este conjunto de mapas foi encomendado pelo Capitão Pedro Francisco de Castro ao pintor e ilustrador Anastásio de Sta. Anna em 1817. Na apresentação do Guia, entre várias outras informações para o adequado uso dos mapas, o autor informa:

“Se espera que esta obra será bem aceita, e gostosa, porque, não só descreve os Reinos e Províncias da America, especialmente do Brazil segundo o seu Estado presente; senão também por dar notícias de muitos erros que se achão em alguns Mapas impreços do interior deste Estado; em seus Rios e desagudouros, nas trocas dos nomes de suas Povoçoens, e ainda em algumas Latitudes e Longitudes, dellas V.S^a. o que tudo os seus naturaes e caminhantes curiozos, acharão ao contrario: Os que mais aproveitarão desta obra são os moços, que com ainclinação natural de saber o que passa fora de sua terra, tem vivos desejos de ver o mundo; porem faltando-lhes para isso muitas vezes, já a saúde, já os meios acharão aqui a pouco custo, e trabalho, com que satisfazer seu nobre desejo, e curiosidade; Também será mui útil, para aquelas pessoas que costumão Ter suas correspondências, e comércios de huns, para outros lugares principalmente, para os donos de sítios efazendas no Brasil, seus Procuradores, Feitores, e Famulos, calcularem suas viagens em caminhos. Para o Senhor Capitão Pedro Francisco de Castro. Deliniada, e illunada por Anastasio de Sta. Anna, o pardo Velho Pintor: Bahia, e ano de 1817.”

Como o intuito desse GUIA é abarcar a cartografia de Goiás apresentamos quatro mapas do “Guia dos Caminhantes” relacionados a esse tema.

Leitura paleográfica:

GUIA DE CAMINHANTES. Carta, 4^a. Capitania de S. Paulo; dividida pelo circulo pontedo de preto, e lavado de carmizim vivo, e grosso. Onde se mostra seus mais notaveis Rios; Sítios, Povoçoens; Capitaes; Serras; Estradas; Caminhos; Para o Senhor Capitaõ Pedro Francisco de Castro. Deliniada, e Illuminada por Anastasio de S.ta Anna. Pintor. Bahia, e Anno. 1816.

Referência:

1 - COSTA, Antônio Gilberto. Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2007.

Fonte – Fundação Biblioteca Nacional

Medidas – 53,0 x 75,0 cm

Data – 1816

Identificação no site BN - cart325616

Localização – n. CAM.04.003-4

5 - Guia dos Caminhantes – Carta nº 5 - Capitania de Mato Grosso e Cuiabá

A “apresentação” deste mapa está neste GUIA no mapa “Guia dos Caminhantes – Carta nº 4”, do acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Leitura paleográfica:

GUIA DE CAMINHANTES. Carta, 5ª. Capitania de Matto, grosso; e Cuyabã; dividida pelo circolo ponteadado de preto, e lavado de carmezim mais vivo, e grosso: Onde se mostra seus mais notaves Rios; Sitios, Povoçoens, Capitaes; Serras; Estradas; Para o Senhor Capitão Pedro Francisco de Castro. Deliniada, e Illuminada, por Anastasio de S.ta Anna. Pintor. Bahia, e Anno. 1816.

Referência:

1 - COSTA, Antônio Gilberto. Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2007.

Fonte – Fundação Biblioteca Nacional

Medidas – 53,0 x 75,0 cm

Data – 1816

Identificação no site BN - cart325616

Localização – n. CAM.04.003-5

6 - Guia dos Caminhantes – Carta nº 9 - Capitania do Rio de Janeiro

A “apresentação” deste mapa está neste GUIA no mapa “Guia dos Caminhantes – Carta nº 4”, do acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Leitura paleográfica:

GUIA DE CAMINHANTES. Carta, 9ª. Capitania do Rio de Janeiro, dividida pelo circolo potedo de preto, e lavado de carmizim vivo, e grosso: Onde se mostra seus mais notaveis Rios; Sitios, Povoçoens, Capitaes; Serras; Estradas; Caminhos; Para o Senhor Capitão, Pedro Francisco de Castro. Deliniada, e Illuminada, por Anastasio de S.ta Anna. Pintor. Bahia, e Anno. 1816.

Referência:

1 - COSTA, Antônio Gilberto. Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2007.

Fonte – Fundação Biblioteca Nacional

Medidas – 53,0 x 75,0 cm

Data – 1816

Localização – n. CAM.04.003-9

7 - Guia dos Caminhantes – Carta nº 10 - Capitania de Goyazes

A “apresentação” deste mapa está neste GUIA no mapa “Guia dos Caminhantes – Carta nº 4”, do acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Leitura paleográfica:

GUIA DE CAMINHANTES. Carta, 10ª. Capitania de Goyazes; dividida pelo círculo ponteadado de preto, e lavado de carmizim vivo, e grosso: Onde se mostra seus mais notaveis Rios; Sitios, Povoçoens, Capitaes; Serras; Estradas; Caminhos; Para o Senhor Capitaõ Pedro Francisco de Castro. Deliniada, e Illuminada, por Anastasio de S.ta Anna. P.tor. Bahia, e Anno. 1816.

Referência:

1 - COSTA, Antônio Gilberto. Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2007.

Fonte – Fundação Biblioteca Nacional

Medidas – 53,0cm x 75,0 cm

Data – 1816

Localização – n. CAM.04.003-10

8 - Mapa do Estado de Goiás

A “apresentação” deste mapa se encontra na parte correspondente ao Arquivo Histórico do Exército: mapa nº 7 - “Mappa do Estado de Goiaz”, neste GUIA.

Este mapa foi impresso a partir de uma “revisão” feita por Frei Reginaldo Tournier em 1939 e publicado neste mesmo ano pela J. Camara & Irmãos, conforme Decreto nº 949 de 29 de julho de 1938 do Interventor Federal João Teixeira Alvares Júnior. Tendo em vista a inauguração da nova capital o mapa inclui um encarte com uma planta de Goiânia, descrita como a mais moderna das cidades brasileiras, idealizada e realizada pelo eminente Interventor Federal Doutor Pedro Ludovico Teixeira. Na planta da capital são identificados vários logradouros públicos e privados.

Leitura paleográfica:

MAPA DO ESTADO DE GOIAZ, reorganizado em 1939 por frei REGINALDO M. TOURNIER, dominicano, socio do Instituto Historico Geografico do Rio de Janeiro. Reeditado pela Firma J. Camara & Irmãos, proprietários de “O Popular”, Goiania.

Legenda:

Convenções

[desenho] Capital

[desenho] Cidade

[desenho] Vila

[desenho] Arraial

[desenho] Rio navegavel

[desenho] Rios pequenos e ribeiros
 [desenho] Estrada de ferro em trafego
 [desenho] Estrada de ferro em projeto
 [desenho] Linha de automoveis
 [desenho] Limites estadoaes
 [desenho] Correio Aereo Militar
 [desenho] Linha da VASP
 [desenho] Ponto de aterrisagem

Dados Geograficos

Superficie do Estado – 660.193 Kms²

População – 756.030 Hbs.

Comarcas – 30

Termos – 52

Municipios – 52

Distrito – 140

Dec. N° 949, de 29 de Julho de 1938. Esta reedição foi autorizada pelo Exmo. Snr. Dr. João Teixeira Alvares Junior. Interventor Federal Int. no Estado, de conformidade com o Decreto N.° 949 de 29 de Julho de 1938.

PLANTA DA CAPITAL DO ESTADO “GOIANIA”. A mais moderna das Cidades Brasileiras, idealisada e realisada pelo eminente Interventor Federal Doutor Pedro Ludovico Teixeira.

LEGENDA

- 1 Palacio do Governo
- 2.3 Secretarias
- 4 Palacio do Tribunal das Relações
- 5 Palacio do Congresso
- 6 Inspeçtoria Agrícola do Trabalho
- 7 Delegacia Fiscal
- 8 Juizo Federal e Eleitoral
- 9 Correios e Telegrafos
- 10 Prefeitura Municipal
- 11 Segurança Publica
- 12 Igreja
- 13 Colegio dos Padres
- 14 Ginasio do Estado
- 15 Grande Hotel
- 16 Casa de Saúde
- 17 Piscina
- 18 Automovel Club de Goiaz
- 19 Praça do Centro de Diversões
- 20 Santa Casa
- 21 Corpo dos Bombeiros
- 22 Limpeza Publica
- 23 Garage
- 24 Banco do Brasil

- 25 Jardim da Infancia
- 26 Horto de Botafogo
- 27 Posto Meteorologico
- 28 Stadium
- 29 Casa de Detenção
- 30 Templo Protestante
- 31 Oficina de marcenaria
- 32 Escola de Aprendizes Artifices
- 33 Colegio das Freiras
- 34 Casa da criança
- 35 Estação da Ferrovia
- 36 Armazens da Ferrovia
- 37 Quartel da força Estadoal
- 38 Quartel do Exercito Federal
- 39 Policlínica
- 40 Catedral
- 41 Palacio Episcopal
- 42 Curia Arquediocesana
- 43 Reservatorio d'Água
- 44 I.A.P.I.
- 45 I.A.P.C.
- 46 Radio – Est.ão Educadora

Fonte – Fundação Biblioteca Nacional

Medidas – 100cm x 60cm

Data – 1939

Identificação no Site da BN - cart451497

Localização – ARC.012,04,001on Cartografia

9 - Mapa do giro que deu o Tenente José Roiz Freire

José de Almeida de Vasconcelos de Soveral, depois Barão de Mossâmedes, foi governador da capitania de Goiás, de 26 de julho de 1772 a 17 de maio de 1778. No contexto de sua administração, encarregou o Tenente Jose Roiz Freire de abrir uma picada que tivesse princípio na Lagoa Feia, próximo ao arraial de Couros e terminasse na “subida da Serra de Santa Maria”. O mapa trás a representação deste caminho trabalho. Temos também a primeira referência cartográfica ao topônimo “Mestre d’Armas”, nomeando um rio. Mais tarde, quando da criação do Patrimônio de São Sebastião (1811) e da ereção de uma capela próxima a esse córrego, vai formar-se um vilarejo com esse nome, atualmente é a cidade de Planaltina.

Mapa desenhado a tinta nanquim. Escala gráfica de 20 léguas [= 10cm.] Contém uma rosa-dos-ventos. Abrange a região do Planalto Brasileiro, entre os atuais estados de Goiás e Tocantins. Mostra rios, cidades, serras e morros. Relevo representado em forma pictórica. Marca d’água. Provavelmente foi adquirido durante leilão realizado na cidade de Lisboa, em dezembro de 1895. Coleção Linhares.

Leitura paleográfica

Mappa do giro q. deo o Ten.e de Dragoins Jose Roiz Freire sahindo do Arrayal de S.ta Lucia adonde estava na recadação das rendas reais no dia 29 de fvr.o de 1773 em direitura à Lagoa Feya p.a desta mandar abrir a picada q. teve prencipio na dita á Lagoa e fim na subida da Serra de Sta. Maria na forma da Portaria q. lhe decretou o Ill.mo Ex.mo Snr. Jozé de Almeida de Vas.los Sobral e Carvalho Governador e Capp.am General desta Capitania de Goyazes e finda esta diligencia se recolheo o dito Tenente ao Arrayal da Meya Ponte no dia 24 de 8 [=?] de 1773 Empregandoce na mesma arecadação conforme as ordens de sua Ex.a [?]

Referência:

História do Brasil nos velhos mapas. V.2, p.31. Catálogo da Importante Livraria dos Exmos Srs. Condes de Linhares... Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1895. P.249 n°340.

Fonte – Fundação Biblioteca Nacional

Medidas – 33,5cm x 43,5cm.

Data – 1773

Identificação no Site da BN - cart511918

Localização – ARC.025,04,001on Cartografia

10 - Mapa dos sertões que se compreendem de mar a mar

O mapa não traz a identificação de autoria, nem a data. Contudo, “quando comparado com o mapa de Tosi Colombina, de 1751 (cf. neste GUIA HEx - Arquivo Histórico do Exército, mapas n° 20 e 21), a apresentação gráfica surpreende pela similaridade: o colorido aquarelado, a letra, as bordas desenhadas, o aspecto de um mapa bem acabado. [...] Entretanto, leitura mais acurada permite perceber que existem diferenças realmente significativas: a grafia da palavra sertão foi assinalada em um documento com a letra “C” e no outro com a letra “S”; assim como é diferente nos dois documentos a representação gráfica das cabeceiras do rio Maranhão, nos limites do território do atual DF. Quanto aos caminhos pontilhados, [...] a representação também é semelhante: as rotas, tanto terrestres quanto fluviais, ligavam a Vila de Santos, em São Paulo, a Cuiabá e à cidade do Mato Grosso, às margens do Rio Madeira; a rota terrestre, subindo ao norte, chegava ao Descoberto do Carmo; e a rota fluvial seguia até a confluência do rio Sumidouro com o rio dos Arinos. Da mesma forma, o itinerário que assinalavam, nas proximidades do atual DF, cruzava apenas o Arraial de Meia Ponte, não passando sequer por Santa Luzia. E, por fim, os limites da Capitania de Goiás são coincidentes, inclusive no trecho confinante com a Capitania de Mato Grosso, conforme proposta do Conde dos Arcos.” (1)

Referência:

1 - Lenora de Castro Barbo & Andrey Rosenthal Schlee. As estradas coloniais na Cartografia Setecentista da Capitania de Goiás, 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Parati, 2011.

In

https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/BARBO_LENORA_C_E_SCHLEE_ANDREY_R.pdf - acesso em 27/08/2013.

2 - Coleção Morgado de Mateus, p. 429 - n. 2476

Leitura paleográfica:

Mappa dos sertões, que se compreendem de mar a mar entre as Capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabã, Mato-Grosso, e Pará.

Fonte – Fundação Biblioteca Nacional

Medidas – 62cm x 50cm em folha de 63,4 x 52cm

Data – Século XVIII

Identificação no Site da BN - mss1033414

Localização – Manuscritos 049,05,008 n.02on

11 - Parte do governo de São Paulo e parte dos domínios da Coroa de Espanha

Antes de o governo português manifestar a preocupação por cartografar a região das minas de “Goiaz”, trazendo para esse sertão profissionais especializados para esse trabalho como, os “Padres Matemáticos”, os engenheiros militares e outros profissionais, os sertanistas foram os primeiros a representar geograficamente a região na dinâmica de estabelecer uma estrutura de organização do espaço que orientasse a exploração do ouro. Os dois mapas que seguem são exemplares desta atividade sertanista.

No processo de cartografia dos sertões empreendido pelo governo português, os mapas dos sertanistas irão subsidiar esses trabalhos. A “Provisão” assinada pelo Conselho Ultramarino e encaminhada aos “Padres Matemáticos” exigia que os mapas fossem representados, além das exigências de cartografia propriamente ditas, com informações de caráter econômico, social e de limites entre capitanias. Nos mapas deveriam constar assinalados: “as cidades, vilas, lugares e povoações dos portugueses e dos índios, e as catas do ouro”; “os rios, se são navegáveis, até onde, com que embarcações, em que parte se passam a vão ou em canoas, que gente habita as suas margens, se há neles algum pescado, se tem arvoredos em sua vizinhança”; “a distância em que estão as cidades e vilas umas das outras”. Além disso, não bastava apenas indicar no mapa. Era necessário que esses dados fossem “historiados expondo-se neles por escrito e clareza que for possível, e em livro a parte por extenso tudo que houver mais digno de notar em cada uma das capitanias. Ora, esses dados seriam mais fáceis de serem coletados aproveitando a experiência dos Sertanistas que há mais de século tinham acumulado informações sobre os Sertões. A própria “Provisão” sugere didaticamente aos padres, “tomando para isso notícia da gente prática da terra”. (1)

De posse de todos esses dados, colhidos pela experiência prática dos sertanistas, índios, colonizadores, mineiros e outros, mapas que na verdade não passavam de simples esboços cartográficos onde eram representados os mais recentes conhecimentos empíricos adquiridos por esses homens,

desenhados, aliás, de forma grosseira e muito esquemática, os profissionais da cartógrafos enviados por Portugal elaboraram vários mapas dos Sertões. (2)

O grande estudioso de mapas de Portugal e de suas colônias, Jaime Cortesão, já ressaltava que “lusos e luso-brasileiros, igualmente dotados dum agudo sentido do espaço, elaboraram muitas cartas, das quais a grande maioria se perdeu e de cuja existência temos notícia apenas por documentos escritos. Comandantes de tropas, a quem as obrigações militares forçavam a grandes deslocamentos, sertanistas, cujas atividades múltiplas alargavam a muito vastos territórios o raio e ação, e a mineradores nômades, por necessidade ou ambição, se entregaram a esta tarefa”. (3)

É possível afirmar, portanto, que nos governos das capitanias, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, havia a presença de mapas dos Sertões produzidos pelos sertanistas e bandeirantes, informações estas que transitavam na alta hierarquia do poder colonial e metropolitano. Por isso, se por um lado é verdadeira a objeção dos padres matemáticos de que esses mapas “andam erradíssimos (...) nas alturas e longitudes”, por outro, até chegarem os mapas oficiais produzidos por mando do Estado português, eram esses mapas que davam conta do que estava acontecendo dos Sertões aos representantes da Coroa Portuguesa e os ajudava em seus trabalhos administrativos.

O mapa aqui apresentado, identificado pela Biblioteca Nacional como, **“Parte do governo de Sam Paulo e parte dos dominios da Coroa de Espanha”** (1740), de autor anônimo e descoberto por Affonso de Taunay na década de 1920, apresenta o núcleo inicial da mineração no Goiás e sugere a antecedência da descoberta das minas a Sebastião Marinho em 1592 durante o governo de Felipe II. No mapa descoberto por Taunay, Vila Boa está representada por uma igreja como freguesia que era de São Paulo, apreço com o título de “V^a N^a S^a do Rozairo dos Guayazes” [Vila de Nossa Senhora do Rosário dos Guayazes], que parece ser a referência a igreja construída por Antonio Pereira Bahia em 1734, antes da matriz de Sant’ Anna. Além do aldeamento dos índios Guayazes, dois arraiais que estão ao lado da vila fazem referência aos bandeirantes fundadores: Arraial do capitão-mor Bartolomeu Bueno e Arraial de João Leite (da Silva Ortiz). O arraial de Bartolomeu Bueno deve ser o da Barra, local onde o capitão terminou seus dias em 19 de setembro de 1740, destituído de seus poderes de Superintendente das Minas, pobre e carregado de lembranças das aventuras sertanistas.” (4)

Referência:

1 – Cf. Provisão de D. João V aos padres matemáticos, Diogo Soares e Domingos Capacci, com as instruções para seus trabalhos no Brasil. Reproduzido por CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p.215.

2 – Cf. FERREIRA, Mário Clemente. Cartografar o Sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII. II Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica, Lisboa, 25 e 26 de outubro de 2007. p. 2.

In - www.igeo.pt/servicos/CDI/PDF/022_MarioClementeFerreira.pdf - Em 16/07/2012

3 - CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1961.p. 492.

4 – VIEIRA JR. Wilson. Nos sertões cerrados de Brasília: a cartografia como argumento para releitura da história do Distrito Federal. III Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto-MG, 2009.

In - https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/vieira_jr_nos-sertoes-cerrados-de-brasilia-a-cartografia-como-argumento.pdf - acesso em 27/08/2013.

Fonte – Fundação Biblioteca Nacional

Medidas – 51,5cm x 71cm

Data – Século XVIII

Localização – OD:cart325602 (HD-001 / DVD-0012)

12 - Parte do governo de São Paulo e parte dos domínios da Coroa de Castela

A “apresentação” se encontra no mapa anterior, nº 11 - “Parte do governo de Sam Paulo e parte dos domínios da Coroa de Espanha”.

Fonte – Fundação Biblioteca Nacional

Medidas – 48,5cm x 58cm em folha de 55cm x 65,5cm

Data – Século XVIII

Localização – OD:cart525837 (HD-001 / DVD-0018)

13 - Mapa Geográfico da Capitania de Vila Boa e Goiás

O presente mapa foi feito por solicitação do Governador de Goiás, Fernando Delgado Freire de Castilho. Tomou posse em novembro de 1809, ficando à frente da Capitania até agosto de 1820, quando, por motivos de doença, solicitou afastamento. Suicidou-se no Rio de Janeiro quando se preparava para voltar para Portugal.

Saint-Hilaire, que conheceu o Governador em sua viagem a Goiás, o apresentou assim no relato dessa viagem: “desejava ardentemente fazer o bem; mas encontrara por toda a parte a mais desanimadora resistência passiva, resultado da apatia dos habitantes e da indiferença do governo central. Vendo, desde o momento em que chegou, que a província de Goiás não achava mais quase recursos na exploração das minas, sentiu que era necessário dirigir os esforços dos habitantes para a agricultura e o comércio; procurou abrir mercados aos produtos da terra, e tratou de facilitar a navegação do Araguaia e Tocantins.” (1)

O Padre Silva e Souza, confirma a preocupação administrativa do Governador ao comentar as ações de Fernando Delgado Freire de Castilho: “Em utilidade da Capitania tem animado a navegação do Araguaya e Tocantina; e em conseqüência das suas Representações concedeu El Rei, Nosso Senhor a todos os que de novo se estabeleceram nas margens d’estes

rios a isenção de dízimos por dez anos [...], além do Direito das Estradas livres nas carregações que se fizerem, também por dez anos [...]. Abriu o novo Porto do Rio Grande [...] aonde em todo o tempo podem subir as canoas, sem os embaraços que na seca encontravam no Rio do Peixe e Vermelho, podendo chegar até a passagem do mesmo Rio na estrada do Cuyabá. [...]. Tem dado as necessárias providências para a fundação do novo Presídio na Foz do Rio Manoel Alvares, [...]. Para facilitar a mesma navegação e ministrar-lhe os socorros necessários, fez uma expedição de 80 homens, e alguns casais para a fundação do novo Presidio de Santa Maria no meio do grande deserto despovoado, que existia entre o Porto da Piedade e São João das duas Barras, [...]. Procurou estabelecer uma Sociedade ou Companhia mercantil entre esta Capitania e a do Grão-Pará [...].”(2)

No contexto de todos esses projetos administrativos, voltados principalmente para dinamizar o comércio da Capitania, é que podemos situar o presente mapa produzido já quase no final de seu governo, o que nos faz pensar num mapa elaborado como “relatório final”. Portanto, preocupado em mostrar cartograficamente como ficou a capitania após a administração de Fernando Delgado Freire. Consoante com seu interesse em estabelecer a comunicação da capitania com o resto da Colônia por meio dos rios, encontramos neste mapa o detalhamento e nomeação da hidrografia, bem como a indicação das novas vilas e presídios fundados pelo Governador.

Leitura paleográfica:

Mappa Geografico da Capitania de Villa Boa de Goyaz combinado com partes de Outros, que denotão as Capitancias de Minas Gerais e Maranhão mandado tirar pello Ill.mo e Ex.mo Snr. Fernando Delgado Freire de Castilho Governador e Capitão General da mesma Capitania no anno de 1819.

Referência:

- 1 – SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás.
- 2 – SILVA e SOUZA, Pe. Luiz Antonio. Memória sobre o descobrimento da Capitania de Goyaz.

Fonte – Fundação Biblioteca Nacional

Medidas – 63cm x 44cm

Data – 1819

Localização – ARC.028,11,010

4. MAPOTECA DO ITAMARATY

a) Histórico

A Mapoteca do Itamaraty, sediada no Rio de Janeiro em uma antiga residência particular e que, comprada pelo governo republicano logo após a Proclamação da República, se transformou no Palácio Itamaraty, possui uma coleção cartográfica com milhares de mapas geográficos, cartas náuticas, atlas, plantas, desenhos e panoramas que cobrem todo o território nacional desde o tempo do descobrimento, no século XVI. No mesmo prédio se encontram também o **Museu Histórico e Diplomático** e o **Arquivo Histórico**.

O acervo, pouco conhecido do público em geral, é uma viagem ilustrada através da ocupação do território brasileiro e permite que se conheça e analise as rotas marítimas usadas por navegantes europeus para chegar aqui e em outras partes do mundo desconhecido e novo; as fantásticas utopias holandesa e francesa no Nordeste; a descoberta da Amazônia; a penetração integradora dos bandeirantes pelos sertões; as rotas das Minas Gerais; o desenho das fronteiras e, finalmente, também permite que se conheça um pouco mais da ciência/arte chamada cartografia.

b) Conteúdo

Consta de seis (6) mapas históricos: do Brasil e relativos à Goiás.

1 - MAPA DOS LIMITES DA CAPITANIA DE GOIÁS

Primeiro mapa dos limites da Capitania de Goiás elaborado a pedido do Secretário da Capitania, Ângelo Cardoso dos Santos. Abrange também a Capitania de Mato Grosso e parte da de São Paulo. Assinala os limites de Goiás que, do lado ocidental, estão traçados pelo Rio das Mortes, desde as suas cabeceiras até as proximidades da confluência com o Araguaia, e pelo divisor de águas até as nascentes do Itacaiúnas. Essa configuração das fronteiras de Goyaz era a proposta de D. Marcos de Noronha – Conde dos Arcos – primeiro governador e Capitão-General da Capitania de Goiás – 1749-1754 – apresentada em ofício encaminhado em 12 de janeiro de 1750 ao Governo português. Mostra igualmente as comunicações entre as bacias do Prata e do Amazonas.(1)

Lista 47 lugares representados no mapa. “Identificou os caminhos de Vila Boa para os arraiais, para Cuyabá, notificou com pontilhados os acessos entre os sítios, com indicação das léguas marcando as distâncias. Assim como todos os caminhos levavam a Roma no império antigo, todos os caminhos dos sertões partiam do arraial de Vila Boa. Esta representação reflete o interesse político de um discurso, que oportunamente, ilustrou o arraial como centro político e econômico em detrimento de outros, como Jaraguá e, principalmente, Meia Ponte”. (2)

Leitura paleográfica:

- 1 Santos.
- 2 S. Vicente.
- 3 Fortaleza da Barra Grande.
- 4 Forte da Bertioga.
- 5 Conceição.
- 6 Iguapy.
- 7 Cananea.
- 8 S. Paulo.
- 9 Parnayba.
- 10 Ytú.
- 11 Araraytaguaba.
- 12 Sorocaba.
- 13 Jundiay.
- 14 Mogy.
- 15 Arrayal dos Bororos governados p.lo Cor.el An.to Pires de Campos.
- 16 Santa Cruz.
- 17 S. Luzia.
- 18 Meya Ponte.
- 19 Jaraguá.
- 20 Ouro Fino.
- 21 Ferreiro.
- 22 Villa boa.
- 23 Barra.
- 24 Anta.
- 25 Pilloens.
- 26 Crixá.
- 27 Guarinos.
- 28 Pillar, ou Papoam.
- 29 Ahoa quente.
- 30 Trayras.
- 31 S. José.
- 32 S. Rita.
- 33 Moquem.
- 34 Chapada de S. Gonçalo.
- 35 Morinhos ou Amaro Leite.
- 36 Corriola.
- 37 Carlos Marinho, ou S. Felix.
- 38 Chapada de S. Felix, ou de Carlos Marinho.
- 39 Cavalgante.
- 40 Paranã, ou Itiquira.
- 41 Arayas.
- 42 Barra da Palma ou [terras novas].
- 43 Duro.
- 44 Nativid.e.
- 45 Pontal.
- 46 Descuberto do Carmo.
- 47 Missão dos P.P da Comp.a.

Referência:

- 1 - JUNIOR, Wilson Carlos Jardim Vieira. SCHLEE, Andrey Rosenthal. BARBO, Lenora de Castro. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás? XXIV Congresso Brasileiro de Cartografia – Aracaju – SE – Brasil, 16 a 20 de maio de 2010.
- 2 – BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. A Urbanização em Goiás no século XVIII. Tese de Doutorado apresentada na FAU-UPS, 2007, p. 84-85.
- 3 - ADONIAS, Isa. Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil colonial: 1500 - 1822. Rio de Janeiro: MRE, 1960.

Fonte – Mapoteca do Itamaraty

Medidas – 62cm 50cm

Data – 1750

Localização – Ficha da Região Centro-Oeste

2 - A DERROTA DAS CANOAS DE ARARATIGUABA ATÉ O CUYABÁ

Mapa que contempla a Capitania de Goiás e a região meridional da Colônia Portuguesa da América até a foz do Rio da Prata. Ao sul, o traço preto assinala os limites segundo o Tratado de Madrid (1750) e o pontilhado assinala o Tratado de Santo Ildefonso (1777). Descreve as “derrotas”, ou seja, os roteiros de viagens, principalmente pelas vias fluviais partindo do porto de Araratiguaba, no mapa nomeado como “Araratiguaba”, no Rio Tietê, até Cuiabá e Mato Grosso e também o roteiro fluvial de Cuiabá para o Grão Pará, além de outros trajetos.

As informações para a elaboração do mapa foram colhidas com os melhores pilotos. Por terra apresenta a “derrota” de São Paulo para os campos de Viamão no sul e para Goiás em direção a Cuyabá.

Devido ao fato de este mapa apresentar ao sul os limites propostos no Tratado de Madrid de 1750 e o do Tratado de limites de Santo Ildefonso 1777, consideramos que esse exemplar foi elaborado a partir da data deste segundo Tratado. Contudo, vários elementos gráficos e informações indicam características de mapas anteriores e de informações novas:

Os limites da Capitania de Goiás, indicado por linha pontilhada, segue o primeiro mapa de Goiás de Ângelo dos Santos Cardoso (cf. neste GUIA o mapa nº 1 - **MAPA DOS LIMITES DA CAPITANIA DE GOIÁS** do acervo da Mapoteca do Itamaraty), conforme a proposta de D. Marcos de Noronha contida no ofício de 12 de janeiro de 1750, dirigido ao monarca português.

- A representação cartográfica na parte acima do “Trópico de Capricórnio”, também é muito semelhante ao mapa de Ângelo dos Santos Cardoso de 1750, enviado a Portugal no contexto da preparação do Tratado de Madrid. Abrange, contudo, a região ao sul do Trópico de Capricórnio, até o Rio da Prata.

- Os topônimos também são quase todos iguais aos de Ângelo dos Santos Cardoso. Este mapa, contudo, omite vários nomes de rios, apesar de indicar graficamente os seus cursos. A palavra “Certões” é grafada com “C”,

característica dos mapas que seguem o padrão do mapa de Ângelo dos Santos Cardoso.

- A caixa de texto à direita, contudo, é quase cópia do mapa de Francisco Tosi Colombina de 1751, considerado o 2º mapa de Goiás (cf. neste GUIA mapa nº 20 e 21 do acervo do AHEx – Arquivo Histórico do Exército), e que traça os limites das fronteiras daquela capitania, diferente da proposta do Governador D. Marcos de Noronha.

- Informação nova: a caixa de texto do lado esquerdo não consta nem no mapa de Ângelo dos Santos Cardoso de 1750, nem no mapa de Francisco Tosi Colombina de 1751. O texto, que apresenta a viagem dos cabos de expedição, João Rapozo e Antonio de Almeida Falcão, é detalhadamente descrito nas páginas 314 e 315 da GENEALOGIA PAULISTANA de Luiz Gonzaga da Silva Leme, publicada em 1904. Ali se afirma: “*Em 1753, quando tinha 75 anos de idade, (grifo nosso) o mestre de campo Antonio de Almeida Falcão foi chamado para dirigir um empreendimento [...]: era preciso descobrir navegação que fosse dar ao sertão, que fica entre o Rio Grande e Vila de Corumatim da cidade de paraguay, para que os marcos destinados a paragem de Sete-Quedas podessem para aí ser transportados*”. (1) A mapoteca do Itamaraty possui mapa dessa viagem a mando de Gomes Freire de Andrade.

Concluimos que o mapa “A derrota das canoas de Araratiguaba até o Cuiyabá” foi originalmente elaborado no contexto dos trabalhos de fronteira e da colocação dos marcos definidos pelo Tratado de Madrid de 1750 a partir do padrão iniciado com o mapa de Ângelo dos Santos Cardoso, com acréscimos de texto do mapa de Francisco Tosi Colombina que também pertence a esse padrão. Portanto, elementos desses dois mapas estão fundidos na presente carta.

Entretanto, o mapa aqui apresentado neste GUIA é provavelmente uma cópia de algum mapa anterior e foi elaborado a partir de 1777 à luz das novas decisões de fronteiras entre Portugal e Espanha promovidas no Tratado de Santo Ildefonso, como pode ser percebido ao Sul, pela linha pontilhada ao lado da linha contínua, do Tratado de Madrid. (2)

OBJEÇÃO A ESSA DATAÇÃO:

Na elaboração da introdução deste mapa fomos confrontados com a seguinte objeção: a linha identificada como sendo do “Tratado de Santo Ildefonso” é pontilhada, mesma técnica usada para a identificação dos roteiros de viagem no restante do mapa. Portanto, essa linha não se refere a esse Tratado. É apenas a identificação de um caminho.

Nossa resposta:

1 – De fato, todos os roteiros descritos nas duas caixas de texto possuem representação por meio de uma linha pontilhada. Contudo, essa linha pontilhada específica, que identificamos como relativa aos limites do Tratado de Santo Ildefonso, não é apresentada em nenhuma das duas caixas de texto, onde há a informação dos responsáveis pelo caminho. Nenhum dos roteiros descritos textualmente faz referência a essa linha pontilhada. Portanto, não deve ser entendida necessariamente como traçado de caminho, já que, assim o fosse, deveria vir descrita nas caixas de texto.

2 – Ressalte-se que neste mapa os limites da “Capitania de Goyaz” são identificados com uma linha pontilhada. Portanto, as linhas pontilhadas não são usadas pelo autor apenas para identificar os roteiros de viagem, mas também limites territoriais. Dessa forma, interpretarmos que a linha pontilhada mais ao sul do mapa seja referência ao Tratado de Santo Ildefonso está conforme o uso feito pelo autor do mapa quando usou a linha pontilhada para se referir aos limites territoriais.

3 – O Tratado de Santo Ildefonso determina que “*O Dominio de Hespanha na referida margem Septentrional até á Linha divisoria, que se formará, **princiando pela parte do mar no Arroyo de Chui, e Forte de S. Miguel inclusive, e seguindo as margens da lagoa Merim a tomar as cabeceiras, ou vertentes do Rio Negro, as quaes, como todas as outras dos Rios, que vão a desembocar nos referidos da Prata, e Uruguay, até a entrada neste ultimo Uruguay do dito Peperi-guaçú, ficarão privativas da mesma Coroa de Hespanha***”. Ora, a linha pontilhada indica exatamente, em suas extremidades, as referências indicadas pelo Tratado. Inicia ao sul no Rio Chui e Forte São Miguel, ou como grafado neste mapa, Rio "Xuy", e vai a Oeste em direção às “Vertentes do Rio Negro”, seguindo para o Norte até o Rio Peperi-Guaçu ou, como grafado neste mapa, “Pequiri”. No mapa consta o desenho do Forte São Miguel a Oeste da foz do Rio “Xuy”.

Leitura paleográfica:

“A derrota das Canoas de Araratiguaba até o Cuyabá de pois ao Mato groço por rios como por terra he com informação dos milhores Pilotos. A Derrota que com Canoas fez **João de Souza de Azevedo** do Cuyabá até o Grão Pará voltando pelo R. Madeira ao Mato groço foi por informação de D.or **Joze Matias**, que mandou á Colombina. A Derrota q. vay de Villa Boa ao Cuyabá foi feita pelo Cap.am mor **Diogo Joze Pereira** como também a informação da nova Derrota para o Grão Pará com Canoas do Cuyabâ, subindo o mesmo Rio e buscando outras vertentes do Rio Preto até dar na primeira Derrota do dito João de Souza que vão denotadas com pontinhos pretos pelas margens dos Rios. O Curço do rio das Amazonas até o Grão Pará he copiada da Navegação de **M. de Condamine** o qual se deve todo o credito. A Derrota do Pontal da Nativid.e pelo Rio Tucantins e Canaes, chamados guarapes até o Grão Pará he informação do **Capitão Francisco de Almeyda** descobridor das Minas das Arrayaz que fez tal viagem: O mais he por outras informaçoens e o mais interior não se sabe senão muito confuzamente. Os pontinhos pretos da Villa Boa até o Cuyabá de Marcão a comunicação destas duas Villas, e continuão a mostrar até o Mato Groço, quando se vay por terra por que quando se vai em canoa se desce o Rio Cuyabá, e o dos Porrudos, se sobe o Paraguay, eo Jauru ate onde atraveço o Caminho de terra que se segue deixando as Canoas. Os pontinhos de Villa do Cuyabá quando descem pelas margens e alveos do mesmo Rio e o dos Porrudos, sobem o do Paraguay e Sapatiba, denotão o Caminho que fez **João de Souza de Azevedo**, quando passou por terra até o Rio Sumidouro, pela qual descendo, e pelos Rios Tapayos e Amazonas, foi a Grão Pará, e fez o seu regreço pelo de Amazonaz, e Madeira até Matto Groço. Os pontinhos da Villa de Cuyabâ que sobem para a Margem do dito Rio e atraveção ate dar no Rio Preto, e no dos Arinos, denotão a Viagem de Canoas que novamente se descubrio, e faz comunicável a da Villa com o Grão Pará. Os

Pontinhos no Rio Tucantins que principião onde são dous sinais de Sítios onde comença as Povoações do Grão Pará denotão a Viagem que agente da Natividade em Barcando-se em Canoas no Pontal, chegão em onze dias até as ditas rossas, ou Povoações; e destas até os Canaes, ou como chamão guarapes em dous dias, e por elles trez que fazem dezaseis dias até o Grão Pará; porem asubida se reputa impossível; por que a descida so se faz em tempo de cheyas: maz facil se supoem a communicação de Villa Boa com o Grão Pará embarcando-se dous dias de Viagem abaixo do Rio Vermelho perto do Arrayal de Santa Anna no Rio Vermelho que entra no Rio Grande do Caminho do Cuyabá que com o nome de Araguaya entra no Rio Tucantins; por q já **o defunto Coronel Antonio Pires de Campos com os seus Borores** indo em busca do Genticio bravo na Ilha do Curumaré navegou felis mente até a ponta do morro da dita Ilha, tendo-se embarcado no dito Rio grande onde é apassagem no Caminho da Villa Boa para o Cuiaba; Alguns dos Primeiros descobridores dos Goayazes achando-se perdidos se embarcarão no Rio Uruú 6 legoas abaixo de Villa Boa e descendo por elle e pelos Rios das Almas, e Maranhão, e Tucantins forão ao Grão Pará”.

[segue legenda ilegível]

O Capitão **João Rapozo**, e o Mestre de Campo **Antonio de Almeyda Falcão**, Cabos da Espedição que por ordem do General o Senhor Gomes Freire de Andrade, foi fazer o Governador Ignacio Eloy de Madureira em S. Paulo para hir encontrar com o Thenente Coronel Joze Custodio quando hia continuando a demarcação da parte da America Meridional com os Cosmografos de Portugal, e Castella, puzerão de Araraytaguaba ao fim da Viagem no Rio que sepende(?) Yguary ou Ygatemí 1 que dizem são 15 Legoas a Villa [ilegível] 1 dous mezes e 27 dias. Na volta poz o dito Mestre de Campo 39 dias o Rio Grande ou Paranã tem de largo ao pé do Salto ou 7 quedas 1 Legoa, e 3 quartos.

- 1 Vila e Praça de Santos
- 2 Villa de S. Vicente
- 3 Fortaleza da Barra grande
- 4 Forte da Bertioiga
- 5 Villa Conceição
- 6 Iguape
- 7 Curitiba
- 8 São Paulo
- 9 Paranahiba
- 10 Itú
- 11 Araritaguaba
- 12 Sorocaba
- 13 Jundiahy
- 14 Mogi-guassu
- 15 Arrayal dos Bororos
- 16 Sta. Cruz
- 17 Sta. Luzia
- 18 Meya Ponte
- 19 Jaragua

- 20 Ouro Fino
 - 21 Ferreiro
 - 22 Villa Boa
 - 23 Barra
 - 24 Anta
 - 25 Piloens
 - 26 Crixá
 - 27 Guarinos
 - 28 Pillar ou Papoam
 - 29 Agoa quente
 - 30 Trayras
 - 31 S. Joze
 - 32 Sta. Ritta
 - 33 Moquem
 - 34 Chapada de S. Gonçalo
 - 35 Morinhos ou Amaro Leite
 - 36 Curriola
 - 37 Carlos Marinho
 - 38 Chapada de S. Felix ou de Carlos Marinho
 - 39 Cavalgantes
 - 40 Paranã ou Itiquira
 - 41 Arrayaz
 - 42 Barra da Palma ou Serras novas
 - 43 Oiro
 - 44 Pontal
 - 45 Missõens dos P.es da Comp.a
- A. Mogi das Cruzes
 - B. Aldeya da Escada
 - C. Jacarahy
 - D. Aldeya de S. Joze
 - E. Taubaté
 - F. Pindamonhangaba
 - G. Goaratingueta
 - H. Piedade
 - I. Faão
 - L. Ouro Fino
 - M. S. Francisco de Paula
 - N. S. Izabel
 - O. Pedra
 - P. Sta. Anna
 - Q. S. Gonçalo
 - R. Cambeyo
 - S. Tajacara

Referência:

1 – LEME, Luiz Gonzaga da Silva. Genealogia Paulistana. São Paulo, Duprat & Comp. 1904. In - <http://www.alfredo.com.br/arquivos/genea02.pdf> - acesso em 09/09/2013.

2 – ADONIAS, Isa. Mapa – Imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro, Fundação Emílio Odebrecht, 1993, p. 340.

3 – ADONIAS, Isa. Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores (1500-1822). Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1960, p. 660-662.

Fonte – Mapoteca do Itamaraty

Medidas – 88cm x 48cm

Data – Século XVIII (não antes de 1750)

Localização – Ficha da Região Centro-Oeste. Este mapa está mencionado, sob o n° 186, no catálogo manuscrito de Luís da Ponte Ribeiro, que acompanhou a coleção que pertenceu a seu pai, Barão da Ponte Ribeiro, doada ao Itamaraty, em 1884. Figura também em outro catálogo manuscrito feito em continuação ao de 1876, com o n° de 447.

3 - CARTA DE TODA A PORÇÃO DA AMÉRICA MERIDIONAL

O mapa apresenta a viagem que o governador da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, Luiz Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, empreendeu em 1772 para Vila Bela da Santíssima Trindade, capital daquela capitania. Desta viagem elaborou minucioso “Diário de Viagem”, cujas anotações foram utilizadas na elaboração deste mapa.

“Desprezando os caminhos até então conhecidos para atingir o Mato Grosso – dois, pelo sul, partindo de São Paulo, e o terceiro, da cidade de Belém, pelos rios Amazonas, Madeira, Mamoré e Guaporé – Luis de Albuquerque empreendeu o trajeto por vias desconhecidas, iniciando uma nova rota por terra, pelo centro do Brasil. Homem de iniciativa e de ação, não se intimidando com dificuldades nem com perigos, quis resolver o problema das comunicações diretas entre as capitanias do Brasil e do Mato Grosso, uma vez que pelos caminhos tradicionais, a demora era excessiva, não raro chegando as ordens régias às mãos do governador após quase dois anos. Mais de seis meses aguardou a ocasião de partir do Rio de Janeiro, pois, era necessário não só estudar o itinerário, preparar provisões, abrigos, construir barracas para utilizar no trajeto, adquirir mantimentos e animais para o transporte das bagagens, mas ainda esperar que abrandassem os rigores das chuvas”. (1)

Partiu do Rio de Janeiro em 17 de maio de 1772 e chegou em Vila Bela a 5 de dezembro de 1772. A viagem durou 209 dias. “Durante a viagem, Luis de Albuquerque elaborou um **Mapa-Livro**, no qual se encontram metodicamente dispostas, indicações dos dias de viagem, nomes das localidades percorridas, qualidades dos caminhos, informações sobre rios, riachos e ribeiros, e condições em que se podem passar, horas de chegada e partida e de descanso, distância de léguas, duma localidade à outra, latitudes e longitudes observadas em cada paragem”.(1) Em carta enviada ao Secretário de Estado do Ultramar em outubro de 1772, o Governador faz referência de um mapa que deseja enviar para Portugal, provavelmente, o mapa que apresentamos neste GUIA: “... devia e desejava remeter a V. Ex.a. nesta ocasião uma breve notícia,

extraída do meu diário de viagem a qual não está ainda concluída pela falta de uma pequena Carta Geográfica, que devo juntar-lhe, e que estou formando, e na primeira conjuntura a enviarei a V.a. Ex.a para que, sendo finormado das pequenas observações que fiz nos territórios por onde viajei, as possa V.a Ex.a fazer constar à real presença de Sua Magestade, se puderem ser dignas da augusta atenção do mesmo Senhor". (1)

Em caixa de texto, no canto inferior esquerdo, encontramos listados nomes de lugares onde a comitiva do governador fez pouso, com as léguas entre as paradas e o número de dias gastos no percurso.

Leitura paleográfica:

Carta de toda a porção d'America Meridional, que pareceo necessaria a manifestar a viagem de 569 legoas commuas, que da escala e cidade do Rio de Janeiro executou por terra em 17 do mez de mayo de 1772, para Villa Bella da Santíssima Trindade o governador e capitão general do estado do MatoGrosso e Cuiabá, Luis d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres do Conselho de sua Magestade Fidelissima que Deos guarde.

[desenho] Cidade Episcopal
 [desenho] Villa Capital
 [desenho] Villa
 [desenho] Arrayal
 [desenho] Registro
 [desenho] Destacamento
 [desenho] Registro e Destacamento
 [desenho] Sitio
 [desenho] Aldea
 [desenho] Campo

Dias	Nomes dos Lugares	Legoas
1	Paulo Pereira	12
2	Manoel Correia	5
3	Fagundes	5 1/2
4	Parahiba	4 1/2
5	Parahibuna	5
6	Mathias Barboza	5
7	Juis de Fora	4 1/2
8	Francisco Nunes	6
9	Francisco Gomes	3
10	Igreja nova	8 1/2
11	Abranches	4
12	Engenho do Campo	5
13	Bananeiras	4
14	Chiqueiro	6
15	Villa Rica	3
16	S. Antonio da Casa branca	3 1/2
17	Coronel Luis Jozé Souto	6 1/2
18	Sabarã	5
19	Fidalgo	7
20	Pao de Cheiro	6

21	Mello	6
22	Maquinèz	6
23	Falcão	6 ½
24	Bicudo	5 ½
25	Pindaíbas	5 ½
26	Andrê quice	6
27	Spirito Santo	7
28	Rio ibaitè	2 ½
29	Tres Barras	5
30	Capaõ	4
31	S. Antonio da Boa esperança	4 ½
32	Capaõ do Rio do Sonno	5
33	As Almas	5
34	S. Izabel	4 ½
35	Vomitorio	3
36	Riacho das Almas	6
37	Corgo Rico	6
38	Paracatú	3
39	Monjolos	3
40	Carapinas	6
41	Caxoeirinha	6
42	Caveira	5
43	Arrependidos	5
44	Sitio novo	4
45	Contage de S. Bartholomeo	5
46	S. Lucia	6
47	Ponte alta	6
48	Furriel mor	7
49	Segunda Ponte alta	5
50	Meia Ponte	7
51	S. Antonio	4
52	Rio dos Patos	6
53	Engenho do Narigaõ	5
54	Ponte do Uruù	4 ¾
55	Villa Boa	7
56	Antonio Ferreira Gomes	3
57	Boruti	5
58	Taquaral	4
59	Mamoneiras	5
60	Rio Piloens	2 ½
61	Rio Claro	2
62	Ribeiraõ do Guarda mor	4
63	Possoens	5
64	Varginha	5
65	Ribeiraõ d´Area	6
66	Boruti das Lagoas	3
67	Rio Grande	5
68	Lages	3

69	Raizama piquena	5
70	Taquaral piqueno	5 ½
71	Lages da Serra	5 ½
72	Taquaral grande	4 ½
73	Pilatos	5
74	Queimada das Perdizes	5
75	Corgo d´Area	6
76	Cotovelo do Rio das Mortes	3 ½
77	Ribeirão Fundo	5 ½
78	Sangradouro grande	5
79	Campo da Lagoa grande	3 ½
80	Ponte alta	4
81	Ribeirão da Raizama	4 ½
82	As tres barras	3
83	Junto das Vertentes	5 ½
84	Sucuriù	2
85	Corgo entre as Parnaibas	4 ½
86	Campo dos Porrudos	6
87	Jatuba	3 ½
88	Rio Manço	4
89	Lagoinha	6
90	Guimarens	5
91	Lavras do Cristal	5
92	Cuiabá	4 ½
93	Trahiras da Boa vista	6
94	Felix Gonçalves	11
95	O P. Fernando Vieira	4
96	O´Cunha	5
97	Ribeirão do Lambari	6
98	O Mello	6 ½
99	Frechas grandes	6
100	Cachoeirinha	6
101	Rio Paraguai	6
102	Coralinho	2
103	Pouzo dos Bugres	4
104	Lugar do Cervo	6 ½
105	Ribeirão das Pitas	5 ½
106	Rio Jaurú	3
107	Fazenda do Santíssimo	3 1/4
108	Regato da Laje	4
109	Boruti da Laje	4
110	Lavrinha	6
111	Rio Guaporé	3 1/4
112	Corgo do Morro	4
113	Lagoa do Boruti	3 ½
114	Lagoa do Chapeo	4 ½
115	Villa Bella	3 ½

Referência:

1 - ADONIAS, Isa. Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil colonial: 1500 - 1822. Rio de Janeiro: MRE, 1960, p. 591-592.

Fonte – Mapoteca do Itamaraty

Medidas – 43 cm x 85 cm

Data – 1772

Localização - Ficha da Região Centro-Oeste - 779at-1772 – Ms – M:18 G:1

4 - CARTA OU PLANO GEOGRAPHICO DA CAPITANIA DE GOIAZ - MAPA DOS JULGADOS

O “Mapa dos Julgados” é um dos mapas de Goiás do qual há diversas cópias. “No Catálogo da Exposição de História do Brasil... 1881, à p. 317, sob o n° 3.211, estão relacionados dois originais, três cópias – uma das quais reduzida – pertencentes ao Arquivo Militar, bem como uma cópia feita por Francklin Antonio Costa Ferreira, pertencente à Biblioteca Nacional”. (1) Por isso, em todos os “Mapas dos Julgados” que apresentarmos neste GUIA, iniciaremos com um comentário geral comum a todos, contextualizando o seu surgimento. Este mapa possui pequenas variações de textos de um dos três mapas apresentados na coleção do Arquivo Histórico do Exército deste GUIA. A diferença maior se dá quanto ao título que naquele é mais completo: “... Sargento mór do Regimento da Cavalaria Auxiliar da mesma Capitania. Sendo quase toda vista pello mesmo Ex.mo Sr. a quem o Auctor sempre o acompanhou, em tempo do seu governo”.

Esta cópia do Itamaraty “foi trazida de Portugal pelo Barão da Ponte Ribeiro. Luis da Ponte Ribeiro menciona-a sob o n° 162, no seu catálogo manuscrito feito para acompanhar a coleção que pertenceu a seu pai, doada ao Itamaraty, em 1884”. (1)

Em 1772 o governo português nomeava José de Almeida de Vasconcelos Soveral e Carvalho para governador da capitania de Goiás. José Martins Pereira de Alencastre, escritor, geógrafo e também governador de Goiás de abril de 1861 a junho de 1865, em seu clássico ‘Anais da Província de Goiás’, publicado em 1864, ao comentar o governo de José de Almeida, oferece algumas informações a respeito desse mapa: “sendo o único governador que percorreu toda a capitania, tinha o mais exato conhecimento do seu território, e também das suas necessidades. Esse conhecimento serviu-lhe, sobretudo para o levantamento da carta da capitania, e melhor divisão dos Julgados. No levantamento da carta teve o mais sério cuidado, não só pelo gosto de empregar-se em trabalhos desta natureza, de que era apaixonado, como pelas recomendações que a este respeito tinha recebido do presidente do real erário, Marquês de Angeja. Sendo da atribuição dos ouvidores criar julgados nas povoações de 100 a 200 fogos, foram no tempo do governo de José de Vasconcelos criados pelo ouvidor Cabral os julgados de Crixás, S. Félix, Arraias, Couros, Cavalcante, Conceição e Natividade. D’ahi a necessidade de serem designados os novos limites dos antigos, entre cujos juizes ordinários

apareciam sempre conflitos de jurisdição. Sobre a carta da Capitania, e por ato de 20 de abril de 1778 marcaram-se os limites de Villa Boa, Pilar, Trahiras, S. Felix, Conceição, Natividade, Arrayas, Cavalcante, Santa Luzia, Meia Ponte, Santa Cruz e Rio das Velhas”. (2)

Segundo Paulo Bertran, “A ‘Carta ou Plano Geographico da Capitania de Goyas’ ou, simplesmente, ‘Mapa dos Julgados’, consagrado na historiografia clássica, terminou de fazer-se em maio de 1778, pelo Sargento-Mor, Thomaz de Souza, depois de longas viagens deste pela Capitania de Goiás, ou bem só ou acompanhando o Governador José de Almeida. O mapa de Thomaz de Souza tinha a preocupação de delimitar o âmbito dos Julgados goianos, vale dizer, dos territórios municipais da época. Esses Julgados criaram-se em território goiano mais ou menos ao sabor das circunstâncias, dependendo de sua importância demográfica e econômica. Dessas divisas ficou incumbido o Ouvidor Cabral de Almeida. Não foram atos perfeitos, mas tendo repartido os territórios municipais a grosso modo, deu a tônica principal destes se irem ajustando, ao longo dos tempos, a territórios naturais, marcados por acidentes geográficos, sobretudo pelos rios e serras de maior envergadura”. (3)

O autor do mapa, Tomaz de Souza, “com formação na Escola de Oficiais do Rio de Janeiro, em 1774 se encontrava em serviço em Cuiabá, vindo em 1776 para Goiás. Este oficial engenheiro seria encarregado da cartografia oficial, do estudo e construção de uma fonte para o abastecimento de água potável em Vila Boa e de outro importante empreendimento, que foi o desvio das águas do Rio Maranhão em 1779, já no governo de Luiz da Cunha. [...] Durante um ano, o engenheiro militar percorreu toda a capitania. Fez o que chamou de “Caminho das Águas”, visitando toda a hidrografia goiana. Em janeiro de 1778, apresentou os mapas produzidos pela expedição militar ao Conselho Ultramarino. A construção cartográfica da Carta ou Plano da Capitania de Goyaz de 1778, documento oficial da Coroa Portuguesa, reunia elementos da paisagem, representava o relevo e as bacias hidrográficas, as construções como intervenção no território e apropriação 28 do espaço, as estradas que ligavam Goiás a Minas, a Cuiabá e a Salvador. Apresentava uma hierarquia para classificar os povoamentos conforme sua inserção na economia da mineração: Vila Boa, arraiais com freguesia, arraiais sem freguesia e as aldeias (estas por último, representando onde a sociedade mineira de Goiás enxergava o índio). O mapa De Tomaz de Souza definiu as fronteiras de Goiás, estabelecendo limites identificados em coordenadas astronômicas, conhecimento técnico avançado à época. Seu trabalho foi tão preciso que em 1920, quando houve um questionamento das fronteiras pelo Projeto do Ten. Cel. Eng. Oliveira Lobo de uma Igreja para o Presídio de Leopoldina governador de Mato Grosso, em uma discussão que foi levada ao Congresso Nacional, o preciosismo de Tomaz de Souza foi decisivo para a manutenção da fronteira”. (4)

Leitura paleográfica:

Carta ou Plano Geographico da Capitania de Goyas huma das do centro da America Meridional, pertencente ao Reino de Portugal que mandou construir o Ill.mo e Exell.mo Snr. Jozé de Alm.da de Vasconcellos de Sovral e Carvalho,

Gov.r e Cap. Gen.l da dita Capit.a do dia 26 de Julho de 1777 até, Mayo 78, que a entregou.

Por Thomas de Souza Sarg.to Mor do Regim.to da Cavallaria.

Adevertencias

Esta Capitania he demarcada da Barra do Rio Pardo, por elle acima até as suas Cabeceiras Buscão se as do Araguay por elle abaixo até fazer Barra no Tucantins acima até à Barra do Rio Manoel Alves Buscase a Ponta de Serra Cordilheira que avizinha nella, e segue-se pelo cume della até à Serra de Lorenzo Castanho, Arrepellidos, Escuro, Serro da Canastra, Marsella, até à barra do Sapucay, pelo Rio Grande abaixo, até que nelle faz barra o de Rio Pardo, o que tudo se persebe no Ambito das maiores Lettras, que dizem Capitania de Goyaz. Alguns Rios que se notão são Ribeirões ou fles. Os Arayaes que são Freguesias se notão, as Aldeas se notão Al. ou A. As Estradas de pontinhos. Tudo o mais o Letreiro o mostra. Advertese mais que esta Capitania tem 13 Julgados e que huns comprehendem pequeno Terreno por serem mais povoados, e outros muito grandes por terem muita Terra inteiramente despovoada como hé Villa Boa, e Natividade. A Capital desta Capitania de Villa Boa situada em 16° e 20' ao sul da Linha Equinocial e em 329°10' de Longitude contado da Ilha de Ferro. Esta da Capitania, Além dos Arayaes que vão apontados com hum A antes, tem muitas Fasendas.

Referência:

- 1 – ADONIAS, Isa. Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores (1500-1822). Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1960, p. 663-664.
- 2 – ALENCASTRE, José Martins Pereira. Anais da Província de Goiás. Convênio SUDECO/Governo de Goiás, 1979, p. 215-216.
- 3 – BERTRAN, Paulo. Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783, Goiânia, ICBC, 2010, p. 101.
- 4 - A Engenharia em Goiás – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás. Goiania. CREA-GO, 2012.

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas – 57,5cm x 89cm

Data - 1778

Localização - 10.01.2063

5 - MAPA DOS CONFINS DO BRASIL COM AS TERRAS DA COROA DE ESPANHA NA AMÉRICA MERIDIONAL – “Mapa das Cortes”

Conhecido popularmente como “MAPA DAS CORTES”, foi assim nomeado por ter sido utilizado pelos ministros plenipotenciários de Portugal e

de Espanha durante as negociações dos termos do Tratado de Madrid, assinado em 14 de janeiro de 1750.

Em Portugal no ano de 1749, Alexandre de Gusmão, a partir de diferentes fontes cartográficas, relatórios e escritos que havia previamente mandado levantar do interior da Colônia Portuguesa da América, principalmente a partir de 1747 quando foi Secretário de D. João V, mandou elaborar em 1749 um mapa para as discussões desse tratado. Desse primeiro mapa foram feitas duas cópias as quais foram denominadas “Mapas Primitivos”. Essas duplicatas foram enviadas aos representantes portugueses e aos espanhóis.

As duas cópias elaboradas pelos portugueses para as discussões de fronteira com os espanhóis apresentavam erros propositais de Latitude e Longitude, dando a impressão de que o território português pouco avançava nas terras da colônia espanhola. Como exemplo grosseiro de “erro” na representação - até porque já naquele período se conhecia com bastante proximidade a localização devido aos trabalhos dos “Padres Matemáticos” - é o posicionamento da capital da Capitania de Goiaz, colocada na Latitude 10° Sul, quando devia estar por 16° Sul.

Em 1751, depois que portugueses e espanhóis chegaram ao consenso sobre as fronteiras entre suas colônias, a partir dessas duplicatas ou “mapas primitivos” enviados por Alexandre Gusmão, “foram elaboradas seis cópias, três em Lisboa e três em Madri, a serem trocadas e entregues aos comissários das respectivas partidas espanholas e portuguesas, encarregadas de demarcar no terreno a linha divisória estabelecida sobre a carta. A partir dos trabalhos das comissões demarcadoras foi produzido um grande número de excelentes mapas parciais, bem mais precisos do que o famoso Mapa das Cortes”.(1)

O texto com a assinatura dos ministros plenipotenciários português e espanhol indica que o mapa apresentado nesse catálogo - um exemplar impresso - foi feito a partir de algum dos mapas trocados entre as coroas portuguesa e espanhola. Foi publicado pela editora francesa “Imprimerie Lahure”, para alguma publicação da qual desconhecemos. Para garantir a autenticidade, a editora francesa publicou certificado assinado em Madrid, em 5 de agosto de 1899, concedido pelo chefe de Seção do Ministério do Estado espanhol, Luis del Arco y Mariátegui: “El presente mapa fotografiado es copia fiel y exacta sacada del original que se custodia em el Archivo de mi cargo”.

No mapa há um texto manuscrito assinado pelo representante espanhol e português relativo às discussões de fronteira, com data de 12 de julho de 1751, apresentando alguns esclarecimentos aos profissionais que irão fazer as demarcações. O texto é uma declaração em forma de ressalva sobre o traçado da linha divisória entre o Brasil e as possessões espanholas, referindo-se ao engano do traçado em linha vermelha apresentado no presente mapa. Lembra que conforme o Tratado de 1750 os limites devem procurar o Rio Ibicui e não o Rio Negro, conforme erradamente apresentado pela linha vermelha do mapa.

Do ponto de vista da cartografia do Centro-Oeste, o “Mapa das Cortes” é importante porque se constitui “o primeiro no qual o território português apresentou a conhecida forma quase triangular do Brasil atual” descrevendo a fronteira Oeste. (1)

A iniciativa de apresentar as pretensões territoriais, por meio de mapas, deu aos portugueses vantagens na discussão das fronteiras. Mas cabe

ressaltar que seria errado afirmar que o acordo foi possível somente devido ao vício intencional dos mapas portugueses. Na verdade, tanto o trono português como o espanhol tinham interesse em resolver os conflitos de fronteira em suas colônias no sul da América.

Leitura paleográfica:

Mapa dos Confins do Brazil com as terras da Coroa de Esp.a na America Meridion.l

Oque esta de Cor Amarela he oque se acha ocupado pelos Portuguezes. Oque esta de Cor de Roza he oque tem ocupado os Espanhoes. Oque fica em Branco esta athe noprezente por ocupar.

Esta Carta geografica he copia fiel e exatta da primeira sobre que se firmou i e ajustou o Tratado dos Limites, assinado em 13 de janeiro de 1750; E porque na dita Carta se acha huma linha vermelha, que asinala, epasa pelos lugares poronde se há de fazer a demarcação, que por ser anterior ao Tratado dos Limites que se fes depois nam vae conforme com ele em pasar do pe do Monte de Castilhos grandes a buscar as Cabeceiras do rio Negro, e seguir por ele ate entrar no rio Uruguai, devendo buscar a origem principal do rio Ibicui conforme o dito Tratado, se declara que a dita linha se serve em quanto ela se conforma com o Tratado referido. E paraque atodo otempo asim conste nós abaixo asinados Ministros Plenipotenciarios de S.M.F e S.M.C lhe puzemos as nosas firmas e Celos de nosas Armas. Madrid 12 de julho de 1751.

[seguem as assinaturas]

Tomas da Silva Telles

Joseph de Carvajal y Lancaster.

Don Luis del Arco y Mariátegui, Conde de Arcentales, Ministro Residente, Jefe de Seccion en el Ministerio de Estado.

Certifico: Que el presente mapa fotografiado es copia fiel y exacta sacada del original que se custodia en el Archivo de mi cargo. Y para que se acredite donde convenga y en virtud de órden del Exemo. Sr. Ministro de Estado expido la presente certificacion sellada y firmada en Madrid a 5 de agosto de 1899.

El Conde de Arcentales

[segue carimbo com os seguintes dizeres]

Ministerio de Estado – Archivo y Biblioteca

COPIE DE LA CARTE PORTUGAISE

De 1749

Dont se sont servis les négociateurs du Traité de 1750 entre le Portugal et l'Espagne. Faite em 1751.

Le dessinateur de cette carte a copie, pour l'Amazone et la Guyane, celle de 1745 de LA CONDAMINE, comme le déclare une dépêche du 8 Février 1749 du Ministre des Affaires Étrangères de Portugal á l'Ambassadeur à Madrid: c'est pourquoi on y voit une fausse baie de Vincent Pinçon au Cap du Nord. La carte de 1749 et cette copie authentique de 1751 ont été faites pour servir

à la délimitation des possessions portugaises et espagnoles, et non pour servir dans une négociation avec la France. On n'a donc pas attaché d'importance à la faute du dessinateur en ce qui concerne la prétendue Baie de Vincent Pinçon. D'ailleurs, cette même carte montre que la couleur jaune arrive à l'Yapoco (Oyapoc) et que, pour ce dessina...[?], comme pour le Gouvernement Portugais, la limite d'Utrecht était à l'Oyapoc.

Referência:

- 1 - COSTA, Antônio Gilberto. Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2007. p. 131.
- 2 - ADONIAS, Isa. Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores (1500-1822). Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1960, p. 28-35.

Fonte – Mapoteca do Itamaraty

Medidas – 60cm x 54cm

Data – 1899

Localização – Coleção América e Brasil

6 - MAPA DOS CONFINS DO BRASIL COM AS TERRAS DA COROA DE ESPANHA NA AMÉRICA MERIDIONAL – “Mapa das Cortes”

Introdução e contextualização, consulte mapa anterior.

Exemplar impresso do “Mapa das Cortes” elaborado a partir de cópia autenticada em 1893 de carta que se encontra nos arquivos do Departamento Geográfico do Ministério das Relações Exteriores da França. A cópia autenticada foi provavelmente elaborada a partir do “Mapa Primitivo” de 1749, como indica a caixa de texto. Está “certificado” por assinatura do Geógrafo e do Chefe da Divisão de Arquivos do Ministério das Relações Exteriores da França.

Leitura Paleográfica:

Mapa dos Confins do Brazil com as terras da Coroa de Esp.a na America Merid.al. O q' està de amarelo he o q' se acha occupado pelos Portuguezes. O q' està de cor de roza he o q' tem occupado os Espanhoes. O q' fica em branco não esta até o presente occupado.

Feito no anno de 1749.

Certifié conforme á la copie originale conservée au Dépôt géographique du Ministère des Affaires-Etrangères.

Paris, le 11 février 1893.

Vu pas le Ministre

Plénipotentiaire, chef de la Division des Archives:

[segue assinatura]

Le Géographe du Ministère des Affaires-Etrangères:

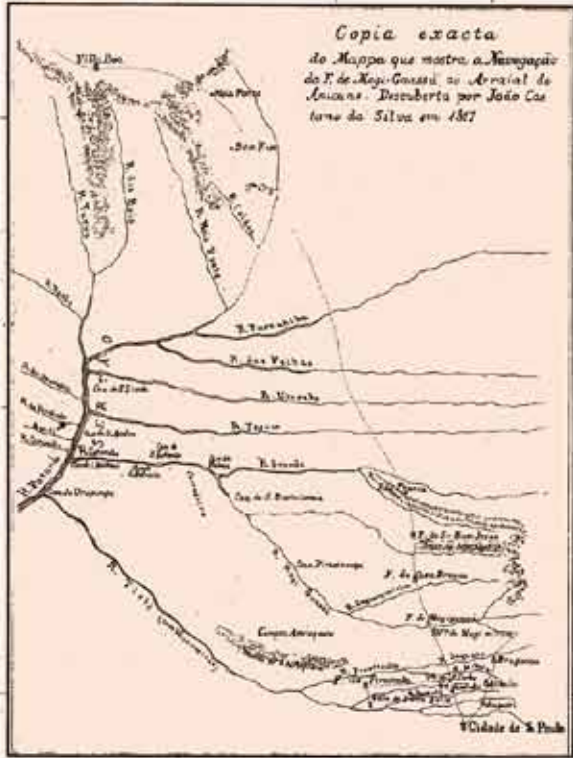
[Segue assinatura]

Fonte – Mapoteca do Itamaraty

Medidas –

Data – 1893

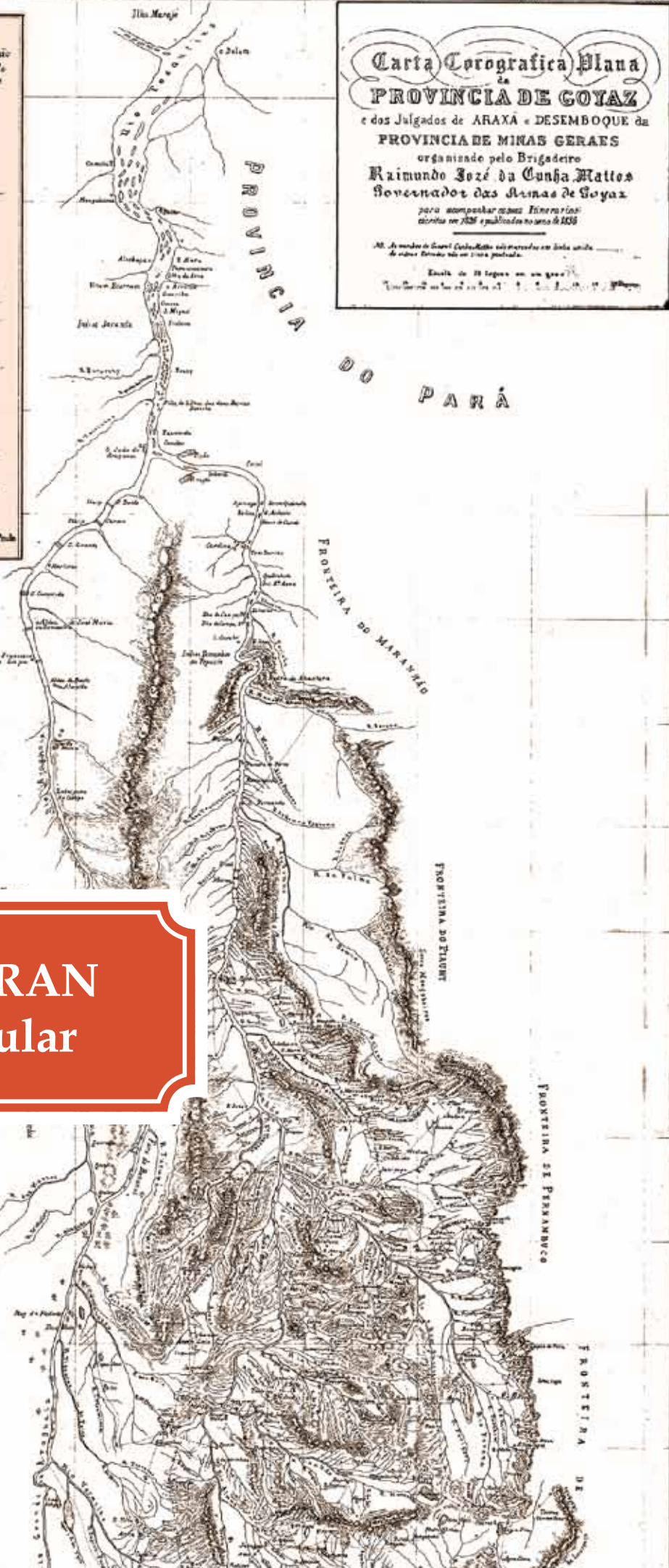
Localização – Coleção América e Brasil



Carta Corografica Plana
da
PROVINCIA DE GOYAZ
e dos Julgados de ARAXÁ e DESEMBOQUE da
PROVINCIA DE MINAS GERAES
organizado pelo Brigadeiro
Raimundo José da Cunha Mattos
Governador das Armas de Goyaz
para acompanhar as suas Itinerarias
feitas em 1838 e publicadas no anno de 1838

At. As vendas de Cartas Corograficas são feitas em toda cidade
de onde houver uma ou mais postas.

Essa de 28 tomos em um q.º
Vende-se em tomos de 10 rs. cada um.



PROVINCIA

PAULO BERTRAN
Acervo particular

MATTO GROSSO

5. PAULO BERTRAN – ACERVO PARTICULAR

a) Histórico

Paulo Bertran Wirth Chaibub nasceu em Anápolis em 1948 e faleceu em Goiânia em outubro de 2005. Formado em economia pela Universidade de Brasília e pós-graduado em história e planejamento pela Universidade de Estrasburgo, França, atuou como professor em várias instituições de ensino superior do Centro Oeste: Universidade de Brasília, Centro Universitário de Brasília e Universidade Católica de Goiás e Universidade Federal de Goiás.

Foi Diretor do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central, da Sociedade Goiana de Cultura ligada à Universidade Católica de Goiás. Integrou as Academias Brasiliense de Letras, de Letras e Artes do Planalto, Pirenopolina de Letras e dos Institutos Históricos do Distrito Federal, de Goiás e de São Paulo.

Dedicou-se à história colonial da região central do Brasil, especialmente da região onde seria construída a nova capital do Brasil: Brasília. Autor de vários artigos e livros sobre o Cerrado e o Centro-oeste brasileiro, sua obra tornou-se referência para a história e a cultura goiana.

Criou em Brasília, junto com Maria das Graças Fleury Curado, o Memorial das Idades do Brasil e o Instituto Paulo Bertran Fleury.

b) Conteúdo

- **CARTOGRAFIA** - Como fruto de suas pesquisas sobre a história colonial da região central do Brasil, fez cópia de vários mapas, entre os quais possuímos cópias digitais de:

1 – Carta Corográfica Plana da Província de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Gerais organizados pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos, Governador das Armas de Goyaz, para acompanhar os seus Itinerários, escritos em 1826 e publicados em 1836.

Observação – Comentários sobre esse mapa estão no acervo do AHEx – Arquivo Histórico do Exército.

2 – Carta da Província de Goás, organizada em 1874 por ordem do Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas, pelo engenheiro Joaquim R. de M. Jardim, conforme as melhores cartas existentes e observações próprias.

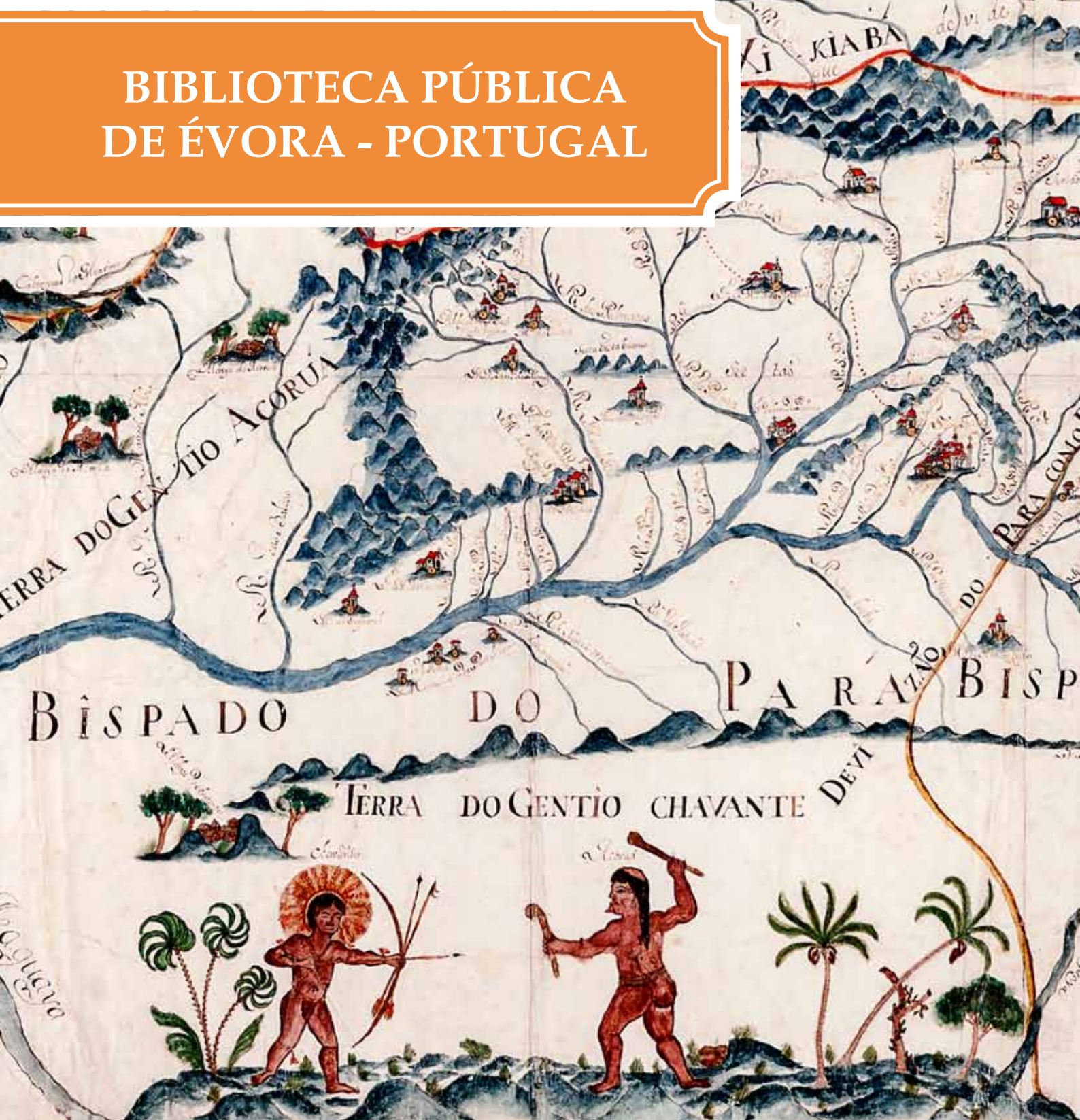
Observação – Comentários sobre esse mapa estão no acervo do AHEx – Arquivo Histórico do Exército.

- 3 – Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goiás, uma das do Centro da América Meridional pertencente ao Reino de Portugal, que se tirou por ordem do Il.mo e Ex.mo Sr. José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e Carvalho, governador e Capitão General da dita Capitania do dia 26 de julho de 77 até maio de 78. – MAPA DOS JULGADOS.

Observação – Comentários sobre esse mapa estão no acervo do AHEx – Arquivo Histórico do Exército.



BIBLIOTECA PÚBLICA
DE ÉVORA - PORTUGAL



6. BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA

a) Histórico

Fundada em 1805 pelo arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo, um clérigo erudito, representante de vulto do Iluminismo Português, está localizada na cidade e Distrito de mesmo nome, em Portugal. Seu acervo acumula dois séculos de história e, desde março de 2007 passou a integrar, organicamente, a Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas.

Ao longo dos anos, o fundo original foi enriquecido por doações, aquisições e também pela incorporação dos fundos pertencentes aos conventos, extintos em 1834.

Em 1916 foi anexado à Biblioteca o Arquivo Distrital de Évora, que passou a designar-se "Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora". Para esse fim procedeu-se à expropriação do Convento dos Lóios, sendo uma parte integrada na Biblioteca Pública de Évora.

Em 1997 o acervo da Biblioteca Pública foi separado do Arquivo Distrital de Évora. Essa separação e a repartição do quadro de pessoal entre as duas Instituições acentuaram a falta de recursos humanos.

Considerada como uma das mais antigas e mais ricas bibliotecas de Portugal pelo conjunto e conteúdo de suas colecções, o espólio da Biblioteca Pública de Évora compreende actualmente 664 incunábulos e 6.445 livros impressos do século XVI, além de diversos núcleos de documentos manuscritos, de cartografia, partituras e mais de 20.000 títulos de publicações periódicas. Beneficiária desde a década de 1930 do Depósito Legal, destaca-se ainda pela abrangência em termos de bibliografia corrente, cujas colecções ascendem a mais de 612 mil volumes.

b) Conteúdo

Compreende dois mapas relativos à Goiás.

1 - Mapa do interior do Brasil entre a foz do Amazonas e São Paulo

Este mapa é uma cópia manuscrita feita a partir do primeiro mapa de Goiás – 1750 - elaborado por ordem de Ângelo dos Santos Cardoso, secretário do Governador de Goiás, Dom Marcos de Noronha, e também a partir do segundo mapa da Capitania de Goiás elaborado em 1751 pelo geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar, Francisco Tosi Colombina, por solicitação do mesmo governador. Isso é possível constatar pelo uso de textos de Tosi Colombina e por topônimos que só se encontram no primeiro mapa de Goiás, como: "Sobradinho", "Corumbá". Da lista dos "sítios" do mapa de Goiás de Ângelo dos Santos Cardoso, omite apenas o sítio "Barra" e acrescenta o sítio "Ilha Comprida". Comparando com o de Tosi, acrescenta "Ilha Comprida" e "Missoens ou Aldeias dos P.P da Companhia de Castella proximamente erectas". Vários rios que estavam só delineados nos dois mapas usados como

referência foram nomeados. Não possui elementos que nos permitam descrever o motivo específico pelo qual foi elaborado.

Para maiores informações sobre o contexto político, econômico e social em que os dois primeiros mapas de Goiás foram elaborados, sugerimos que se consulte neste GUIA, o mapa nº 1 do acervo da Mapoteca do Itamaraty e os mapas nº 20 e 21 do acervo correspondente ao AHEx – Arquivo Histórico do Exército, bem como as referências ali indicadas.

O autor desta cópia suprimiu o longo texto dirigido a Dom Marcos de Noronha (Conde dos Arcos), Governador da Capitania de Goiás, no qual Tosi Colombina descreve os motivos pelos quais elaborou o mapa, bem como os meios usados. Aproveitou somente o texto que no original recebe o título de “EXPLICAÇÃO”, no qual Tosi Colombina apresenta uma detalhada instrução de como o mapa deve ser lido: a rota para a Província de Goiás é apresentada como um caminho que vai da Vila de Santos – Província de São Paulo até o Centro-Oeste. No trajeto, o cartógrafo assinala as rotas terrestres e pelos rios, individuando Vilas, Povoações, Roças, Sítios e Serras. Em alguns momentos indica o número de dias aproximado de caminhada entre dois pontos da rota.

Contudo, não transcreveu literalmente a “EXPLICAÇÃO” elaborada por Tosi Colombina, aproveitando apenas algumas informações e sintetizando outras, o que resultou num texto bastante confuso.

Em relação às Latitudes, o autor dessa cópia parece possuir melhores informações, pois ao lado de alguns rios faz observações a respeito dessas coordenadas. Assim, sobre o Rio Xingu, comenta: “Este rio Xingú supoemse chega athe 12 graos ao Sul e que tem as cabeceyras no caminho do Cuiabá para Goiyazes”. Para o Rio Guanapũ afirma: “Não há nota de que este rio suba tanto asima”; “estas cabeceiras que se dão ao Rio Guanapũ

Leitura paleográfica:

Os puntinhos vermelhos denotaõ a derotta de Santos, S. Paulo, Ithú athé V.a Boa de Goyas; e d’esta athé a Natividade. Os puntinhos amarelos a/volta, que se fas para V.a Boa. Os pretos da Villa Boa athe o Cuyabá a derotta, e comunicação destas a villas, e do mato groço quando se vay por terra./Porque quando se vay em canoa, a maõ se deçe o Rio Cuyabá e dos Porrudos, e se sobe o Paraguay, e o Joru athé onde travessa o caminho de terra, o que/se segue deixando as canoas... os puntinhos pretos desde Araraytaguaba athe o Cuyabá pellos Rios Tiaté, Pardo, Camapoã, Cuxiim, Taquari, Paraguay/Chunér, Porrudos e Cuyabá, e os quais deçendo pella margem do Porrudos sobem em Paraguay, a Sapituba, denotaõ o caminho que fez João de Sousa de Azeve/do quando varou por terra athe o Rio Somidouro, pello qual decendo, e pello Rio Tapajós, e Amazonas foi ao gram Pará, donde voltando subio p.a o dito Amazo/nas, e Madera athe o Mato grosso... os puntinhos amarelos da V.a do Cuyabá, que sobem pela margem do dito rio, o atravçam por terra athé dar no rio Preto, e no dos Arinos denotam a viagem de canoas, q. novam.te descobrisse, e faz communicavel a dita Villa com a cidade do Gram Pará... Os puntinhos pretos no/R. Tocantins, q. principiaõ onde saõ 2 sinais de sitios, q. começaõ as povoaçoens ou roças do Gram Pará denotaõ a viagem, q a gente da Nativid.e/embarcandose em canoas no pontal e feitose, a

chegando em onze dias as ditas roças e destas athe os canais [ou?] como chamaõ Guarupês/em 2 dias, e por elles 3 dias, q tudo fazem 16 athe o Gram Pará; porem a subida impossivel, e a descida se fas em tem/po de chais: mais facil se poem a comunicação desta Villa com a cid.e do Gram Pará embacardo a 2 dias de viagem/ abaixo do Rio Vermelho, q entra no Rio Grd.e do cam.o de Cuyabá q com o nome de Araguaia entra no Tocantins/A sombra ou circulo amarello demarca a Capt.a de Goyas; nos cam.os q vem de S. Paulo a esta Villa e desta vaõ a/Nativid.e e voltaõ naõ se encontraõ matos de consideração, mais q o de Moggi na Comarca de S. Paulo, e o Matto/ grosso da Meia ponte nesta Capt.a que vaõ demarcados com arvoredos: os mais q se chama capoens por serem piquenos,/naõ se apontaõ: as terras, q se encontraõ estaõ demarcadas: os citios do cam.o de S. Paulo a esta Villa naõ estaõ/marquados, mas se apontaõ só os que se achaõ neste mappa em grande distancia do alistado.

50. Santos
51. S. Vicente
52. Fortaleza da Barra de Santos
53. Forte da Betioga
54. Conceição
55. Jaguapé
56. Cananea
57. S. Paolo
58. Paranahiba
59. Itú
60. Araritaguba
61. Sorocaba
62. Jundiahi
63. Mogi
64. Arrayal dos Bororos gov.do pello Corn.el Ant.o Pirez
65. S. Cruz
66. S. Luzia
67. Meya Ponte
68. Jaraguá
69. Ouro Fino
70. Ferreiro
71. Villa Boa de Goayaz
72. Anta
73. Piloens
74. Quirixas
75. Guarinos
76. Pilar ou Papoaam
77. Agoa quente
78. Trahiraz
79. S. José
80. S.a Rita
81. Moquem
82. Chapada de S. Gonçalo
83. Morrinhos, ou Amaro Leite

84. Corriola
85. Carlos Marinho, ou S. Feliz
86. Chapada de S. Feliz, ou de Carlos Marinho
87. Cavalgante
88. Paranã ou Itiquira
89. Arraiaz
90. Barra da Palma, ou terras novas
91. Duro
92. Natividade
93. Pontal
94. Descoberta do Carmo
95. 47. 48. Missoens, ou Aldeias dos P.P. da Comp.a de Castella proxim.te erectas.
49. Ilha Comprida

Referência:

7. JUNIOR, Wilson Carlos Jardim Vieira. SCHLEE, Andrey Rosenthal. BARBO, Lenora de Castro. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás? XXIV Congresso Brasileiro de Cartografia – Aracaju – SE – Brasil, 16 a 20 de maio de 2010.
8. RICCARDO FONTANA, Francesco Tosi Colombina – O Cartógrafo do Brasil Central, 2009.
9. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás? <http://www.altiplano.com.br/1010tosi.html> - Acesso em 14/02/2011.
10. BARBO, L. C. e A. R. SCHLEE, 2009. A cartografia histórica e os caminhos de ocupação do atual Distrito Federal, In Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto – MG.
11. ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Anais da Província de Goiás. Brasília, Ed. Gráfica Ipiranga Ltda, 1979.

Fonte – Biblioteca de Évora
 Medidas – 82 cm x 65 cm
 Data – [1750-1800]
 Localização – Gaveta IV – nº 32

2 - CAPITANIA DE GOIÁS - MAPA DOS BISPADOS

Diferente do mundo no qual vivemos onde, a partir de um longo processo histórico, consolidou-se a separação entre Estado e Religião, todo o complexo processo de expansão lusitana “vem acompanhado de forte conotação religiosa, pois os portugueses se consideravam com o encargo de ampliar as fronteiras da Cristandade para além do reino, através de suas expedições marítimas”.(2) Dessa forma, a Igreja Católica no Brasil, desde a chegada dos Portugueses até a proclamação da República estava subordinada ao Estado por meio do **sistema do Padroado**. Esse sistema foi “o instrumento mais efetivo através do qual a Santa Sé comprometeu os monarcas

portugueses em sua missaõ religiosa [...] sobre as novas terras descobertas”.(2)

Naõ se trata de uma atitude unilateral onde a Coroa portuguesa tenha usurpado as atribuições religiosas da Igreja Católica, mas sim em uma “forma típica de compromisso entre a Santa Sé e o governo português que consistia especificamente do direito de administração dos negócios eclesiásticos, concedido pelos papas aos soberanos portugueses”. (2) Assim, “a Coroa se comprometia a manter a fé católica como religião oficial e a empenhar-se na difusão da fé, oferecendo aos ministros eclesiásticos os meios econômicos para a realização de sua missaõ religiosa. A hierarquia eclesiástica, por sua vez, assumia o compromisso de colaborar intimamente no fortalecimento do projeto colonial [...] e a religião assumia cunho social significativo, havendo interpenetraçãõ mútua entre fé e cultura lusitanas.”(2) Essa profunda relaçaõ entre Religiãõ e Estado criou uma experiênciã social chamada pelos sociólogos de “Cristandade”: uma profunda identificaçãõ da ordem política com a ordem religiosa, onde a Igreja católica procura assegurar sua presença e expandir seu poder na sociedade civil, utilizando antes de tudo a mediaçãõ do Estado.

Essa uniaõ entre Estado e Igreja gerava, de fato, a “subordinaçãõ efetiva da autoridade eclesiástica à autoridade civil. Na prática, naõ havia apenas uniaõ, mas a realidade subjacente era que a Igreja dependia do Estado para a sua subsistênciã e para sua expansãõ. [...] O monarca tornava-se assim uma espécie de delegado pontifício plenipotenciário para a colônia brasileira [...] passando a exercer ao mesmo tempo um poder de ordem civil e eclesiástica, principalmente nas colônias e domínios portugueses.”(2) Dessa forma, cabia ao Rei a apresentaçãõ dos candidatos aos bispados e às paróquias, o direito de promover, transferir ou afastar os clérigos de seus cargos, poder definir o âmbito da jurisdiçãõ desse corpo religioso, a ereçãõ de dioceses e paróquias, além da formaçãõ do clero e administração dos bens eclesiásticos.

Se de um lado a Igreja Católica foi favorecida no campo econômico porque toda infra-estrutura eclesiástica como construçãõ de igrejas, manutençãõ da atividade pastoral e missionária, salário para padres e bispos deveriam ser providenciados pelo Estado português, por outro lado “no plano jurídico foi perdendo a sua autonomia e se tornando cada vez mais um instrumento das monarquias.” (2)

Portanto, as responsabilidades delegadas pela Igreja ao monarca português “faz com que os reis passem a superiores religiosos ou a uma espécie de superbispos, de delegados pontifícios, ou, como viria a dizer Pombal, de prelados espirituais de todos os seus domínios no ultramar. Ao papa restava apenas a confirmaçãõ dos atos do rei que se relacionassem com as coisas da Igreja em suas terras de além-mar.”(3) Por causa do sistema do Padroado “a Igreja naõ gozou nunca, no Brasil, de independênciã e autonomia. Os negócios eclesiásticos da colônia estiveram inteiramente nas mãõs da Coroa, que deles se ocupavam através de um departamento de sua administração, a **Mesa da Consciência e Ordens**”.(2)

A partir de 1549, com o estabelecimento do Governo Geral em Salvador, Bahia, tendo em vista as dificuldades na administração das Capitãncias Hereditárias, foi criada em 1551, pelo papa Júlio III, a primeira diocese na Colônia Portuguesa da América: o “Bispado da Bahia”. No documento (bula) de criaçãõ deste Bispado, o papa é claro é direto em confirmar os direitos do

Padroado ao monarca português: ***“Declaramos que o direito de padroado existe [...] com todo o vigor, essência e eficácia em virtude de verdadeiras e totais fundação e dotação reais, [...] e não poderá ela ser derogada nem mesmo pela Santa Sé, sem primeiro intervir o consentimento expresso de João, Rei [...], perpétuo administrador no espiritual e temporal, [...] delegado da Santa Sé [...].”***

É dentro desse contexto ainda não secularizado e de profunda vinculação entre Religião e Estado que podemos entender a confecção do “Mapa dos Bispados”. O Estado português, além de se preocupar com a criação de mapas com os limites das Capitânicas com o fim de ajudar na administração pública, tinha também sob sua responsabilidade determinar os limites dos Bispados, ou Dioceses, pois como vimos, a ele competia a tarefa de evangelização e catequese, bem como a promoção do culto, a nomeação e os sustento dos ministros eclesiásticos. O mapa servia para ajudar nessa complexa responsabilidade ao estabelecer a circunscrição territorial sob a responsabilidade de cada um dos Bispos indicados pela Coroa portuguesa.

Este mapa apresenta o termo de vários Bispados que compõem ou se situam ao redor da Capitania de Goyaz criada em 1748, apresentando as diversas Freguesias (Paróquias). São apresentadas os seguintes Bispados: Arcebispo da Bahia, criado no ano de 1551; os Bispados do Pernambuco e Rio de Janeiro criados em 1676, ainda no período da União Ibérica; o Bispo do Maranhão, criado em 1677; o Bispo do Pará, criado em 1720 e o Bispo de Mariana, criado em 1745, no mesmo ano em que também foi criado o Bispo de São Paulo, não referenciado no mapa. O termo “Arcebispo” surge quando um Bispo é dividido em novos Bispados. A partir desse momento, o novo limite estabelecido para a primeira Diocese passa a ser indicado como “Arcebispo” e as subdivisões como “Bispados”. O mapa apresenta por meio de desenho as sedes de muitas Freguesias (Paróquias), indicando que o desbravamento e conquista dos Sertões esteve em grande parte vinculado à atividade de evangelização.

Graficamente, “as divisórias de água são sublinhadas por fiadas de pequenos montes triangulares azulados. A organização em Bispados apóia-se quase sempre naqueles acidentes naturais e ressalta, sobretudo pelos grandes letreiros a maiúsculas. [...] Aparecem também no mapa, numerosas “Terras de Gêntio”, com o nome das diversas tribos índias. São traçados alguns caminhos fundamentais, com a indicação que a Baía se encontrava a 20 jornadas e Cuiabá a 30 jornadas de Vila Boa de Goiás” (1)

“A legenda fornece uma preciosa indicação sobre a técnica que se usou para construir os mapas do sertão. Vejamos o que se consegue ler, normalizando um pouco a ortografia: ‘Todas as distâncias da Capitania se acham neste mapa verdadeiramente reguladas debaixo das leis do petipé [escala], como também as divisões dos Bispados, com a declaração, porém, que nas respectivas longitudes [comprimentos] se incluem na medida do compasso as voltar que fazem os caminhos’. Também se declara que, quanto ‘ao rumo e longitude do rio Tocantins’, o desenhador teve de regular-se pela ‘fantasia dos que o navegam’. É portanto um mapa de itinerários, onde o cartógrafo teve de compensar, na medida do possível, as informações distorcidas que lhe forneciam os viajantes”. (1)

Tendo em vista a indicação do Bispado de Mariana, criado por meio da Bula Papal “Condor lucis aeternae” de 6 dezembro de 1745, com certeza esse mapa é posterior a essa data e provavelmente está ligado às grandes exigências de evangelização com o enorme número de novos “fregueses” que invadiram os Sertões em busca do ouro e de pedras preciosas. Ao mesmo tempo servia para que a Coroa apresentasse seus esforços em prol da Evangelização e do emprego do Dízimo, cujo direito de recolhimento, a Igreja havia concedido ao Estado português, dentro do sistema do Padroado. A administração prática desse sistema com profunda relação entre Igreja e Estado era executada pela Mesa de Consciência e Ordens, espécie de conselho de Estado, que discutia e apresentava ao rei os assuntos de caráter eclesiástico.

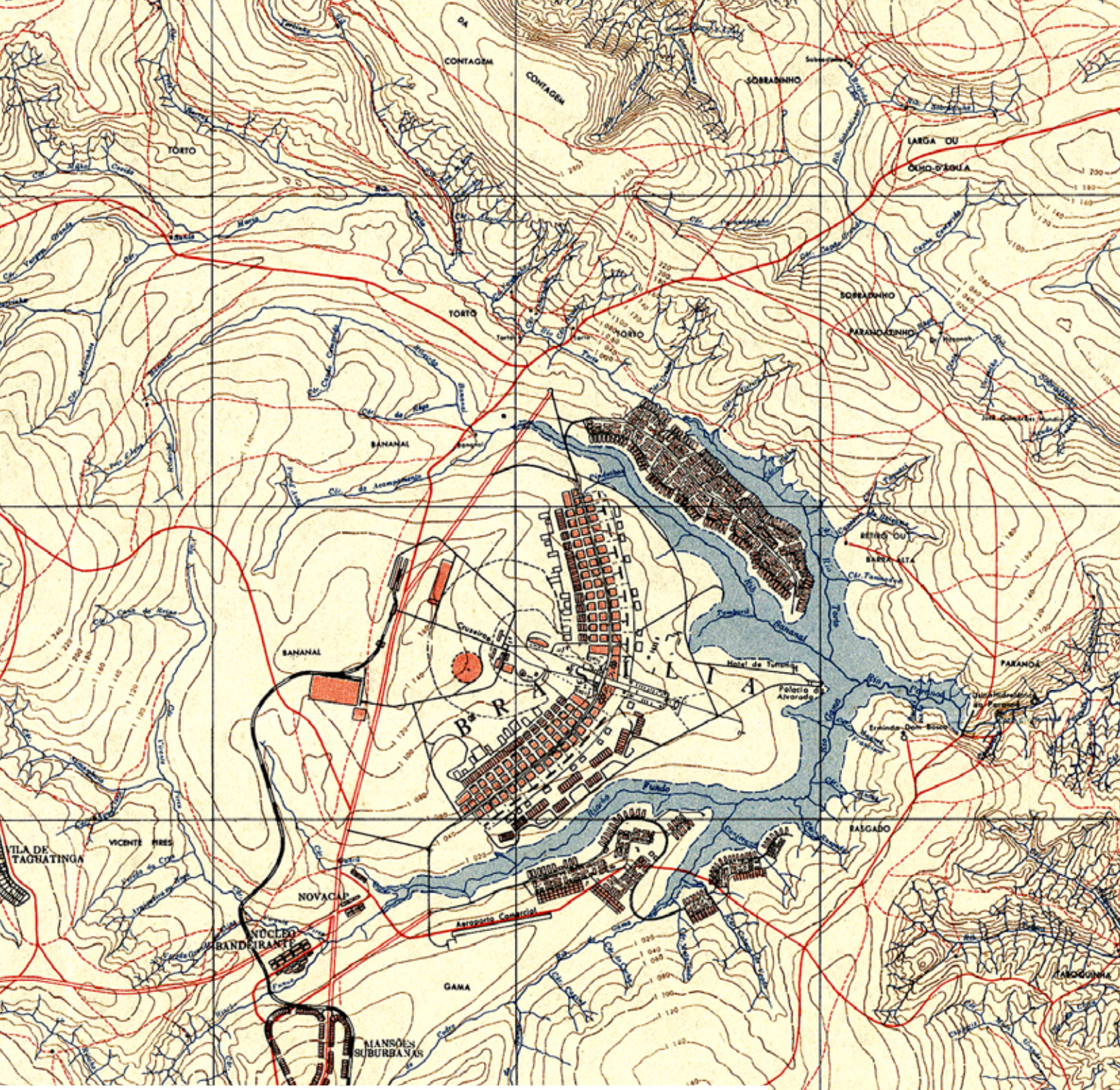
Leitura paleográfica:

Todas as distancias da Capitania de Goyás se achão neste mappa verdadeiramente reguladas debayxo das leis do petipé, como tambem as devizoens dos Bispados com a declaração porem q. nas respectivas longitudes se imcluem debayxo da medida do compasso as voltas q. fazem os caminhos: e emquanto ao rumo e longitude da Ryo Tocantins desde o Pontal até a Villa do Camutá, não tem aquelle a esta mais q. fantazia dos q. o navegaraõ, digo não tem aquelle a esta outra regra mais q. a fantasia dos q. o navegaraõ e conforme a esta se lhe deu a distancia, q. se conhecerá usando do mesmo petipé.

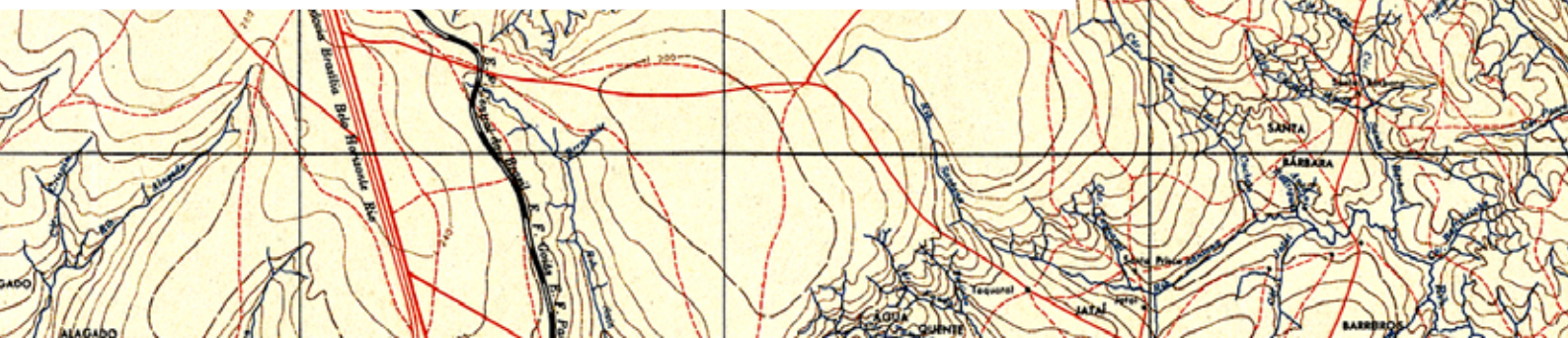
Referência:

- 1 - Lugares e regiões em mapas antigos – publicada por ocasião da Exposição “Lugares e Regiões em Mapas Antigos”. Biblioteca Pública de Évora, 11 de julho a 11 de agosto de 1997, no âmbito do XVII Congresso Internacional de História da Cartografia.
- 2 – AZZI, Riolando. A Sé Primacial de Salvador – Período Colonial. Volume I. Vozes, Petrópolis, 2001.
- 3 – AZEVEDO, Thales de. Igreja e Estado em tensão e crise. Ática, São Paulo, 1978, pg. 26.
- 4 – RUBERT, Arlindo. História de la Iglesia em Brasil. Editorial Mapfre, Madrid, 1992.

Fonte – Biblioteca de Évora
 Medidas – 131 cm x 67 cm
 Data – [1745-1800]
 Localização – Gaveta IV – nº 32



IBGE
Instituto Brasileiro
de Geografia e Estatística



7. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

a) Histórico

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística esteve constantemente presente no processo de estudos da região do Planalto Central aonde mais tarde viria a ser construída a nova capital do Brasil. É certo que a proposta de mudança da capital vem de antes do IBGE. Desde 1936 o IBGE, em vários documentos preciosos à história do Brasil, defendeu a mudança, e tão logo a Constituição democrática de 1946 retomou a mudança como preceito, envolveu-se diretamente nos estudos técnicos voltados a esse fim.

Assim, já em 1947, promoveu duas expedições geográficas no âmbito do Conselho Nacional de Geografia, um dos órgãos máximos do IBGE, dando conteúdo científico à Comissão dirigida por Polli Coelho, incumbida da localização de um sítio para a nova capital. Naquela ocasião, geógrafos notáveis se fizeram presentes: Antonio Teixeira Guerra, Christovam Leite de Castro, Dora Amarante Romariz, Eugênia Zambelli, Gonçalves, Fábio de Macedo Soares Guimarães, José Veríssimo da Costa Pereira, Lindalvo Bezerra dos Santos, Lúcio de Castro Soares, Marília Galvão, Ney Strauch, Nilo e Lysia Bernardes, Orlando Valverde, Speridião Faissol, e Walter Alberto Egler, entre vários outros. Todos, eles e elas, notáveis profissionais do IBGE que valeram-se da orientação científica de Francis Ruellan e de Leo Waibel, geógrafos estrangeiros associados ao Conselho Nacional de Geografia.

Num terceiro momento, em 1955 e 1956, por ocasião da Comissão dirigida por José Pessoa, o IBGE esteve presente com Fábio de Macedo Soares Guimarães, então Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, e com o eminente cientista Allyrio Huguency de Mattos. Suas ações foram decisivas, até pela retomada do realizado no passado recente.

Finalmente, quando já iniciara a construção de Brasília o IBGE fez um censo na futura capital, em 1959, pelo qual levantou dados sobre a população, entre vários outros elementos pesquisados. Os resultados dessas pesquisas permitem hoje traçar um acurado retrato histórico daquele período no qual os candangos aparecem em cores vivas, fixando residência nos arredores da capital, nas chamadas cidades-satélites. É um retrato bastante exaustivo da população trabalhadora que construía a capital. Foi nesse contexto que em 1958 o IBGE, produziu o mapa “Novo Distrito Federal”.

b) Conteúdo

Compreende um (1) mapa relativo ao Distrito Federal.

1 – Mapa “Novo Distrito Federal”

Como contextualizado acima, no período da construção de Brasília coube ao IBGE a iniciativa de realização mapa “Novo Distrito Federal”, com o sítio

geral e nele posto o Plano Piloto. Trata-se do primeiro mapa de Brasília executado pelo cartógrafo do Conselho Nacional de Geografia, Clóvis de Magalhães, nascido em Formosa que, ao lado de Planaltina e de Luziânia, deram parte de seu território para formar o Distrito Federal. Clóvis Magalhães provinha de família tradicional de meados do século XIX instalada numa das primitivas fazendas preexistentes ao Distrito Federal, a enorme Brejo ou Torno, a margem do córrego do Torto. (1)

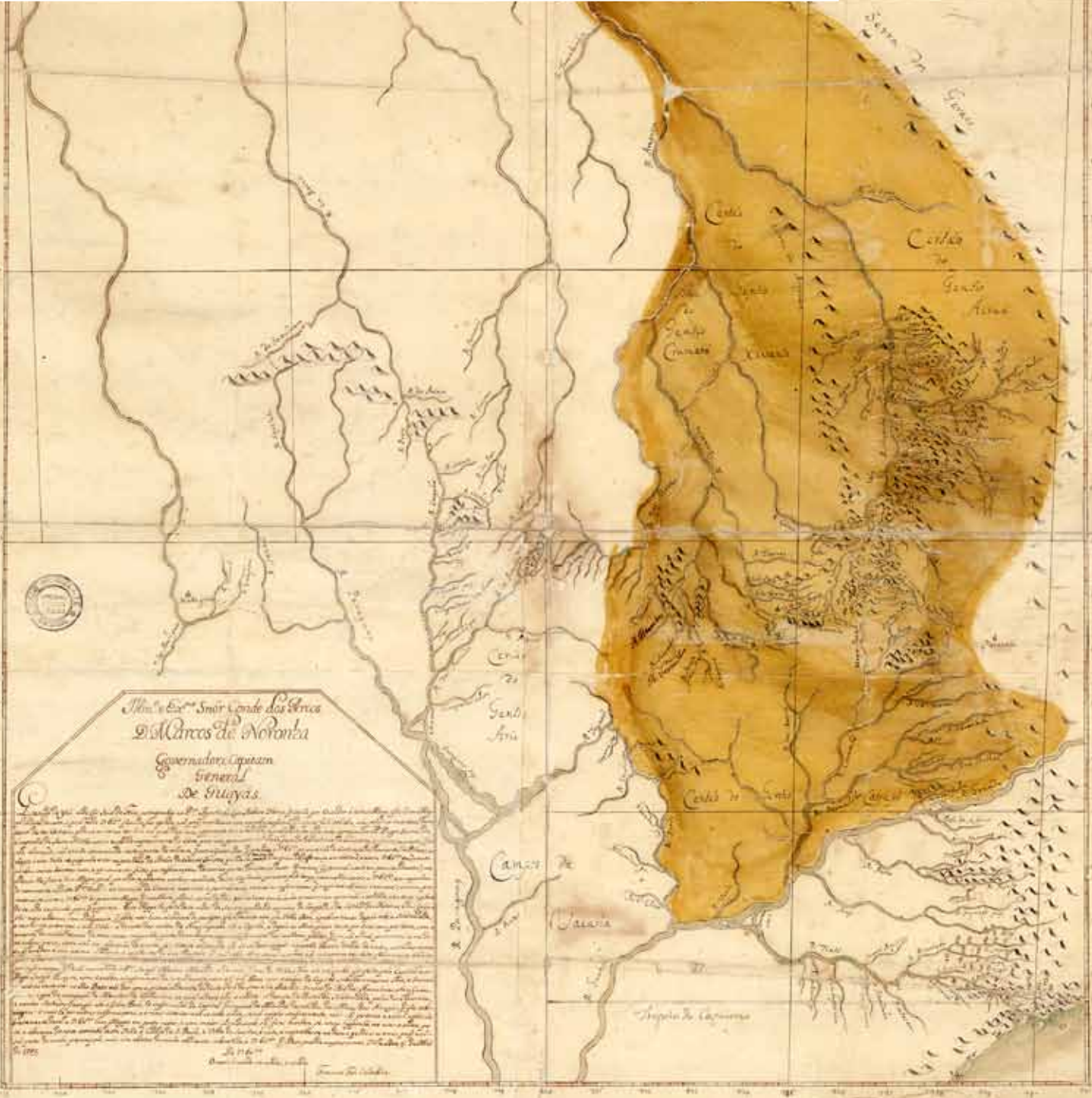
O mapa foi impresso em sete cores no Serviço Gráfico do IBGE, por encomenda do escritório de Goiás no Rio, na escala 1:100 000, sendo elaborado com base em reconstituições aerofogramétricas. Foi entregue solenemente ao Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Referência:

- 1 – JÚNIOR, Wilson Carlos Jardim Vieira. Vestígios no Parque Nacional de Brasília e na Reserva Biológica da Contagem: do campo da invisibilidade aos lugares de memória. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 2010.
- 2 – SENRA, Nelson de Castro. (Org.) Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010.



ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO



Mm. e Ex.º Sr.º Conde dos Vicos
D. Marcos de Noronha
Governador Capitão
General
de Guayas.

Handwritten text in a column, likely a title page or introductory text, containing several lines of cursive script.

Explicação

Handwritten text under the heading 'Explicação', providing a detailed explanation of the map's symbols and features.

1. Rio	11. Serra	21. Serra	31. Serra
2. Serra	12. Serra	22. Serra	32. Serra
3. Serra	13. Serra	23. Serra	33. Serra
4. Serra	14. Serra	24. Serra	34. Serra
5. Serra	15. Serra	25. Serra	35. Serra
6. Serra	16. Serra	26. Serra	36. Serra
7. Serra	17. Serra	27. Serra	37. Serra
8. Serra	18. Serra	28. Serra	38. Serra
9. Serra	19. Serra	29. Serra	39. Serra
10. Serra	20. Serra	30. Serra	40. Serra



8. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

a) Histórico

O Arquivo Público Mineiro (APM), criado em 1895, detém a marca de instituição cultural mais antiga de Minas Gerais. Milhares de documentos de origem pública e privada que remontam os períodos colonial, imperial e parte do republicano fazem parte do acervo. Além de manuscritos e impressos, o arquivo reúne mapas, plantas, fotografias, gravuras, filmes, livros, folhetos e periódicos.

A casa que hoje abriga o APM, localizada na Avenida João Pinheiro, 372, integra o importante conjunto arquitetônico de Belo Horizonte. Construída em 1897 para servir de residência ao secretário das Finanças, a partir de 1910 foi destinada às repartições da Prefeitura Municipal, abandonando sua função residencial de origem. Em 1938, a Prefeitura deixou a casa, que passou a ser ocupada pelo Arquivo Público Mineiro.

Em outubro de 2007 foi inaugurado oficialmente o Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro – SIAAPM, fortalecido por um cenário de profundas modificações tecnológicas, com grande destaque para a política nacional de ampliação do acesso ao computador para a população e a consolidação da internet como plataforma global de publicação de informação. O SIAAPM é um sistema de informação multimídia em estrutura modular, idealizado dentro das normas que regem a descrição arquivística, reunindo os instrumentos de pesquisa e, de forma gradativa, os conjuntos documentais sob guarda do APM.

b) Conteúdo

Compreende um (1) mapa relativo à Goiás.

1 - MAPA DOS LIMITES DE GOIÁS E MINAS GERAIS

Para a introdução geral deste mapa, consulte neste GUIA os mapas nº 20 e 21 do acervo do AHEx – Arquivo Histórico do Exército e mapa nº 1 do acervo da Mapoteca do Itamaraty, bem como as referências ali indicadas.

Leitura paleográfica:

Ilm.o e Ex.mo Sn.õr Conde dos Arcos / D. Marcos de Noronha / Governador, e Capitam / General / de Guayás / Quando de Ytu, onde foi juiz de fora, acompanhei ao D. or Agostinho Luiz Ribeiro Vieira, q vinha por Ouvidor a estas minas, fiz hum map / pa da dicta derrota, o qual vendo V. Ex.cia ficou do seo agrado, naõ porq o cenhecesse com aquella perfeiçãõ, q requer hua tal obra, mãs porq na incerteza do in / terior destes certoens pode se ao menos ter hua tal qual idea mais apparente com a verdade, a qual podia ter sido mais aproximado o P. Diogo Soares da / Companhia de Jesus Mathematico expedido expressamente da corte para isso; porem este naõ tinha passado do dictricto

de Tocantins, e o pouco, ou muyto, q ti / nha alcançado, não o tinha communicado nestas partes, de tal sorte, q outro Governador, q precedeo a V. Ex.cia por occasiaõ do contracto dos diamantes de Piloens, ao / chegar a esta villa se suppunha estar na parallela da Bahia de Todos os Sanctos, quando há mais da tres graos de differença em latitud, e assim V. Ex. cia, tendo visto / tambem varios borroens meos, e apontamentos feitos por informaçoens de varias partes do interior desta America (q) serviraõ a outrem para se adiantar) me / ordenou lhe fizesse hum mappa geral, por onde se podessem conhecer os limites desta capitania; para isso pedi tempo para melhor servir a V. Ex.cia, e acompanhan / do novamente ao dicto D.or Ouvidor na correiaõ da comarca, examinei-a pessoalmente, e tomei as informaçoens, q me pareceraõ mais verosimeis, e assim pre / sentemente sirvo a V. Ex.cia do presente mappa q como disse, poderã servir de idea, [rasura] os curioso conhecendo os meos erros apontaraõ a verdade, e eu terei a gloria / de ter sido o estimulo para q ai pareça. Este mappa he feito deste modo: de Sanctos guardando os pontos de longitud, e da latitud dos roteiros, e dos geógra / phos mais modernos, com a diligencia, q pode usar hum viandante de passagem, fiz a derrota até esta Villa Boa, a qual continuei depois até a Natividade, / e recolhi-me outra vez a esta villa: a derrota das canoas de Ararytaguaba até o Cuyabá, e depois ao Mato-grosso tanto por rios, como por terra, com a / occasiaõ da minha demora de onze mezes naquellas partes do embarque segui a informaçã dos melhores pilotos, q por lá andaõ, por isso não se me de / ve culpar o erro, como não me gloriaria do acerto se o tivesse alcançado, e q só se deve suppor naquella pessoa dotada de tantas virtudes mora / es, q excedem a sua mesma sabedoria, e ao illustre da sua prosapia q não sabe obrar, senaõ acertos, e q se suppoem ter feito felixmente tal via / gem: a derrota, q [ilegível, pela dobra no mapa, deste ponto até o fim da linha] / por informaçoens, q de lá me mandou o D.or Joseph Martins Machado: a derrota, q vai de Villa Boa ate o Cuyabá, foi feita pelo capitaõ mor / Diogo Joseph Pereyra, como tambem a informaçã da nossa derrota para o Gram Pará com canoas do Cuyabá subindo o mesmo rio, e buscar /outras vertentes no rio Preto até dar com a primeira derrota do dicto Joã de Sousa de Azevedo: o curso do rio das Amazõnas até o Gram / Pará [?] copia da navegaçaõ de monsieur de Condemine, ao qual de deve todo o credito: a derrota do Pontal da Natividade pelo rio Tocantins, e canaes chamados guarupês até o Gram Pará, he informaçã do capitaõ Francisco de Almeida descobridor das minas das Arrayas, q fez tal / viagem: o mais he por outras informaçoens, e o mais interior não se sabe ainda, senaõ muyto confusamente; mas o q pertence a esta capitania / bravemente darei a V. Ex.cia hum mappa em ponto maior, e com amior individuaçaõ, o q farei tambem, se, como supponho, me vier, a ordem pa / ra a abertura do novo caminho desta villa a cidade de S. Paulo, e villa de Sanctos, e nisto, e naquelles se me devem perdoar os erros porq não / são partos da minha presemptaõ, mas sim abortos da minha obediencia submettida a V. Ex.cia, q deos guarde muytos annos. Villa Boa 6 de abril / de 1751. / De V. Ex.cia / o mais humilde venerador, e criado / Francisco Tosi Colombina [assinatura]

Explicação / [símbolo] Cidade. [símbolo] Villa. [símbolo] Fortaleza. [símbolo] Arrayal. [símbolo] Sitio: § os pontinhos vermelhos denotaõ a derrota de sanctos, S. Paulo e Ytu até Villa Boa de Guayás, e desta até a Natividade: §. Os

/ pontinhos amarelos demarcão a volta da Natividade até Villa Boa: §. Os pontinhos pretos de Villa Boa até o Cuyabá demarcão a derrota, communicaçãõ destas duas villas, e esta con / tinua a mostrar-se até o Mato-grosso, quando se vai por terra, porq quando se vai em canoa, se desce o rio Cuyabá, e o dos Porrudos, se sobe o Paraguay, e o Jauru até onde atravessa o ca / minho de terra, q se segue deixando as canoas. §. Os pontinhos pretos desde Irarytaguaba até o Cuyabá pelos rios Tiaté, Pardo, Camapoaã, Cuchiim, Taquari, Paraguay, Cheene, Por / rudos, e Cuyabá demarcão o caminho das canoas, q servem de communicaçãõ com a costa do mar de Sanctos, e Rio de Janeiro, e o Povoado de S. Paulo. §. Os pontinhos vermelho da / villa de Cuyabá, q descendo pelas margens do mesmo rio, e dos Porrudos, sobem o Paraguay, e Sapituba denotaõ o caminho, q fez Joaõ de Sousa de Azevedo, quando varou por terra até o / rio Sumidouro, pelo qual descendo, e pelos rios Tapayos, e Amazonas, foi ao Gram Pará, donde voltando subio pelo dicto Amazonas, e Madeira até o Mato-grosso. §. Os pontinhos ama / rellos da villa de Cuyabá, q sobem pella margem do dicto rio, e atravessaõ por terra até dar no rio Preto, e no dos Arinos, denotaõ a viagem de canoas, q novamente se descobrio, e q faz com / municavel a dicta villa com a cidade do Gram Pará. §. Os pontinhos pretos no rio Tocantins, q principiaõ onde saõ dous sinaes de sitios, q começaõ as povoaçoens, ou roça do / Gram Pará, denotaõ a viagem, q a gente da Natividade embarcando-se em canoas no Portal effeituou, e chegando em onze dias até as dictas roças, e destas até os canaes, ou como / chamaõ Guarupés, em dous dias, e por elles tres dias, q tudo fazem dezeseis até o Gram Pará; porem a subida se reputa impossivel, e a descida só se faz em tempo das cheas; mais facil se / suppoem a communicaçãõ desta villa com a cidade do Gram Pará embarcando-se dous dias de viagem abaixo no rio Vermelho, q entra no Rio-grande do caminho do Cuyabá, q / com o nome de Araguaya entra no Tocantins: a sombra amarella demarca a capitania de Guayás nos caminhos, q vem de S. Paulo a esta villa, e desta vaõ a Natividade e / voltaõ naõ se encontraõ matos de consideraçaõ mais, q o de Mogi na comarca de S. Paulo, e o mato grosso da Meia Ponte nesta capitania, q vaõ demarcados com arvoredos: os / mais, q se chamaõ capoens por serem pequenos, naõ se apontaõ: as terras, q se encontraõ, estaõ demarcadas: os sitios do caminho de S. Paulo a esta villa naõ estaõ marcados / mas se apontaõ só os q se achaõ neste mappa em grande distancia do alistado; mas o mappa particular desta capitania em ponto maior se fará com mais individuaçaõ.

Fonte – Arquivo Público Mineiro

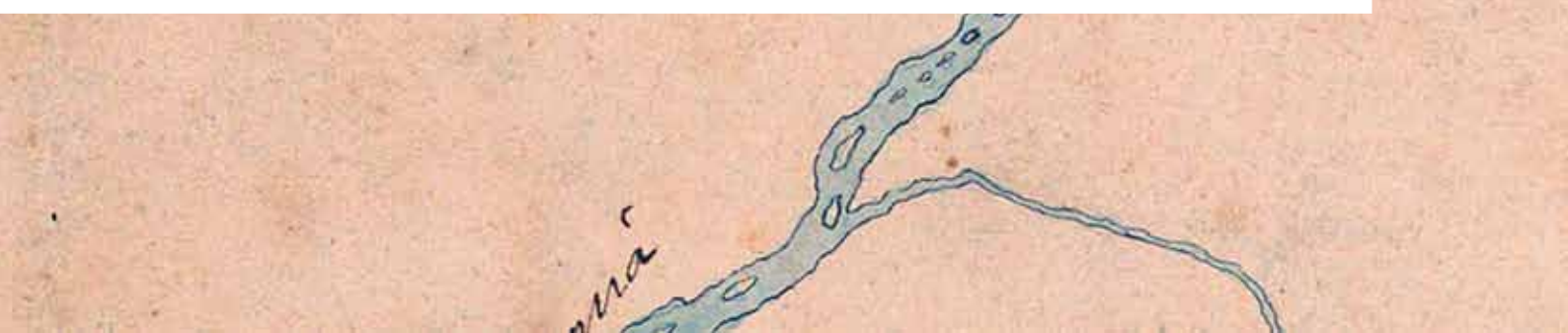
Medidas – 78,2 cm x 53,7 cm

Data – 1751

Localização – Fundo Secretaria do Interior – SI-002



ARQUIVO PÚBLICO DE SÃO PAULO



9. ARQUIVO PÚBLICO DE SÃO PAULO

a) Histórico

As origens do Arquivo Público do Estado remontam a 1721, pouco tempo depois do desmembramento dos territórios de São Paulo e Minas Gerais. Neste ano, o capitão-general e governador da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, solicitou ao vice-rei "cópias das ordens mais modernas que há de haver", já que nada encontrara ao assumir seu cargo. Coube ao secretário de governo, Gervásio Leite Rebelo, promover o arrolamento dos papéis oficiais, estabelecendo o núcleo inicial do acervo da instituição.

A primeira tentativa de formalizar a atividade ocorreu com a Lei nº 20, de 8 de março de 1842, que criava um Arquivo Provincial, subordinado à Secretaria do Governo, mas que não chegou a ser executada. Apenas com a Repartição de Estatística e do Archivo do Estado, criada em 1892, subordinada à Secretaria do Interior, é que a atividade foi institucionalizada, com a atribuição formal de guarda de toda a documentação administrativa paulista. Desde então o Arquivo Público do Estado recebe documentação de origem e natureza bastante diversificadas, proveniente das Secretarias de Estado, do Poder Judiciário, de cartórios e municípios, além de acervos de natureza privada, que compõem um riquíssimo acervo para a pesquisa.

A repartição foi desmembrada em 1938, constituindo-se o então Departamento de Arquivo do Estado, diretamente subordinado à Secretaria de Educação e Saúde Pública.

O Arquivo Público do Estado esteve subordinado, ao longo de sua história, a diferentes Secretarias de Estado: do Interior e Justiça, da Educação e Saúde, da Cultura e, desde 18 de julho de 2007, constitui-se em uma das unidades da Casa Civil.

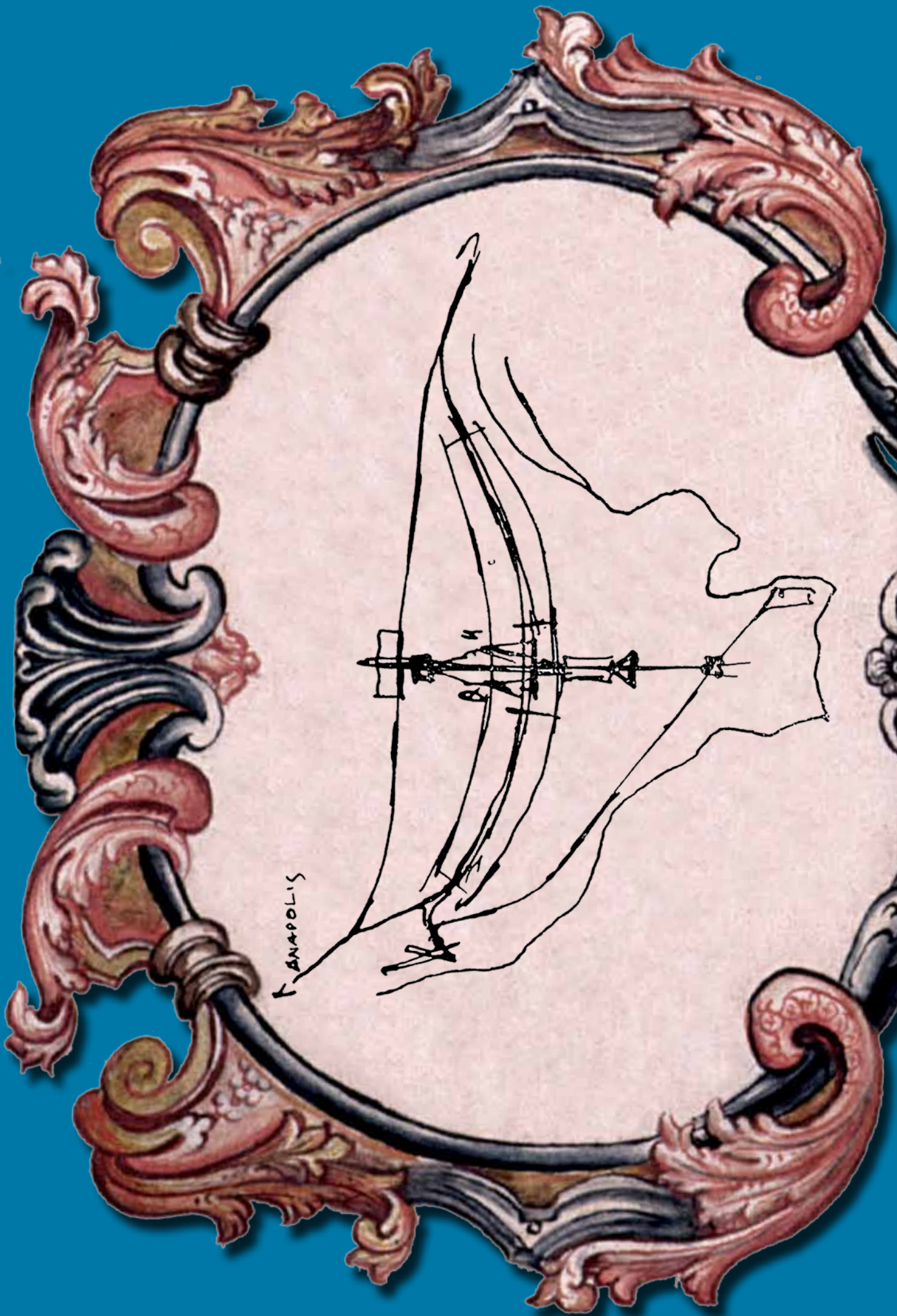
b) Conteúdo

Compreende um (1) mapa da "Capitania de São Paulo", ligeiramente copiado do original feito pelo Coronel Engenheiro João da Costa Ferreira em 1811, onde encontramos também a representação do sul da Capitania de Goiás.

1 – Mapa da Capitania de São Paulo

A coroa portuguesa, com o objetivo de desenvolver a indústria siderúrgica no Brasil, contratou o Barão Luis Guilherme von Eschwege, alemão formado na Universidade de Göttingen. Entre 1802-1829 e 1835-1836 trabalhou com minas e metalurgia tanto em Portugal como no Brasil. No Brasil dedicou-se principalmente na organização de um gabinete minerológico-geognóstico. Em 1833 publicou em Berlin a obra **Pluto Brasiliensis**, em dois volumes. No que concerne à Província de São Paulo trata, dentre outros temas, da ocorrência de ouro na região e da Fábrica de Ferro de Ipanema.

No desenvolvimento destas atividades produziu o presente mapa para reconhecimento do contexto da Capitania e Província de São Paulo. Foi utilizado para identificar os caminhos percorridos e entender melhor suas propostas de pesquisas.



F. ANAPOLIS